

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

JEANE BARBOSA DAMASCENO

**DISTORÇÃO IDADE ANO NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA
ESCOLA ESTADUAL ESPERANÇA – MANAUS/AM**

JUIZ DE FORA

2016

JEANE BARBOSA DAMASCENO

**DISTORÇÃO IDADE ANO NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA
ESCOLA ESTADUAL ESPERANÇA – MANAUS/AM**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a qualificação do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Magrone

JUIZ DE FORA

2016

TERMO DE APROVAÇÃO

JEANE BARBOSA DAMASCENO

DISTORÇÃO IDADE ANO NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA ESTADUAL ESPERANÇA – MANAUS/AM

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/ FAGED/ UFJF, aprovada em 16/12/2016.

Prof. Dr. Eduardo Magrone
Membro da banca – orientador

Dr. Alexandre Chibebe Nicolella
Membro da banca

Dra. Michelle Gonçalves Rodrigues
Membro da banca

Juiz de Fora, 16 de Dezembro de 2016.

À minha família, pelo incentivo, amor, carinho, compreensão e apoio incansáveis, demonstrados em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, fonte inesgotável de amor, paz e fortaleza nos muitos momentos difíceis e de sabedoria nas horas incertas.

Ao meu esposo pelo apoio em todos os momentos, pelas várias vezes em que me ausentei e pelos inúmeros finais de semana em que precisei abrir mão de sua companhia para estudar.

Aos meus filhos Marcos, Jussara, Isabel e Ernandes por compreenderem minha ausência.

À minha mãe pelo amor, incentivo, pela fé, pelas orações e a confiança em mim.

Ao meu pai, que mesmo não estando mais em nosso meio, pelo exemplo de dedicação e valores que sempre irão me influenciar. A você meu amor eterno!

Aos meus irmãos pelo carinho e apoio.

Aos meus professores e tutores no decorrer de todo o curso, por estarem sempre incentivando, cobrando e acreditando que tudo daria certo. A segurança que sentia em vocês foi fundamental.

Ao Núcleo de Dissertação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), da Universidade Federal de Juiz de Fora, em especial, a Amanda Quiossa e Vítor Figueiredo que viabilizaram o aporte teórico e prático para conclusão desta dissertação.

Aos meus colegas da Escola Estadual Professor Roberto dos Santos Vieira pelo apoio e incentivo.

À Secretaria Estadual de Educação do Amazonas pela iniciativa e investimento.

Aos muitos amigos que fiz durante o curso, aos quais agradeço pelo companheirismo durante as viagens e na realização de trabalhos. Tenho certeza de que, no curso, fiz amigos para a vida toda.

Aos companheiros da Turma D-2014 pela cumplicidade e compartilhamento das angústias, medos, anseios, expectativas e frustrações, e aos novos laços de amizade que foram construídos durante o curso e que me ajudaram a superar as minhas limitações.

Ninguém consegue vencer sozinho, por isso agradeço a todos, que de alguma forma, participaram desta conquista!

“A educação sozinha não faz grandes mudanças, mas nenhuma grande mudança se faz sem educação”.

Bernardo Toro

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão discute a distorção idade-ano nos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Estadual Esperança, localizada na cidade de Manaus/AM, e possui a seguinte questão norteadora: como a equipe gestora pode articular os fatores intraescolares de maneira que possam contribuir para a redução do quantitativo de alunos em distorção idade-ano na Escola Estadual Esperança? Esse trabalho tem como objetivo geral analisar as ações implementadas pela Escola Estadual Esperança que tem contribuído para a redução dos índices de distorção idade-ano. Os objetivos específicos definidos para este estudo são: i) descrever o cenário educacional em relação à distorção idade-ano e, especificamente, a defasagem dos alunos da Escola Estadual Esperança, ii) analisar as ações e os direcionamentos da equipe gestora relacionadas aos índices da distorção idade-ano e iii) propor ações interventivas que visem à redução dos alunos em distorção idade-ano nos anos finais do Ensino Fundamental. Para tanto, utilizaremos como metodologia a abordagem qualitativa, e como instrumentos de coleta de dados a realização de entrevistas, além da aplicação dos questionários aos sujeitos envolvidos no caso investigado. A intenção foi obter dados que subsidiem o desenvolvimento de um plano de intervenção que contemplem práticas que proporcionem melhorias no âmbito escolar. Para as análises contamos com os aportes teóricos dos estudos produzidos por Prado, Setúbal, Oliveira, Paro, Alves, Luck e Jacomini, que analisam em seus estudos modelos de gestão e estratégias a serem direcionadas no que tange a melhorias no processo educacional.

Palavras-chave: Distorção idade-ano. Reprovação Escolar. Ensino-aprendizagem. Políticas educacionais.

ABSTRACT

The present dissertation was developed under the Professional Master in Management and Evaluation of Education (PPGP) of the Center for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd / UFJF). The management case discusses the age-year distortion in the final years of Fundamental Education at Esperança State School, located in the city of Manaus/AM, and has the following guiding question: How can the management team articulate intraschool and extracurricular factors in a way that can contribute to the reduction of the quantitative number of students in age-year distortion at Esperança State School? This work has as general objective to analyze the actions implemented by Esperança State School that has contributed to the reduction of the age-year distortion indices. The specific objectives defined for this study are: i) describe the educational scenario in relation to the age-year distortion and, specifically, the students' lag of the Esperança State School, ii) analyze the management team's actions and directions related to age-year distortion indexes and iii) propose intervention actions aimed at reducing students in age-year distortion in the final years of Elementary School. To do so, we will use as methodology the qualitative approach, and as instruments of data collection the conduct of interviews, besides the application of the questionnaires to the subjects involved in the investigated case. The intention was to obtain data that support the development of an intervention plan that contemplates practices that provide improvements in the school scope. For the analysis we count on the theoretical contributions of the studies produced by Prado, Setúbal, Oliveira, Paro, Alves, Luck and Jacomini, who analyze in their studies management models and strategies to be directed with regard to improvements in the educational process.

Keywords: Distortion-old year. Reproof School. Teaching and learning. Educational policies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Problemas identificados e propostas de ação	120
Quadro 2 Promoção da gestão democrática e participativa – articulação do Conselho Escolar e Grêmios Estudantis	124
Quadro 3 Sistematização do Envolvimento Parental	126
Quadro 4 Reelaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola	128
Quadro 5 Criação de agenda de monitoramento das ações pedagógicas	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Percentual das taxas de Aprovação. Abandono, reprovação e distorção idade-ano / Brasil 2012 - 2014.....	22
Tabela 2	Taxas de distorção idade-ano – Anos Finais do Ensino Fundamental – 2006 a 2014.....	22
Tabela 3	Percentual das Taxas de distorção idade-ano anos finais do Ensino Fundamental – 2011 a 2014	24
Tabela 4	Percentual das taxas de distorção idade-ano / Regiões Norte e Nordeste nos anos finais do Ensino Fundamental.....	27
Tabela 5	Percentual de distorção idade-ano anos finais do Ensino Fundamental – Brasil (2007 – 2014).....	31
Tabela 6	Taxa de Reprovação nos Anos Finais do Ensino Fundamental (2013 a 2015)..	32
Tabela 7	Evolução Histórica da Taxa de Reprovação nos Anos Finais do Ensino Fundamental (2013 a 2015)	32
Tabela 8	Taxa de Abandono Escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental (2013 a 2015)	34
Tabela 9	Evolução Histórica da Taxa de Abandono nos Anos Finais do Ensino Fundamental (2013 a 2015)	34
Tabela 10	Taxas de Reprovação e Abandono Escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental da Escola Estadual Esperança (2013 a 2015)	35
Tabela 11	Dados Quantitativos de Desenvolvimento do Projeto Reforço Escolar no estado do Amazonas nos anos de 2011 a 2013.....	42
Tabela 12	Quadro Funcional da escola.....	45
Tabela 13	Formação Profissional da Equipe Gestora e pedagógica da Escola Estadual Esperança.....	53
Tabela 14	Distribuição do Abandono Escolar da CDE 7- 2015.....	54
Tabela 15	Distribuição da faixa etária dos alunos em defasagem por ano de escolaridade nos anos finais do Ensino Fundamental.....	74
Tabela 16	Em quais disciplinas seu filho tem mais dificuldade.....	77
Tabela 17	Escolaridade dos pais dos alunos.....	78
Tabela 18	Causas da repetência que propiciaram a distorção idade-ano.....	81
Tabela 19	Você já repetiu algum ano antes do que está cursando.....	83
Tabela 20	Você já reprovou em outra escola.....	85

Tabela 21	Por que você estuda.....	87
Tabela 22	Fatores que contribuíram para a repetência de seu filho.....	89
Tabela 23	Quanto ao processo de aprendizagem de seu filho, você acha que seu filho tem dificuldade para.....	95
Tabela 24	Você participa em sua escola de atividades extraclasse.....	111
Tabela 25	Qual o tempo destinado aos estudos fora da escola.....	112
Tabela 26	Preferência – gosto pelos estudos.....	113
Tabela 27	Você percebe quando seu filho apresenta dificuldades de aprendizagem.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS

BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CDE	Coordenadoria Distrital de Educação
CEE	Conselho Estadual de Educação
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CETEB	Centro de Ensino Tecnológico de Brasília
DEPPE	Departamento de Política e Programas Educacionais
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação
FUNDEB	Fundo da Educação Básica
IAS	Instituto Airton Sena
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSE	Nível Sócio econômico
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNAIC	Pacto Nacional pelo Aprendizado na Idade Certa
PNE	Plano Nacional da Educação
PRODAM	Processamento de Dados do Amazonas
PSS	Processo Seletivo Simplificado
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
SADEAM	Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC/AM	Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino
SIGEAM	Sistema Integrado de Gestão do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 DISTORÇÃO IDADE-ANO: O CONTEXTO DA REALIDADE ESCOLAR.....	19
1.1 O CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO COM RELAÇÃO DO FLUXO ..	19
1.1.1 Panorama Nacional com relação ao problema da distorção idade-ano	23
1.1.2 A reprovação nos anos finais do Ensino Fundamental	31
1.1.3 A evasão/abandono escolar nos anos finais do Ensino Fundamental	33
1.2 A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR	36
1.2.1 Panorama da Educação no Amazonas	37
1.2.2 A correção idade-ano no Amazonas	39
1.3 OS FATORES INTRAESCOLARES E EXTRAESCOLARES.....	43
1.3.1 Recursos Escolares	44
1.3.2 A gestão pedagógica e o planejamento estratégico da gestão	47
1.3.2.1 A atuação do gestor escolar	51
1.3.3 O professor como mediador da aprendizagem	52
1.3.4 Práticas educativas desenvolvidas no ambiente escolar – Reprovação, Recuperação paralela e progressão parcial.....	55
1.4. APRESENTAÇÃO DA ESCOLA INVESTIGADA	58
2 GESTÃO ESCOLAR E SUA ATUAÇÃO FRENTE A ESCOLA ESTADUAL ESPERANÇA: DESAFIOS EM BUSCA DE MELHORIAS NO CONTEXTO ESCOLAR	62
2.1 REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A POLÍTICA DE CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR.....	63
2.2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	67
2.3 O OLHAR DOS ATORES ENVOLVIDOS CONCERNENTES AO FRACASSO E/OU SUCESSO ESCOLAR	70
2.3.1 A realidade da escola investigada e o seu rendimento escolar: compreendendo a articulação dos fatores intraescolares na gestão	71
2.3.2 A apropriação dos resultados e a distorção idade-ano / Ações e políticas de correção do fluxo escolar	101

2.3.3 A gestão pedagógica do tempo e o espaço escolar realizado pela instituição de ensino	110
2.4 PRINCIPAIS ACHADOS DA COLETA DE DADOS	119
3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EDUCACIONAL PARA A MELHORIA DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS E REDUÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE-ANO NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	122
3.1 PROMOÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA - ARTICULAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR E GRÊMIO ESTUDANTIL	123
3.2 SISTEMATIZAÇÃO DO ENVOLVIMENTO PARENTAL	125
3.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	126
3.3.1 Reelaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola	127
3.3.2 Criação de agenda de monitoramento das ações pedagógicas	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	133
Apêndice A - Roteiro de Entrevista para os gestores	139
Apêndice B - Roteiro de Entrevista para os professores	141
Apêndice C–Roteiro Entrevista para os pedagogos / Coordenadores Pedagógicos	143
Apêndice D -Roteiro de Questionário para os alunos	145
Apêndice E - Roteiro de Questionário para os pais	148

INTRODUÇÃO

A escola pública brasileira, sobretudo a partir da década de 1980, procurou ampliar o acesso e a qualidade do ensino oferecido aos cidadãos. Na questão da qualidade educacional, tornou-se imperativo a busca por alternativas e metodologias que promovam melhorias no processo de ensino-aprendizagem. Para isso, os estudos em relação aos dados de acesso, permanência, reprovação, evasão e qualidade educacional foram aperfeiçoados, assim podem contribuir para a gestão e para a aplicação de políticas que amenizem as disparidades encontradas na educação.

Muito se tem discutido, ao longo das reformas educacionais, a implementação de políticas de correção de fluxo, da adoção dos ciclos como forma de organização do Ensino Fundamental, da promoção automática, da progressão parcial e dos projetos de aceleração de estudos e de reforço escolar, todos amparados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996). Essa discussão sobre distorção idade-ano tornou-se fundamental para a organização da política educacional no Brasil desde a década de 1980, pelo fato dessa situação impactar nos resultados do processo de ensino aprendizagem. Nesse contexto, e para melhor compreender a temática em estudo, será tomado como foco o contexto educacional brasileiro e as políticas públicas implementadas a partir da década de 1990; e, de modo especial, as políticas relacionadas ao fluxo escolar. Baseado nesses aspectos, esse estudo analisa as práticas educativas que contribuem para a melhoria do desempenho escolar dos alunos em distorção idade-ano na Escola Estadual “Esperança”¹, instituição localizada no município de Manaus/AM.

A pesquisa propõe analisar as ações implementadas pela equipe gestora da Escola Estadual Esperança, que tem contribuído para a redução dos índices de distorção idade-ano. Desse modo, a questão que norteia esse trabalho é: como a equipe gestora pode articular os fatores intraescolares de maneira que possam contribuir para a redução do quantitativo de alunos em distorção idade-ano na Escola Estadual Esperança? Esse trabalho tem como objetivo geral analisar as ações implementadas pela Escola Estadual Esperança que tem contribuído para a redução dos índices de distorção idade-ano. E como objetivos específicos: i) descrever o cenário educacional em relação à distorção idade-ano, e, especificamente a defasagem da Escola Estadual Esperança. ii) Analisar as ações e os direcionamentos da equipe gestora relacionados aos altos índices da distorção idade-

¹ “Esperança” é um nome fictício atribuído à escola pesquisada, a fim de garantir o anonimato da instituição de ensino e seus participantes.

ano nos anos finais do Ensino Fundamental. iii) Propor ações interventivas que visem à redução dos alunos em distorção idade-ano nos anos finais do Ensino Fundamental.

O interesse por essa temática está associado ao fato de que, como docente, percebo a existência de problemas resultantes das altas taxas de distorção idade-ano, tais como: o abandono escolar e o aumento da reprovação e que diante de tal situação não são percebidas ações eficazes por parte da equipe gestora, em relação ao problema da distorção idade-ano no contexto escolar.

A seleção da escola a ser pesquisada se justifica inicialmente pela minha relação profissional com a mesma enquanto professora e integrante da equipe pedagógica, na qual atuo como apoio pedagógico, e também pela minha necessidade profissional de entender a complexidade do processo pedagógico que norteia essa unidade escolar. Além disso, o recorte pelos anos finais do Ensino Fundamental se deu por ser considerada uma etapa de ensino que não se tem muitos estudos de pesquisa e ser o período transitório dos anos iniciais e do ensino médio e perpassar por várias situações problemas, com relação tanto ao elevado número de alunos em distorção idade-ano quanto às altas taxas de abandono escolar apresentados nessa etapa de ensino.

Outro ponto que merece destaque a respeito disso é com relação às inquietações dos professores no que se refere aos alunos em defasagem. Muitas vezes eles encontram dificuldades para desenvolver atividades, devido a não aceitação, por parte de alguns alunos.

Ressalto, ainda, a importância do estudo da distorção idade-ano, na escola em destaque, devido à existência de elevados índices de alunos que abandonam a escola e outros que são reprovados em algumas disciplinas, sendo subordinados, automaticamente, à progressão parcial.

Tomando por base as informações do Ministério da Educação (MEC) disponibilizadas pela parceria com o Censo Escolar/2015, podemos verificar que, na Escola Estadual Esperança, nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), dos 397 alunos que se encontram em distorção idade-ano, 58% alunos apresentam dois anos de distorção; 23% dos alunos possuem três anos; 11% quatro e 6% detêm mais de quatro anos de distorção idade-ano (INEP, 2015).

Além disso, observando os dados disponibilizados no Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas (SIGEAM²), em 2015, através da Ata de Resultados

² SIGEAM - Sistema desenvolvido pela PRODAM em plataforma Web permite às secretarias de educação um efetivo controle das atividades nas escolas, da vida escolar dos alunos, dos recursos docentes e do

Finais dos anos finais do Ensino Fundamental, se pode constatar que, da matrícula inicial, 1.190 alunos, 1.017 foram aprovados, desses 68 foram aprovados com progressão parcial, 115 deixaram de frequentar, 30 alunos foram reprovados por nota, 24 por falta, 1 foi reprovado por acúmulo de progressão parcial e 3 alunos foram reprovados por excesso limite de progressão parcial. É permitido ao aluno ficar reprovado em determinada disciplina somente um ano, caso ocorra na série seguinte, ocorrerá acúmulo de progressões e, automaticamente, o aluno é considerado reprovado.

A distorção escolar na Escola Estadual Esperança pode estar associada à ausência de um melhor acompanhamento, por parte da gestão com relação ao rendimento dos alunos. Essa hipótese se fundamenta pelo fato de não existir na instituição reuniões regulares, com o objetivo de avaliar os índices de aprovação, reprovação e evasão. A ausência desse procedimento pode estar impactando nos índices de distorção idade-ano.

Outra hipótese está relacionada ao fato do corpo docente sofrer rotatividade a cada ano, motivo esse devido alguns docentes serem profissionais temporários, aprovados por meio do Processo Seletivo Simplificado (PSS). Isso gera, no contexto escolar, uma descontinuidade no plano pedagógico elaborado pela equipe escolar, que é composta pelo gestor, docentes, pedagogo e apoios pedagógicos, pelo fato de o quadro de servidores da escolar passar por mudanças a cada ano.

Uma terceira hipótese está associada à desmotivação dos alunos na adequação à rotina escolar. Esse aspecto gera o abandono. Por não haver atendimento pedagógico específico e/ou um planejamento direcionado para os alunos em defasagem de idade-ano. A inexistência de práticas pedagógicas mais dinâmicas dificulta a aprendizagem no contexto escolar.

Por todos os aspectos arrolados, este trabalho constitui um desafio, pois tange um problema que abarca aspectos sociais, econômicos e culturais ligados ao sucesso ou ao fracasso dos alunos, bem como relacionados aos índices de reprovação e evasão escolar.

planejamento. Possui uma base de dados centralizada e continuamente atualizada garantindo os melhores resultados, além de permitir de forma independente para cada gestor o acesso para o lançamento de notas, frequência, emissão de histórico escolar, organização na criação de novas turmas entre outros. Permite ainda, para a Secretaria de Educação, a gestão integrada de todas as escolas. Além disso, o sistema proporciona a obtenção de várias informações que permitem ao gestor e à Secretaria de Educação a confecção de diversos relatórios gerenciais, a criação de indicadores que possibilitam uma visão ampla de todo o processo, além de possibilitar um melhor planejamento escolar, bem como identificar as ações estratégicas a serem implementadas, dentro de um processo de melhoria contínua. O objetivo do sistema é gerenciar as informações acadêmicas necessárias ao funcionamento da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e da Secretaria Municipal de Educação (Semed), permitindo um efetivo controle sobre as atividades das escolas, sobre a vida escolar do aluno e sobre os recursos de docentes, proporcionado à obtenção de informações gerenciais diversas que permitem ao gestor planejar ações estratégicas.

Esses fatores geram o alto quadro de distorção idade-ano no cenário brasileiro, e, mais especificamente, no estado do Amazonas.

Para a realização desse trabalho foi utilizado o estudo de caso enquanto pesquisa qualitativa. Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados como instrumentos de pesquisa de campo: entrevistas com o gestor da escola, com os pedagogos, coordenadores pedagógicos e professores. Além das entrevistas foi aplicado questionário com os alunos e seus responsáveis. Buscamos compreender os significados expressos nas falas dos sujeitos da pesquisa ancorados nos aportes teóricos sobre a equipe gestora e nos entraves do problema da distorção idade-ano com base nas reflexões de Prado (2000), Setubal (2000), Oliveira (2001), Paro (2003), Alves (2008), Luck (2009) e Jácomini (2010), que analisam em seus estudos o modelo de gestão e estratégias a serem direcionadas no que tange a melhorias no processo educacional. Tais autores defendem a gestão democrática da escola como estratégia necessária para o somatório de esforços com vistas à melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro tem a finalidade de apresentar o panorama educacional brasileiro no que tange o problema em estudo, isto é, a distorção idade-ano. *A priori* faz-se a contextualização a nível macro, em relação à esfera nacional, em seguida a nível regional, no que diz respeito ao estado do Amazonas, com destaque para as políticas implementadas como recurso para amenizar o problema em questão, com a análise de seu desenho e ações realizadas como medidas interventivas. Ainda nessa perspectiva será apresentado o contexto da pesquisa e sua descrição acerca da escolha da temática investigada.

O segundo capítulo apresenta a metodologia aplicada no estudo. Além disso, explicita os instrumentos de pesquisa de campo, bem como o quadro teórico que servirá de base para análise dos dados coletados, que subsidiaram a discussão sobre a gestão escolar e seus desafios, com vistas à melhoria da aprendizagem dos alunos, que se expressam nos resultados das avaliações internas e externas, bem como na redução da taxa de reprovação, abandono e distorção idade-ano.

O terceiro capítulo apresenta uma proposta de plano de intervenção para a melhoria do processo de ensino. São indicadas ações que pretendem contribuir para que a correção do fluxo se torne mais eficaz e inclusiva, levando em conta os desafios dos anos finais do Ensino Fundamental e a importância da escolaridade para a qualidade de vida e para a economia de uma sociedade, além de contribuir para a reflexão sobre a qualidade da educação e equacionar as questões concernentes ao fluxo escolar.

1 DISTORÇÃO IDADE-ANO: O CONTEXTO DA REALIDADE ESCOLAR

Esse capítulo está estruturado em quatro seções que pretendem apresentar a contextualização da problemática da distorção idade-ano. O intuito é apresentar a realidade educacional em que se insere o problema dessa pesquisa que é: como a equipe gestora pode articular os fatores intraescolares de maneira que possam contribuir para a redução do quantitativo de alunos em distorção idade-ano na Escola Estadual Esperança?

Inicialmente será abordado o cenário educacional brasileiro com relação ao fluxo, e a legislação que norteia as políticas que se direcionam para a sua correção, além de uma descrição das esferas governamentais que respondem pelo desenho dos programas e projetos educacionais específicos da correção do fluxo.

Na segunda seção é apresentado o panorama da educação no Amazonas, abordando as ações implementadas de correção do fluxo escolar no estado que visam a melhoria do desempenho dos estudantes.

A terceira seção aborda as questões relacionadas ao rendimento escolar, enfatizando a reprovação, recuperação paralela e progressão parcial. Isso nos faz refletir acerca de como a avaliação está sendo aplicada no contexto escolar, se estamos realmente desenvolvendo a aprendizagem e que mecanismos podem ser utilizados para que o âmbito escolar possa se tornar um ambiente prazeroso e atrativo, que o aluno possa superar as suas dificuldades e traçar metas de melhoria em sua trajetória estudantil. Já a quarta e última seção contextualiza a realidade da escola investigada.

1.1 O cenário educacional brasileiro com relação ao fluxo

Nos anos 1990 iniciou-se no Brasil uma série de reformas educativas num contexto de melhorias no sistema educacional, com vistas à estabilização econômica e ao cumprimento de acordo com os organismos internacionais, de modo a contribuir nas ações dos programas de correção do fluxo escolar.

De acordo com o Dicionário Interativo da Educação Brasileira (2001), a correção do fluxo escolar é a medida política e estratégica utilizada para adequar o ano à idade dos alunos no Ensino Fundamental. Tal política deve resultar, em determinado espaço de tempo, em um fluxo regularizado, com a maioria dos alunos matriculados nos anos correspondentes à sua idade, e em condições de aprenderem e serem aprovados para a

série seguinte. O objetivo da correção é acabar com a distorção idade-ano, considerada um dos maiores problemas enfrentados na educação pública brasileira.

Segundo Maria Amábile Mansutti, assessora da coordenação geral do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), no Brasil, por ocasião da massificação de crianças na escola, devido à expansão da oferta de vagas a partir da década de 1990, e da incapacidade do sistema de ensino de atender às necessidades dos alunos, resolveu-se o problema do acesso, mas não se manteve esses alunos na escola. Isto gerou outro problema, a repetência e o abandono, que resultou no grande número de discentes fora da faixa etária ideal para etapa de ensino cursada. Manter os alunos por muito tempo na escola fora da faixa etária adequada estava sendo mais oneroso ao governo, por isso fez-se necessário investir em programas de correção de fluxo (CENPEC, 2008).

Essa problemática da distorção idade-ano no contexto educacional não é recente. Mainardes (2009) apresenta estudos cujos resultados indicam que, no início do século XX, já existia, no Brasil, propostas de se implementar o sistema de ciclos como uma das alternativas para diminuir a reprovação que predominava na época. Com isso se pode perceber que a preocupação em resolver o problema do fracasso escolar já se fazia presente no começo dos anos 1900, época em que se manifestava a necessidade de se abrir novas vagas escolares.

Ao longo dos anos, muitos países têm adotado iniciativas como forma de amenizar a distorção idade-ano. Na década de 1970 a Colômbia implantou um modelo denominado '*Escuela Nueva*' como uma alternativa para trabalhar com as crianças da zona rural e diminuir as taxas de repetência e evasão, que eram consideradas altas, sendo desenvolvida por um grupo de pesquisadores da Universidade de Pamplona. Para o êxito do programa eram considerados quatro componentes essenciais para o sistema educativo: o currículo, a capacitação dos professores, a administração e as relações com a comunidade. As turmas eram multisseriadas e, anos depois, esse modelo se expandiu por todas as escolas do país.

Na Argentina, em vista de melhorias educacionais no que tange aos problemas de aprendizagem escolar, como parte integrante da defasagem idade-ano, foi criada a *Vieja Escuela n° 57*, na qual, como estratégia, os pesquisadores decidiram adotar as seguintes ações: organização diferenciada dos tempos escolares; não seriação; mudanças nas concepções de ensino e de aprendizagem, avaliação e promoção; e o desenvolvimento de novas estratégias para o desenvolvimento da prática cotidiana.

No Brasil, para combater o problema do fracasso escolar, por meio de medidas de correção de fluxo, a partir de 1996, o governo federal, pelo MEC, começou a investir nos estados e municípios, apresentando políticas educacionais necessárias à adequação da idade do aluno ao tempo escolar padrão, tais como: progressões parciais, classes de aceleração da aprendizagem, exames para reclassificação, dentre outras (BRASIL, 1996).

Para tanto, o embasamento legal para a correção do fluxo-escolar é encontrado na Lei 9.394/96, art. 24, inciso II, alínea “c”, que define que a organização da educação básica nos níveis médio e fundamental se dará independente de escolarização anterior, a partir de avaliação feita pela escola que definirá o grau de desenvolvimento e experiência do aluno para então efetuar sua matrícula na série adequada. E, mais precisamente, em seu inciso V, alínea “b” pode-se prevê a verificação do rendimento escolar mediante a “[...] possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar” (CARNEIRO, 2010. p.184).

É importante notar que neste inciso a aceleração de estudos é proposta como forma de verificação do rendimento, e não apenas como medida de desobstrução do fluxo escolar. Não obstante, o dispositivo legal vincular a condicionalidade da existência de aceleração de estudos ao rendimento escolar, a promoção do aluno para fins de certificação/regularização das etapas de aprendizagem e a elevação do capital educacional não ocorreram na mesma proporção.

Um dos principais elementos aplicados no processo de correção do fluxo escolar é a aceleração de aprendizagem. Ela é uma estratégia pedagógica de solução emergencial e intensiva para os alunos defasados, principalmente os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental.

Como já falamos anteriormente, os anos finais do Ensino Fundamental também é considerado um período pouco estudado em pesquisas acadêmicas, se comparado com os Anos Iniciais ou com o Ensino Médio. Para esses, encontramos muitas pesquisas relacionadas às dificuldades de aprendizagem nos anos iniciais pertinentes a leitura e a escrita, bem como o estudo de situações problemas na questão de adaptação do 5º para o 6º ano, conhecido como um período de transição.

Para compreendermos o panorama da distorção idade-ano no Brasil, apresentamos, na Tabela 1 dados referentes ao fluxo escolar entre os anos de 2012 a 2014, nos diferentes níveis da educação básica.

Tabela 1 Percentual das taxas de aprovação, abandono, reprovação e distorção idade ano/ Brasil 2012 - 2014

Taxas	Anos Iniciais EF			Anos Finais EF			Ensino Médio		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014
Aprovação	91,7	92,7	92,7	84,1	85,1	84,8	78,7	80	80,2
Abandono	1,4	1,2	1,1	4,1	3,6	3,5	9,1	8,1	7,6
Reprovação	6,9	6,1	6,2	11,8	11,3	11,7	12,2	11,9	12,2
Distorção idade-ano	17	15	14	28	28	27	31	30	28

Fonte: MEC/INEP/DTDIE, 2015.

De acordo com os dados da tabela percebe-se que, por mais que o Brasil, no período de 2012 a 2014, tenha avançado para diminuir o percentual de reprovação, abandono e distorção idade ano, o problema ainda não foi resolvido, uma vez que os indicadores do rendimento escolar ainda apontam a necessidade de melhorias e de medidas preventivas que visem uma educação de qualidade. Percebe-se, diante dos dados apresentados, que, em todos os níveis de ensino, há percentuais altos em relação aos indicadores do rendimento escolar no que tange a taxa de aprovação. Conforme os dados apresentados, é possível verificar que a cada fase de escolaridade ocorreu uma redução, embora mínima, em relação à distorção idade-ano, mas que mesmo assim ainda prevalece em decorrência, acima de tudo, de não existir medidas ou ações mais eficazes no combate aos problemas que causam a distorção, principalmente os relacionados a reprovação e ao abandono escolar.

Para compreendermos melhor a persistência do problema da distorção idade ano no contexto brasileiro e também do Amazonas, a seguir é apresentado o percentual de distorção idade-ano nos anos finais do Ensino Fundamental a nível nacional e regional no período de 2006 a 2014.

Tabela 2 Taxa de Distorção idade/ano – Anos Finais do Ensino Fundamental – 2006 a 2014

Anos	% Brasil (todas as redes)	% Amazonas (todas as redes)	% Amazonas (Rede Pública)
2006	35,4%	57,1	36
2007	34	55,2	34,9
2008	27,4	40,3	25
2009	28,9	43,8	28,5
2010	29,6	46,1	30,2
2011	28,8	44,9	30,1
2012	28,2	43,6	28,7
2013	27,7	41,7	27,1
2014	27,3	39,3	27

Fonte: Observatório do PNE – MEC/Inep/DEED/CSI, 2015.

Nota-se, diante dos dados apresentados na Tabela 2, que, no Brasil, a distorção idade ano, manteve-se estável no período de 2009 a 2011, e que se tomarmos por base os esforços dos entes federados em busca de melhorias e os recursos disponibilizados para o desenvolvimento de políticas públicas, é necessário fazer uma revisão, pois não estão surtindo o efeito necessário, no intuito de que haja uma amortização da distorção idade ano.

A respeito da distorção escolar no Amazonas, verifica-se, também de acordo com os dados apresentados, que houve uma redução, tanto nas taxas que envolvem todas as redes de ensino quanto das escolas da rede pública (estadual), em que, se pode dizer, com base nos dados apresentados que a redução foi superior à registrada pelos países. Vale salientar que tais melhorias na queda da distorção idade-ano no estado do Amazonas devem-se, principalmente, ao fato da implementação de ações realizadas pela Secretaria Estadual de Educação do Amazonas (SEDUC/AM).

Os dados relativos à defasagem escolar, à reprovação e ao abandono indicam que são necessárias dinâmicas de gestão e organização dos sistemas de ensino e de instituições educativas, bem como políticas e ações direcionadas à permanência com qualidade dos estudantes na escola, de modo a lhes garantir processos de aprendizagem significativa.

Para melhor compreensão da temática em estudo, será apresentado, a seguir, o contexto da educação no estado do Amazonas, em que serão abordadas as ações implementadas com vistas à amenização da problemática da correção do fluxo escolar.

1.1.1 Panorama nacional com relação ao problema da distorção

O sistema educacional brasileiro convive, há décadas, com o problema da distorção idade/ano, o que indica a fragilidade dos sistemas de ensino quanto à permanência e aprendizagem dos alunos. Os indicadores desse problema estão relacionados com a reprovação escolar e à evasão no sistema de ensino. De acordo com a LDB de 1996, a educação brasileira está organizada em níveis, etapas e modalidades educativas. Baseado nisso, o artigo 21 estabelece que a educação escolar compõe-se de: i) educação básica, formada pela educação infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; e ii) Educação Superior (BRASIL, 1996).

A distorção idade-ano é um problema que está presente na educação brasileira desde as últimas décadas do século XX, quando a escola pública passou a atender a um número maior de brasileiros, independente da classe social. Dado o aumento de estudantes nessa condição, somados àqueles que só conseguiam entrar na escolarização com idade superior à prevista, a relação oferta/procura em algumas séries entrou em colapso. Dessa maneira, em alguns momentos, a nomenclatura utilizada para designar esse fenômeno foi ‘defasagem idade/série’, ‘distorção idade-ano’ (INEP, 2010, 2011) e ‘disparidade idade/ano’ (MAINARDES, 2007).

No contexto brasileiro, considerando que o Ensino Fundamental tem a duração de 9 anos, e que o ingresso dos alunos nessa etapa deve ocorrer aos 6, a expectativa é que todos os discentes concluam o ensino fundamental aos 14 anos de idade. Porém, em relação ao Ensino Fundamental, os dados do Censo Escolar de 2013 revelam que, no Brasil, 15,4% dos alunos dos anos iniciais estão atrasados. Nos anos finais a taxa chega a 27,5%. Os números são maiores na zona rural, 32,1%, e nas regiões Norte, 31,3%, e Nordeste, 28,9%. A região Sudeste apresenta 14%, enquanto que a região Sul 16,2%, a Centro-oeste 17,9%, o que confirma as clivagens regionais, ou seja, as diferenças entre as diferentes regiões brasileiras (INEP, 2013).

Conforme dados do Censo Escolar/INEP (2014), no Brasil, cerca de 22,7% dos alunos matriculados no Ensino Fundamental encontram-se em atraso. Já no estado do Amazonas este percentual chega a 32,1%. A rede municipal de Manaus apresentou, no mesmo ano, 28,7% dos alunos com distorção idade/ano, enquanto que a escola investigada houve 20,6% de alunos com atraso (INEP, 2014). Na Tabela 3 é apresentado o percentual de distorção idade-ano nas esferas nacional, estadual, bem como apresentamos a taxa de defasagem em relação aos anos finais da escola em estudo.

Tabela 3 Taxas de distorção idade/ano - Anos Finais do Ensino Fundamental (2011 a 2014)

Anos	% Brasil	% Amazonas	% Escola em estudo
2011	29	45	47
2012	28	44	43
2013	28	42	42
2014	27	39	36

Fonte: (QEDU, 2015).

Diante dos dados apresentados na Tabela 3, é possível identificar que, apesar de ocorrer algumas dificuldades em relação ao desempenho dos alunos, a análise dos dados

nos permite compreender que a escola, em relação aos anos finais do Ensino Fundamental, teve uma diminuição nos dados de distorção idade-ano. Comparados os resultados do Brasil, do estado do Amazonas e da instituição em análise, podemos dizer que nas diferentes esferas, embora tenha diminuído o percentual das taxas ano após ano, ainda não se alcançou resultados satisfatórios no que tange a redução da distorção idade/ano, ou seja, ainda não se conseguiu sanar esse problema, pois ainda se percebe a existência no cenário educacional como um todo, altos percentuais nos indicadores educacionais relacionados ao abandono e ao fluxo escolar.

Vale mencionar que, em relação aos dados da Tabela 3, enquanto o Brasil no período de quatro anos (2011-2014) conseguiu uma redução de 2% na taxa de distorção, o estado do Amazonas apresentou um resultado mais acentuado, obteve 6% de redução na distorção idade-ano nos anos finais do ensino Fundamental. Enquanto isso, a escola em estudo conseguiu manter a queda de seu percentual de distorção, e alcançou, ao final do período (2014), 11% de diminuição do seu percentual de distorção nos anos finais do Ensino Fundamental.

Em relação aos percentuais da escola investigada, comparados os dados do Brasil e do Amazonas, a escola apresentou uma diminuição significativa, o que revela que a escola vem diminuindo o percentual de distorção idade-ano nos anos finais do Ensino Fundamental. No entanto, o ideal seria que esses índices reduzissem ainda mais, pois, se levarmos em conta o número de alunos que não avançou nos estudos mais os reprovados e os que abandonaram, no período de 2011 a 2015, temos um total de 1.454 alunos. Vale ressaltar que as reprovações e o abandono trazem como consequência a distorção idade/ano. É importante destacar que de 2011 a 2015 houve uma queda de 267 alunos, com defasagem nos anos finais do Ensino Fundamental.

Os avanços alcançados são decorrentes das ações desenvolvidas tanto pelo governo estadual, a partir de 2005, quanto pela unidade escolar para amenizar essa problemática.

Dentre essas ações, a nível da Secretaria Estadual de Educação, podemos destacar a implementação de projetos, quer que de cunho de aceleração de aprendizagem, como o Projeto Avançar³, ou de caráter de melhorias no desempenho do aluno, como o Projeto

³O Programa de Correção do Fluxo Escolar – Projeto Avançar implementado no Amazonas em 2005, tem a finalidade de regularizar o fluxo escolar dos alunos com defasagem escolar no Ensino Fundamental da rede pública estadual. Por meio de um processo de ensino e aprendizagem que estimula a autoestima, o projeto Avançar busca garantir o sucesso e promoção escolar dos alunos matriculados no referido programa.

Criando Oportunidades Reforço Escolar⁴, ambas foram medidas interventivas desenvolvidas no Amazonas em vista da correção de fluxo escolar.

Já com relação a problemática da distorção idade-ano, a escola investigada, por meio de ações interventivas através de reuniões pedagógicas, busca ativa dos alunos diagnosticado com infrequência escolar, bem como o encaminhamento dos alunos para o acompanhamento pedagógico de Língua Portuguesa e Matemática desenvolvido pelo Programa Mais Educação. Tais ações são realizadas em vista de diminuir o quantitativo de alunos tanto reprovados quanto os que abandonam as atividades escolares.

Analisar a distorção idade-ano é essencial para a política educacional de um país, em vista dos impactos com relação aos índices de eficiência e eficácia dos sistemas de ensino, bem como a alocação de recursos financeiros, pessoais e a implementação de programas e projetos destinados a promover a melhoria da qualidade da educação. Em contrapartida, isso impacta no desenvolvimento econômico da nação, por apresentar uma população com baixa formação escolar. Além disso, a distorção idade-ano está relacionada ao rendimento inferior dos alunos nos padrões estabelecidos pelas avaliações externas, tais como: Sistema Nacional de Educação Básica (SAEB), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e, a nível regional, o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (Sadeam).

Com base nos dados do Censo Escolar (INEP), a escola investigada, no ano de 2014, dos 1.874 alunos matriculados no Ensino Fundamental, 574 se encontravam em distorção idade-ano, sendo que nos anos iniciais eram 92, e, nos anos finais, 482 (INEP, 2015).

Os problemas relacionados ao abandono escolar, à reprovação e as suas implicações no fluxo vêm sendo analisadas desde os anos 1980. Segundo Ribeiro (1991, p.16), a repetência na educação brasileira representa uma consequência concernente às estruturas tradicionais, que permeiam a cultura política e pedagógica da exclusão e seletividade. A respeito disso, é perceptível a existência das altas taxas de defasagem idade-ano, decorrentes, principalmente, do grande número de reprovação e evasão escolar, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país. Assim, são apresentados,

⁴O projeto tem como objetivo proporcionar aos alunos da rede pública estadual com dificuldades de aprendizagem, aulas complementares em Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais e Biológicas, no contra turno das aulas regulares, por meio do Projeto Criando Oportunidades – Reforço Escolar. Tem como objetivo principal a condução dos educandos da rede pública estadual, ao desenvolvimento de habilidades apontadas como críticas e como fruto natural desse desenvolvimento, alcançar a melhoria da aprendizagem e conseqüentemente o desempenho nas avaliações de larga escala.

na Tabela 4, os dados das regiões Norte e Nordeste, em relação à distorção idade-ano no período de 2011 a 2014. Ressaltamos que essas duas regiões, a nível nacional, apresentam resultados inferiores, quando comparadas às demais, principalmente relacionados ao nível de desempenho dos estudantes no que tange ao processo de ensino-aprendizagem.

Tabela 4 Percentual das taxas de distorção idade ano/ Regiões Norte e Nordeste nos anos finais do Ensino Fundamental

Regiões	Estados	2011	2012	2013	2014
Norte	AC	30	31	30	30
	AP	34	33	32	33
	AM	45	44	42	39
	PA	45	44	43	44
	RO	36	37	37	37
	RR	31	28	28	28
	TO	30	30	30	30
Nordeste	AL	46	46	44	43
	BA	45	44	43	43
	CE	31	29	29	27
	MA	37	36	36	35
	PB	41	40	38	37
	PE	36	35	33	33
	PI	40	39	39	38
	RN	42	42	41	41
	SE	46	44	44	45

Fonte: (QEDU, 2015).

A partir dos dados apresentados na tabela, podemos perceber que os percentuais ainda são críticos, embora estejam sendo desenvolvidas ações no contexto nacional para obter melhorias em relação ao fluxo escolar, mas que ainda não foram suficientes, pois, embora que tenha ocorrido uma redução nas taxas, não se pode caracterizar que o problema esteja resolvido. Portanto, é preciso somar esforços para reduzir, cada vez mais, o quantitativo de alunos em distorção idade-ano.

Diante dos dados apresentados na Tabela 4, ainda é perceptível o desempenho do Amazonas em relação aos demais estados da região Norte, pois, nos quatros anos analisados (2011-2014) obteve uma queda de sua taxa de distorção escolar de 6%. Comparado aos demais estados, o Amazonas foi o estado que mais avançou na redução das taxas de distorção.

Já em relação aos dados disponibilizados da Região Nordeste, em relação aos seus percentuais, é visível que conseguiram manter a redução, embora tenha conseguido de 2 a 4% de diminuição da distorção idade-ano. Portanto, inferior à média do Amazonas.

Considerado um dos grandes problemas da educação pública, a distorção idade-ano representa um impacto negativo, tanto em relação ao rendimento qualitativo quanto ao quantitativo, pois, realizando um paralelo com base nos custos educacionais realizados a cada ano, observa-se que o Estado e a sociedade arcam com as consequências políticas, econômicas e sociais concernentes à defasagem idade-ano. Consta-se ainda que os efeitos mais diretos recaem sobre as famílias e sobre os alunos, que veem frustradas suas expectativas em relação ao sucesso escolar, e bloqueadas as perspectivas de integração social plena e de inserção no mercado formal de trabalho. Além de sofrerem a pressão imposta à autoestima.

Ao pensarmos a questão da distorção idade-ano, somos remetidos à reflexão sobre a problemática do rendimento escolar, especificamente às taxas de reprovação e evasão, que, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2004), são consideradas evidências da baixa qualidade da educação e mecanismos de seletividade e reprodução social.

A taxa de defasagem ou distorção idade-ano evidencia a proporção de alunos num determinado ano de estudo, etapa ou nível de ensino com idade superior à esperada em relação à matrícula total. Para o sistema educacional brasileiro, o aluno é considerado em situação de distorção ou defasagem idade-ano quando a diferença entre a sua idade e a prevista para o ano cursado é de dois anos ou mais e, com isso, o aluno que entra para as estatísticas de defasagem de idade em relação ao ano escolar deve ter reprovado, no mínimo, duas vezes.

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em seu artigo 205, afirma que: “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Seguindo o que versa a Carta Magna, o desafio atual é o de atingir a universalização do Ensino Fundamental com qualidade, e com as condições necessárias para cumprir a meta 2 do Plano Nacional de Educação (PNE), que é universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos, e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do plano, em 2024.

Além disso, o problema da distorção idade-ano e os programas de aceleração de aprendizagem estão amparados pela LDB, que define:

Artigo 23: A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos, semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Artigo 24: A educação básica nos níveis fundamental e médio será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

II- a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

V- a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

[...]

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanços nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado. (BRASIL, 1996)

Diante dessas prerrogativas legais, vê-se que se faz necessário desenvolver políticas públicas, por meio de um planejamento estratégico, que possa garantir que os alunos concluam o Ensino Fundamental na idade recomendada, oferecendo a oportunidade de assimilar os conteúdos não fixados no tempo de aula normal, bem como recuperar notas abaixo da média, em consonância com o que determina a Constituição (BRASIL, 1988) e a LDB (BRASIL, 1996).

Nas reformas promovidas no sistema educacional brasileiro, desde os anos de 1990, sempre se discutiu os entraves à melhoria da qualidade da educação, pois, frequentemente, há registro de problemas relacionados às taxas de reprovação e de evasão. Sendo assim, grandes são os esforços nas esferas federal, estadual e municipal no sentido de elevar os resultados do processo educativo vivenciado no contexto escolar, pois, de uma visão holística frente às políticas educacionais, o fracasso escolar passou a ser entendido como relacionado aos índices elevados de reprovações que podem propiciar a evasão e a distorção idade/ano, o que compromete o sistema de ensino.

A correção do fluxo escolar é entendida como uma questão política, pois, a partir dela surgem planos educacionais específicos, como a aceleração de aprendizagem. Nesse sentido, foram implementadas várias ações de governo, a fim de corrigir/amenizar os fatores que induzem ao fracasso: evasão, repetência e a distorção idade/ano. Dentre elas, destaca-se o Programa de Aceleração da Aprendizagem, que vem no sentido de promover os estudos no mínimo espaço de tempo.

O Programa de Aceleração da Aprendizagem começou em 1997, por iniciativa do Instituto Airton Senna (IAS), e contou com o apoio de outros parceiros, como o Centro Educacional Tecnológico de Brasília (CETEB), o Fundo Nacional de Desenvolvimento

da Educação (FNDE/MEC) e a Petrobrás. Além dessas parcerias, no ano de 2000, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assumiu o apoio financeiro para o desenvolvimento do Programa em alguns estados.

Com base nas mudanças propostas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), por meio do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), dos programas de correção de fluxo ou de aceleração da aprendizagem, e seguindo as metas do PNE, o desafio do Ensino Fundamental atual não se situa mais apenas em termos de acesso à escola, mas na oferta de um ensino que atenda aos padrões mínimos de qualidade.

Assim, com base nessas ações, a finalidade do Ensino Fundamental da educação brasileira passou a ser a promoção, a permanência dos alunos na escola e a aprendizagem, assegurando-lhes as condições de sucesso escolar. Atualmente, há muitos alunos matriculados no Ensino Fundamental com idade superior aos 14 anos, devido ao seu ingresso tardio no ambiente escolar ou ao retorno após a evasão. Outra parte dos alunos se encontra na condição de repetentes.

É fundamental conhecer a realidade vivenciada, a fim de criar possibilidades de transformação em que a escola buscará mecanismos de se organizar para garantir o acesso e a permanência, bem como o ensino-aprendizagem aos alunos de maneira que possa contemplar uma educação com equidade.

Nessa perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (2010) orientam que:

[...] a educação escolar, comprometida com a igualdade de acesso ao conhecimento, e, especialmente empenhada em garantir esse acesso aos grupos da população em desvantagem na sociedade, será uma educação com qualidade social e contribuirá para dirimir as desigualdades, assegurando, assim, o ingresso, a permanência e o sucesso de todos na escola, com a consequente redução da evasão, da retenção e da distorção idade-ano (BRASIL, 2010).

Se levarmos em conta o avanço evidenciado nas últimas décadas, referente ao acesso da criança à escola, potencializado pela Lei nº 11.274, sancionada em 2006, que estabelece a ampliação do Ensino Fundamental de 8 para 9 anos, com matrícula obrigatória para crianças aos 6 anos de idade, pode-se inferir que a maior parte dos estudantes que se encontram em situação de defasagem idade-ano provém de reincidentes repetências ou de elevados índices de evasão. Diante dessa realidade, iremos apresentar os percentuais da educação brasileira, nas diferentes esferas em relação à distorção idade-ano.

Tabela 5 Percentual de Distorção Idade-Ano anos finais do Ensino Fundamental - Brasil (2007-2014)

		% Públicas/Privadas	% Públicas	% Estaduais	% Municipais
2012	6º ano	32	36	30	41
	7º ano	29	33	28	38
	8º ano	26	29	26	34
	9º ano	25	28	26	30
2013	6º ano	31	34	28	40
	7º ano	30	33	28	38
	8º ano	26	29	25	33
	9º ano	23	26	24	29
2014	6º ano	31	35	28	41
	7º ano	29	32	27	38
	8º ano	26	29	25	33
	9º ano	23	26	24	29

Fonte: (QEDU, 2015).

Os dados da Tabela 5 apresentam os índices em relação à distorção idade-ano nos diferentes sistemas do contexto brasileiro. Com isso se pode constatar que se mantém estável a distorção idade-ano nos anos finais do Ensino Fundamental. Diante dessa realidade é necessário desenvolver um trabalho para corrigir e regularizar o fluxo escolar em todo o contexto brasileiro.

1.1.2 A reprovação nos anos finais do Ensino Fundamental

O sucesso educacional de um indivíduo pode ser avaliado tanto pelo conhecimento adquirido na escola, em geral medido por notas em exames padronizados, quanto pelo maior grau de escolaridade atingido e/ou tempo que gasto para concluir a escolaridade básica, refletidos por medidas de fluxo escolar.

Em contrapartida muitos são os fatores que colaboram para o fracasso escolar. Dentre esses fatores podemos destacar que alguns estão diretamente ligados às características pessoais do aluno, outros são referentes à sua família e ao contexto socioeconômico em que vivem e ainda há aqueles que sofrem interferência direta da escola. Historicamente a reprovação escolar tem feito parte de debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira.

A seguir será apresentado os índices de reprovação nos anos finais do Ensino Fundamental.

Tabela 6 Taxa de Reprovação nos Anos Finais do Ensino Fundamental (2013 a 2015)

	% Brasil	% Amazonas	% Escola em Estudo
2013	11,3	8,6	11,8
2014	11,7	8,4	10,9
2015	11,1	6,8	4,5

Fonte: Qedu, 2016.

Com base nos dados apresentados na Tabela 6, percebe-se que a escola em estudo teve um déficit considerado, com alcance de 6,4% de 2014 para 2015. Embora a escola investigada tenha conseguido resultados expressivos no último ano, as altas taxas de reprovação ainda permanecem em muitas escolas públicas. Apesar das discussões polêmicas sobre o sistema de ensino e as políticas educacionais acerca desse problema, não percebemos mudanças concretas, é necessário que se seja compreendido e solucionado.

Como o foco da pesquisa compreende os anos finais do Ensino Fundamental apresentaremos a evolução histórica de cada ano de escolaridade no período de 2013 a 2015.

Tabela 7 Evolução Histórica da Taxa de Reprovação nos Anos Finais do Ensino Fundamental (2013 a 2015)

		% Brasil	% Amazonas	% Escola em Estudo
2013	6º ano	13,2	10,9	13,2
	7º ano	13,2	9,2	13,2
	8º ano	11,1	7,7	11,1
	9º ano	9,4	6,1	9,9
2014	6º ano	8,8	10,3	8,8
	7º ano	12,1	8,8	12,1
	8º ano	16,2	7,7	16,2
	9º ano	5,8	6,1	5,8
2015	6º ano	2,8	8,9	2,8
	7º ano	3,8	7	3,8
	8º ano	6,2	6,0	6,2
	9º ano	4,6	4,9	4,6

Fonte: Qedu, 2016.

Observa-se uma diminuição nas reprovações no decorrer do tempo, mas que se comparado os índices da escola com a esfera estadual percebe-se que a escola se sobressai, sendo que somente na escolaridade do 8º ano é que ainda se encontra um percentual acima da média do Amazonas e nos 9º ano teve uma queda substancial com

relação aos demais anos de escolaridade. Além disso, pode-se perceber que os alunos do 6º ano estão se adequando com mais frequência ao contexto escolar.

De acordo com Vasconcelos (2005, p.105) a reprovação escolar deve ser superada em decorrência de ser um fator de discriminação e seleção social, de distorção do sentido da avaliação, e que pedagogicamente não é a melhor solução, pois não é justo que o aluno pague por eventuais deficiências do ensino. Além disso esse processo tem um elevado custo social e acima de tudo, todo aluno é capaz de aprender, independentemente de suas especificidades.

Neste sentido, para enfrentar o problema da reprovação se faz necessário que haja um sério compromisso com a aprendizagem com todos os envolvidos no processo escolar.

1.1.3 A evasão/abandono escolar nos anos finais do Ensino Fundamental

Na contemporaneidade, a evasão escolar está dentre os temas que historicamente fazem parte dos debates da educação pública brasileira e que infelizmente, ainda ocupa até os dias atuais uma grande importância no cenário das políticas públicas e da educação em particular. Em relação a isto as discussões sobre a evasão escolar, em parte, têm tomado como ponto central de debate o papel tanto da família quanto da escola em relação à vida escolar dos alunos.

É importante destacar que a evasão escolar não é um problema restrito apenas das unidades escolares, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro. Este fenômeno destaca-se como ponto preocupante para todos nele envolvidos, como alunos, pais, professores e instituição de ensino, evidenciando que é cada vez maior a preocupação com crianças, jovens e adultos que chegam à escola, mas que nela não permanecem.

No Brasil, o abandono e a evasão escolar são importantes problemas enfrentados por gestores e educadores. Segundo dados da UNICEF (2014), existem no Brasil cerca de 21 milhões de adolescentes, com idade entre 12 e 17 anos, sendo que de cada 100 estudantes que entram no Ensino Fundamental, apenas 59 terminam o 9º ano.

A seguir será apresentado as taxas de abandono no período de 2013 a 2015.

Tabela 8 Taxas de Abandono Escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental
(2013 – 2015)

	% Brasil	% Amazonas	% Escola em Estudo
2013	3,6	7,5	9,2
2014	3,5	6,4	7,3
2015	3,2	5,9	8,6

Fonte: Qedu, 2016

É possível perceber que até o momento a escola não conseguiu resolver a problemática do abandono escolar, embora tenha ocorrido em 2014, um déficit de 1,9%, em 2015 o percentual de abandono aumentou consideravelmente.

Os adolescentes e jovens que por motivo ou outro abandonam ou evadem-se da escola farão parte de um contingente de cidadãos com dificuldade de assumir questões fundamentais de uma vida em sociedade. Muitas das vezes, esses sujeitos que deixam de frequentar o contexto escolar possuem até as habilidades e competências na escolaridade, mas, por desmotivação e falta de interesse pelos estudos abandonam a sua trajetória escolar no período cursado.

Tabela 9 Evolução Histórica da Taxa de Abandono nos Anos Finais do Ensino Fundamental (2013 a 2015)

		% Brasil	% Amazonas	% Escola em Estudo
2013	6º ano	3,6	7,8	3,6
	7º ano	6,5	7,2	6,5
	8º ano	6,4	7,3	6,4
	9º ano	18,5	7,9	18,5
2014	6º ano	7,3	6,3	7,3
	7º ano	8	6	8
	8º ano	8,1	6,1	8,1
	9º ano	5,7	7,5	5,7
2015	6º ano	8,6	5,6	8,6
	7º ano	7,9	5,8	7,9
	8º ano	10,6	6	10,6
	9º ano	7,1	6,2	7,1

Fonte: Qedu, 2016

É importante destacar com os dados na Tabela 9, que o percentual do abandono escolar em todos os níveis apresentados ainda se encontra elevado. Além disso, é fundamental que se possa perceber quais são os fatores mais frequentes que ocasionam

essa problemática com o intuito de se buscar mecanismo para amenizar essa situação evidenciada.

Para que se possa compreender melhor a estatística da escola em estudo, tanto da reprovação quanto do abandono escolar será apresentado esses dados no período de 2013 a 2014.

Tabela 10 Taxas de Reprovação e Abandono Escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental da Escola Estadual Esperança (2013 a 2015)

		% Reprovação	Quantitativo de Reprovação	% Abandono	Quantitativo de Abandono
2013	6º ano	13,2	49	3,6	14
	7º ano	13,2	48	6,5	24
	8º ano	11,1	36	6,4	21
	9º ano	9,9	43	18,5	80
2014	6º ano	8,8	28	7,3	23
	7º ano	12,1	43	8	29
	8º ano	16,2	57	8,1	29
	9º ano	5,8	19	5,7	18
2015	6º ano	2,8	8	8,6	23
	7º ano	3,8	12	7,9	25
	8º ano	6,2	23	10,6	38
	9º ano	4,6	15	7,1	23

Fonte: Qedu, 2016

É possível perceber que nesse processo de escolarização, tanto a reprovação quanto o abandono são indicadores que preocupam os sistemas de ensino devido contribuírem no atraso da escolaridade dos alunos.

Com base nos dados da escola investigado observa-se que em 2013 teve 176 alunos aprovados e 139 abandonos nos anos finais do Ensino Fundamental. Já em 2014 houve uma queda nesse percentual, em que teve 147 reprovações e 99 abandonos. Em 2015 ocorreu um déficit significativo nas reprovações, cerca de 58 alunos foram aprovados nos anos finais do Ensino Fundamental. Embora tenha corrido melhorias no que tange a diminuição do quantitativo de reprovações, o número de alunos que abandonaram o contexto escolar aumentou, chegando a 109 alunos.

Com base nas observações adquiridas no decorrer dessa pesquisa, é notório que o abandono escolar não é um ato repentino, mas é um problema fruto de um processo lento de desengajamento dos alunos na escola.

É importante frisar que diante dessa situação, uma estratégia para se buscar solucionar tal problema, seria identificar os alunos com alto risco de abandono escolar e atuar diretamente sobre eles, além de ressaltar a importância da interação entre a escola e a família dos alunos.

Diante do exposto, é fundamental, portanto, que os fatores que influenciam nas incidências e na manutenção tanto da reprovação quanto do abandono e evasão escolar possam ser diagnosticados para que os alunos que se encontram nessas situações possam concluir a educação básica em tempo hábil.

Na seção seguinte trataremos do panorama da educação no Amazonas, especificamente com a distorção idade ano e a correção do fluxo escolar.

1.2 Implementação de políticas de correção do fluxo escolar

Para combater o problema da distorção idade-ano, muitas iniciativas foram organizadas a partir do compromisso firmado pelo Brasil na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, em 1990. O acordo originou-se de um consenso entre os países em relação à necessidade de propiciar a todas as crianças a satisfação de suas necessidades básicas de aprendizagem.

Considerado um dos países participantes do encontro com o maior número de analfabetos do mundo, o Brasil foi instado a desenvolver políticas educacionais que pudessem reverter esse quadro. Em atendimento a essa demanda foi elaborado o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), que define, entre suas metas: “[...] assegurar a melhoria do fluxo escolar, reduzindo as repetências, sobretudo na 1ª e 5ª séries, de modo a que 80% das gerações escolares, do final do período, possam concluir a escola fundamental com bom aproveitamento” (BRASIL, 1993). Esse mesmo propósito é reforçado no Artigo 24 da LDB (BRASIL, 1996), ao possibilitar a aceleração de estudos para alunos com atraso escolar.

Um dos principais elementos aplicados no processo de correção do fluxo escolar é a aceleração de aprendizagem. O Programa de Aceleração da Aprendizagem é previsto pela LDB (BRASIL, 1996). Esta legislação estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e formas de organização dos sistemas escolares, o que facilita a inserção de novos elementos no trabalho pedagógico da escola para o combate ou amenização do

fracasso escolar. Um desses elementos é a aceleração dos estudos, uma possibilidade de verificação do rendimento para alunos com atraso, foco de análise deste trabalho.

Os programas de correção do fluxo escolar tem sido implementados em escala nacional a partir de 1995. Em vários estados e municípios constituem-se enquanto mecanismo, dentre tantos outros, que foram adotados para enfrentar a defasagem idade-ano, encontrada nas redes públicas de ensino. No Brasil, foram empreendidas três grandes experiências de correção da distorção idade-ano sob a coordenação do MEC. Segundo Oliveira, foram elas:

[...] os primeiros esforços foram desenvolvidos no Estado do Maranhão ainda em 1995, seguidos do Programa Acelera Brasil, patrocinado pelo Instituto Ayrton Senna – IAS [...], do Programa de Aceleração da Aprendizagem do Estado de São Paulo, voltado para as quatro primeiras séries do ensino fundamental, bem como do Programa Ensinar e Aprender, para as quatro últimas séries do ensino fundamental, implementado no Estado do Paraná a partir de 1998 (OLIVEIRA, 2002, p. 178).

É importante ressaltar, tomando de empréstimo as afirmações de Oliveira, que anteriormente existia somente a preocupação relacionada às dificuldades de aprendizagem, no que tange a alfabetização. E, que todos esses programas e projetos desenvolvidos com a finalidade de diminuir a distorção e acelerar os estudos dos alunos em atraso escolar permearam todo o território brasileiro e ainda continuam, pois é perceptível, que ainda existe uma clientela de alunos, em situação de dificuldade tanto de aprendizagem, como decorrente de outros fatores.

Diante desse contexto, se faz necessário à adoção de mecanismos nesse esboço, em vista de desencadear o aumento do rendimento educacional, principalmente nas taxas de reprovação, como ocorria antes da implementação do sistema de ciclos, a retenção nos diferentes níveis de ensino, bem como o abandono escolar.

1.2.1 Panorama da educação no Amazonas

De acordo com os dados do Censo Escolar de 2015, o Amazonas possui 1.178.976 estudantes, sendo 467.031 matriculados em escolas da rede estadual; 593.112 matriculados em unidades de ensino da rede municipal; 9.323 estudantes na rede federal e 109.510 na rede privada. No que se refere ao número total de estabelecimentos de ensino, o levantamento indicou que o estado conta com 5.492 unidades escolares, dentre

os quais, 720 são da rede estadual; 4.474 da rede municipal; 282 da rede privada e 16 unidades da rede federal de ensino (AMAZONAS, 2016).

A SEDUC/AM é composta por 231 escolas na capital do estado e mais 373 no interior. Assim, atende, no Ensino Fundamental, um total de 242.525 alunos, sendo 118.589 na capital e 123.936 no interior. Já no Ensino Médio, atende 90.313 alunos na capital e 87.596 no interior (SEDUC/AM, 2015). Para atender todos os alunos, a rede estadual conta com 26.172 professores, dentre profissionais estatutários, integrados e contratados por Processo Seletivo Simplificado (PSS).

Na capital, as 231 escolas foram distribuídas entre sete Coordenadorias Distritais de Ensino, de modo que possam acompanhar as escolas e, assim, melhor monitorar as unidades escolares. Outro ponto a ser considerado positivo a respeito dessa divisão por zonas distritais, como medida descentralizadora, foi em relação à possibilidade de realizar formações com os profissionais da educação, bem como as reuniões com os gestores e demais segmentos na região em que se encontram as escolas. Antes da criação das coordenadorias de ensino, estas atividades aconteciam na sede da SEDUC, o que dificultava a participação dos professores nas reuniões.

Esse desmembramento também pode ser visto como um diferencial da gestão, que passou a contar com a presença de profissionais para contribuir com melhorias nas escolas, como: coordenador distrital, coordenador administrativo, representante da Associação de Pais e Mestres e Comunitários (APMC)⁵, do Ensino Fundamental I e II, do Ensino Médio, da infraestrutura, merenda escolar, diário digital e lotação de professores, assistente social e assistente jurídico.

Diante da necessidade de um acompanhamento a nível macro do cotidiano das instituições escolares, e com a finalidade de modernizar a rede educacional do estado e facilitar o acesso às informações, a SEDUC/AM desenvolveu e implementou, nas escolas da rede estadual de ensino de Manaus, a sua versão digital do diário de classe, em parceria com o Processamento de Dados Amazonas S/A (PRODAM).

O Diário Digital é a ferramenta que permite aos professores armazenar, eletronicamente, dados escolares, como: frequência diária, notas parciais por disciplina e

⁵ A APMC é uma instituição jurídica de direito privado, com autonomia político partidária, porém integrada à Escola sem caráter religioso e racial. A Associação tem como objetivo geral buscar a integração entre a escola, a família, a comunidade e o poder público, em trabalho comum, onde as decisões devem ser compartilhadas visando o aprimoramento do processo educativo e a concretização da autonomia da escola. As comissões de trabalho serão constituídas de 6 a 8 elementos, entre eles pais ou responsáveis por aluno, professores, técnicos, funcionários e comunitários, escolhidos através de assembleia geral eletiva, com duração de dois anos.

o conteúdo ministrado em cada aula. Com o Diário Digital tanto os professores quanto os gestores têm um maior controle do grau de assiduidade dos alunos, bem como do desempenho do estudante em cada disciplina. Além disso, os professores podem atualizar e visualizar as informações *online*, nos seus computadores pessoais, ou nos computadores da escola. O Diário Digital já está funcionando em todas as escolas da rede estadual, em Manaus, e a equipe gestora, bem como as coordenadorias, podem realizar o monitoramento das unidades escolares relativos a lançamento dos conteúdos ministrados e dos planejamentos das avaliações e recuperação paralela com o intuito de realizar análise do rendimento escolar.

A seguir serão abordadas as políticas implementadas no estado do Amazonas com o intuito de contribuir na correção do fluxo escolar.

1.2.2 A correção idade-ano no Amazonas

Desde 1995 o MEC adotou medidas de apoio aos estados para a implementação de programas e projetos na tentativa de corrigir o fluxo escolar de alunos matriculados no Ensino Fundamental. Essas medidas foram adotadas por meio do Programa de Aceleração da Aprendizagem, uma ação utilizada como alternativa para eliminar a discrepância idade-ano no contexto escolar e para diminuir os índices de reprovação. Diante disso, o estado do Amazonas, com o objetivo de desenvolver as ações pertinentes a correção de fluxo, e um melhor atendimento aos estudantes, além do Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio, Educação Especial, tem-se destacado com os projetos e programas de aceleração para oportunizar a aprendizagem. Com base nos dados do SIGEAM, no ano de 2015, o Amazonas teve um público discente de 4.580 alunos no Ensino Fundamental 6º ao 9º ano – Ensino Presencial com Mediação Tecnológica, 4.836 no Projeto Avançar – Ensino Fundamental, sendo 108 alunos na 1ª fase, 999 alunos na 2ª fase, 955 alunos na 3ª fase e 2.774 alunos na 4ª fase⁶.

⁶ Fases do Projeto Avançar - **Fase 1:** Alunos não alfabetizados (2º ano do I ciclo) ou sem escolaridade de 09 anos a 14 anos de idade; Alunos oriundos do 2º ano do I Ciclo não alfabetizados de 09 a 14 anos; **Fase 2** - Alunos alfabetizados de 09 anos a 14 anos, do 2º ano do I Ciclo; Alunos de 10 anos a 14 anos, do 3º ano do I Ciclo; Alunos de 11 anos a 14 anos, do 4º ano do II Ciclo. **Fase 3:** atende alunos do 6º ano do Ensino Fundamental com defasagem de idade e ano escolar (a partir de 14 anos a 18anos); **Fase 4:** atende alunos de 7º ano e 8º ano do Ensino Fundamental com defasagem de idade e ano escolar (a partir de 14 anos a 18 anos).

Além dessas modalidades de ensino, podemos contar também, no ano escolar de 2015, com 8.582 alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos/Ensino Fundamental – 2º segmento/Etapa Única e 14.527 alunos na Educação de Jovens e Adultos/Ensino Médio, contando ainda com 350 alunos na Educação de Jovens e Adultos/1º segmento – Mediação Tecnológica e 24.846 alunos no Ensino Médio/Mediação Tecnológica.

No Amazonas, a primeira experiência de política para corrigir o fluxo escolar foi o Projeto Tempo de Acelerar, implementado pela SEDUC, com o objetivo de “[...] proporcionar aos alunos com distorção idade/ano-escolar, oportunidades educacionais apropriadas para a aceleração de estudos no nível fundamental e médio da Rede Estadual de Ensino” (AMAZONAS, 2005. p.04). O Projeto Tempo de Acelerar foi desenvolvido entre os anos de 2001 e 2008 em escolas da capital e do interior do estado, embora tenha sido implementado, não trouxe avanços nos sistemas escolares e foi encerrado por problemas de descontinuidade, falta de ações, recursos humanos e materiais.

Dando continuidade às medidas interventivas para corrigir o fluxo escolar de alunos matriculados no Ensino Fundamental, ocorreu, em 2005, a implementação do Programa de Aceleração do Fluxo Escolar do Ensino Fundamental - Projeto Avançar, para os anos iniciais – Fases 1 e 2, e para os anos finais – Fases 3 e 4. De acordo com o Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE) da SEDUC/AM, por meio da Gerência de Ensino Fundamental, o Avançar é um projeto de correção do Fluxo que objetiva regularizar o fluxo dos alunos com defasagem no Ensino Fundamental, e garantir o sucesso e a promoção dos alunos com o objetivo de melhorar o processo educacional na rede estadual de ensino. A implementação do Projeto Avançar é um compromisso assumido pelo Governo do Estado do Amazonas para reverter um dos quadros mais graves da educação estadual: o da defasagem idade/ano. Esse programa foi criado com a finalidade de promover, em um ano, o avanço de estudos para os jovens, considerando que há um quantitativo expressivo desta população cursando do 6.º ao 9.º Ano (5ª a 8ª séries) do Ensino Fundamental que apresentam elevados índices de distorção idade/ano na rede estadual de ensino.

Com base nos dados do SIGEAM, no ano de 2005, a rede estadual atendeu 31 turmas do Projeto Avançar anos iniciais do Ensino Fundamental, e 5 turmas dos anos finais. Em 2014, o Projeto contemplou 8 turmas da 1ª fase, 57 da 2ª fase, 39 da 3ª fase e 100 turmas da 4ª.

Ao final do ano letivo a SEDUC/AM solicita aos gestores que seja feito o levantamento dos alunos para a enturmação no ano seguinte. Cabe ao gestor explicitar, por meio de relatório, a realidade de sua instituição para que as medidas possam ser tomadas. Mas esta ação no Amazonas não ocorre em sua totalidade, o que deixa de oportunizar a aceleração dos estudos àqueles que se encontram em atraso escolar por falta de informações ou até mesmo pelas instituições de ensino não aderirem à proposta.

Pelo Rendimento Web⁷, disponibilizado pelo SIGEAM, pode-se ter o controle das instituições e, assim, dar abertura, ou seja, sinalizar junto à secretaria de educação para o atendimento e/ou inserção no Projeto Avançar, nos diferentes contextos escolares, de acordo com as vagas a serem oferecidas em vista de proporcionar melhorias no fluxo escolar.

Ao analisar a proposta do Projeto Avançar, observa-se que sua Matriz Curricular é baseada na Resolução nº 20/2013 de Conselho Estadual de Educação (CEE-AM), com ênfase no Plano Nacional de Educação que, na Meta 10, estabelece o objetivo de oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação, ou seja, são ofertadas vagas para aqueles alunos que se encontram na defasagem de aprendizagem, como estratégia de aceleração.

Ainda destacando as ações da SEDUC/AM, em relação ao rendimento escolar, na rede estadual do Amazonas foram implementadas outras ações com o intuito de amenizar os altos índices de reprovação e abandono escolar, como: a implementação do Projeto Criando Oportunidades – Reforço Escolar/Elevando o Rendimento dos Estudantes do Amazonas, em 2007.

De acordo com a Proposta do Projeto Criando Oportunidades, política implementada pela SEDUC/AM, o Reforço Escolar é necessário porque há déficits de aprendizagem em estudantes que não conseguem assimilar o conteúdo ministrado em sala de aula. Portanto, é necessária a intensificação do acompanhamento pedagógico e familiar do aluno, especialmente em momentos extraclasse, para contornar um problema que pode provocar frustrações na vida pessoal e profissional do estudante.

⁷ Rendimento Web: Ferramenta disponibilizada pelo Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas, que oferece dados estatísticos dos indicadores de desempenho da rede educacional das esferas estaduais e municipais. O desempenho dos alunos pode ser mensurado por escola, por disciplina e município. O aplicativo também possibilita ao gestor personalizar os filtros dos indicadores.

Com base nos subsídios da proposta, o objetivo do Projeto é propiciar ao estudante matriculado no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, a oportunidade de desenvolver as habilidades que não foram devidamente aprendidas. A intenção do Projeto é a de ampliar as possibilidades de aprendizagem dos alunos oferecendo-lhes atividades diversificadas, de forma individualizada e com metodologia diferenciada. Para isso, apresentamos, a seguir, os dados relativos ao atendimento do Projeto Reforço Escolar.

Tabela 11 Dados Quantitativo de Desenvolvimento do Projeto Reforço Escolar no estado do Amazonas nos anos de 2011 a 2013

	ANO ESCOLAR		
	2011	2012	2013
Nº de municípios envolvidos	14	14	25
Nº estagiários contratados	128	367	369
Nº escolas atendidas	90	184	212
Nº alunos atendidos	200	9.175	14.999

FONTE: CIEE- GERVS/SEDUC, 2013.

Podemos perceber, pelos dados apresentados na Tabela 11, que o Projeto não atendeu a todo o estado do Amazonas, ele obteve somente 40% de adesão por parte dos municípios e das escolas, em vista de desenvolver as ações de superação das dificuldades e, assim, amenizar a correção do fluxo em todo o estado.

Na tentativa de encontrar mais informações acerca da efetividade desse projeto nos anos de 2014 e 2015, não foi possível conseguir dados precisos para que se pudesse fazer uma comparação, assim não foi possível constatar se houve avanços no processo de sua implantação nos últimos anos.

É possível perceber que, nem todas as escolas da rede estadual foram contempladas com o Projeto, devido a uma série de problemas, tais como: a continuidade dos estagiários, acompanhamento pelos responsáveis competentes no desenvolvimento das ações e articulação com a parte pedagógica, bem com a infraestrutura de algumas escolas não ter possibilidades de atendimento no contra turno, o que dificulta o andamento do processo de implementação.

Vale ressaltar também que todo projeto, quando é implementado, deve haver avaliação, devem ser analisadas se as ações foram desencadeadas e se conseguiram alcançar os objetivos.

Na seção seguinte será explicitada a relevância dos fatores intraescolares no ambiente escolar, mais especificamente sobre a organização da cultura da escola, que

contribuem para o rendimento escolar, no que tange a reprovação e as ações desenvolvidas no cotidiano educativo que evidenciam a problemática. E, por último, iremos abordar a avaliação de aprendizagem.

1.3 Os fatores intraescolares e extraescolares

A democratização do ensino não se dá apenas pela garantia de acesso à escola. É preciso garantir a permanência do aluno na instituição escolar e contribuir para sua formação cidadã, por meio de uma aprendizagem significativa. Atualmente, o grande desafio da educação é a melhoria da qualidade de ensino, principalmente quando se busca o equilíbrio da liberdade e do direito de aprender.

A respeito disso, Dourado et al(2007) nos orienta que:

[...] uma educação de qualidade, ou melhor, uma escola eficaz é resultado de uma construção de sujeitos engajados, pedagógica, técnica e politicamente, no processo educativo, em que pesem, muitas vezes, as condições objetivas de ensino, as desigualdade socioeconômicas e culturais dos alunos, a desvalorização profissional e a possibilidade limitada de atualização permanente dos profissionais da educação (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007, p.11).

Seguindo o raciocínio do autor, pode-se afirmar que a gestão não cumpre apenas um papel administrativo, mas que orienta todas as ações com enfoque pedagógico. Além disso, considera-se que as características organizacionais de uma escola são fruto das interações entre as estruturas formais e informais. Tais estruturas compreendem desde os aspectos físicos da instituição (dimensão, recursos materiais, número de turmas, infraestrutura) até os aspectos técnico-pedagógicos (gestão, controle, normas, tomada de decisão, pessoal docente, comunidade, processos avaliativos, rendimento escolar) e sociais (relação entre os alunos, professores e funcionários, responsabilização e participação dos pais, democracia).

São muitos os estudiosos que retratam a importância da organização escolar e sua relação com o bom desempenho dos alunos. Os aspectos organizacionais são entendidos como o conjunto de normas que orienta as atividades pedagógicas da escola, compreendendo a regulação do tempo, o controle de frequência, os critérios para montagem das turmas, o planejamento pedagógico, as formas de avaliação e a gestão de

peçoal. Tudo que perpassa na rotina diária de uma instituição escolar faz parte dos fatores intraescolares.

Nesse contexto, todos esses aspectos contribuem para que a equipe escolar desenvolva um trabalho pautado em melhorias, principalmente concernente ao desencadeamento dos procedimentos necessários ao rendimento escolar. Assim, para compreendermos como os fatores intraescolares são articulados pela equipe gestora da escola em estudo, em vista de contribuir para a redução da defasagem nos anos finais do Ensino Fundamental é que precisamos conhecer que fatores relacionados ao contexto escolar interferem especificamente no desempenho, tanto dos alunos quanto na melhoria do rendimento da escola analisada.

Nas seções seguintes serão discutidos esses fatores, mostrando como cada um deles incide na escola analisada e se relaciona com o tema dessa pesquisa.

Dentre os vários fatores intraescolares e extraescolares que existem e são ressaltados por autores a respeito da eficácia escolar, busquei me atentar a quatro aspectos que considero relevantes no contexto educacional em análise, o primeiro está ligado aos **recursos escolares** existentes na escola, o segundo é a **gestão pedagógica e o planejamento estratégico da gestão** já o terceiro, aborda o **professor como mediador da aprendizagem** e, por último as **práticas educativas e o acompanhamento da aprendizagem** dos alunos com ênfase no clima escolar. A escolha de tais aspectos deu-se por estarem intimamente relacionadas com o plano diretivo da gestão escolar desenvolvido no decorrer do ano letivo e por serem apresentados como fatores associados ao desempenho escolar, como aborda Luck (2000).

1.3.1 Recursos escolares

Com dimensões amplas, a Escola Estadual Esperança possui uma área total de 3.586,70m², tendo 1.056 m² de área construída em salas de aula. A escola oferece espaço e estrutura adequados para que os alunos possam compartilhar situações diversas de aprendizagem. Além disso, possui estrutura para estudo, lazer e realização de atividades em seu prédio próprio cedido pelo Governo Estadual para SEDUC/AM, conta ainda com recursos humanos, didáticos e financeiros apropriados para o atendimento de seu público alvo.

A respeito dos recursos humanos, a escola investigada possui profissionais que podem realizar as atividades de cunho administrativo e pedagógico. Para isso, a escola conta com a participação de 171 servidores.

Tabela 12 Quadro Funcional da escola

Profissional e função	Quantidade
Gestor escolar	01
Administrador escolar	01
Secretária	01
Turno Matutino	
Docentes efetivos	48
Docentes temporários (PSS)	01
Pedagoga	01
Apoio Pedagógico – Professor	02
Professor – Atendimento Sala Multifuncional	01
Administrativos	02
Merendeiros	04
Auxiliar biblioteca – pedagoga readaptada	01
Vigia	01
Turno Vespertino	
Docentes efetivos	44
Docentes Temporários (PSS)	06
Apoio Pedagógico – Professor	02
Professor – Atendimento Sala Multifuncional	01
Administrativos	02
Merendeiros	03
Auxiliar da biblioteca – Auxiliar de Serviços Gerais	
Readaptada	01
Vigia	01
Turno Noturno	
Docentes efetivos	31
Docentes Temporários (PSS)	04
Apoio Pedagógico – Professor	03
Administrativos	02
Merendeiros	03
Vigia	02
Auxiliar na Mídia – Auxiliar de Serviços Gerais/Desvio de função	01
Auxiliar de biblioteca – Professor Readaptado	01
TOTAL	171

Fonte: Elaborada pela pesquisadora a partir dos dados do SIGEAM/2016.

Além disso, a escola conta com os serviços terceirizados de empresas no ambiente escolar, na qual possui 10 servidores prestando serviços de limpeza e 4 de segurança.

No que tange aos recursos pedagógicos, a escola possui um bom acervo na biblioteca, que conta com 400 livros de literatura infanto-juvenil, 200 obras literárias, 10 coletâneas para pesquisa, 300 exemplares paradidáticos, variados para as diferentes áreas de conhecimento. Embora não tenha o profissional específico para desenvolver esse trabalho na biblioteca, o mesmo acontece com os servidores readaptados, ou seja, servidores que foram afastados de suas funções por meio de laudo médico, assim buscam desenvolver essa função através do atendimento do empréstimo de livros, sensibilização da conservação do livro didático e distribuição dos livros aos alunos. O ideal seria que houvesse profissional lotado com habilidade específica, para promover um trabalho exclusivo nesse ambiente de interação com o conhecimento, pois percebe-se que tal profissional alocado com desvio de função, considerado um “quebra-galho”, não tem o conhecimento específico para o trabalho a ser desenvolvido em uma biblioteca e nem de promover projetos e atividades de leitura entre os alunos.

Na sala de mídias também consta acervo de temas relacionados ao contexto educacional, ainda sem deixar de mencionar os equipamentos eletrônicos a serem utilizados pelos docentes em suas práticas, como notebooks, data-shows, caixas amplificadas. Vale salientar que a sala de mídia é utilizada com frequência diária pelos professores e alunos. Utiliza-se também esse espaço pedagógico midiático, nas reuniões pedagógicas e encontros temáticos com as turmas diagnosticadas com alguma situação, como é o caso do trabalho direcionado pelo Projeto Ame a Vida⁸, em parceria com a Secretaria de Segurança. Além disso, a escola possui 20 computadores na sala de informática e materiais no laboratório de Ciências. A sala de Informática raramente é utilizada pelos alunos, pois os docentes não realizam planejamento com o uso dos computadores disponibilizados na sala de informática. Vale destacar que os professores não fazem a utilização da sala de informática por necessitar de um cronograma

⁸ Projeto Ame a vida - é uma iniciativa do Governo do Estado do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado da Assistência Social e cidadania (SEAS), em parceria com as Secretarias de Estado e Segurança Pública (SSP-AM) e de Educação (SEDUC). A ação tem o objetivo de sensibilizar e mobilizar alunos das Escolas da Rede Estadual de Ensino Fundamental, famílias, responsáveis e comunidades em geral, quanto à necessidade de prevenção das várias formas de violência. Além disso, o projeto visa ainda, o resgate das brincadeiras saudáveis entre crianças e adolescente, em contribuição com a convivência e fortalecimento de vínculos para mobilizar à comunidade educativa e demais participantes para o desenvolvimento da cultura e da paz.

pedagógico, bem como a disponibilidade pela gestão no repasse das ferramentas a serem utilizadas pelo corpo discente. Em contrapartida, o laboratório de Ciências é frequentado pelos professores de Ciências, Biologia e Química junto com os alunos nas aulas de experimentos e análise de materiais, em que são discriminadas nos planejamentos bimestralmente e repassada para a equipe gestora e pedagógica para o devido agendamento e utilização no decorrer de cada bimestre.

Entretanto, não basta apenas à existência de recursos didáticos e/ou materiais, é fundamental que sejam utilizados pelos professores como material pedagógico e que os alunos tenham acesso a eles. Pois de nada adianta para o desempenho dos alunos a existência de um laboratório de informática que fica fechado a maior parte do tempo, como ocorre na escola, sem nenhuma utilização por parte dos professores no cotidiano de suas aulas.

Em relação aos recursos financeiros, a escola usufrui dos repasses do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) interativo com a adesão nos diferentes programas desenvolvidos pelo MEC. Dentre os Programas, podemos destacar: Mais Educação, Ensino Médio Inovador, Atleta na Escola, PDE Escola. Por meio das ações direcionadas no plano estratégico a escola é contemplada com recursos federais anualmente, visando melhorias no desempenho escolar dos alunos. Vale ressaltar que os recursos repassados são suficientes, de acordo com os planos de aplicação de cada programa são realizados sua execução, na qual se procura contemplar todos os níveis de ensino oferecidos pela instituição escolar para usufruírem em suas práticas pedagógicas.

1.3.2 A gestão pedagógica e o planejamento estratégico da gestão

A gestão pedagógica e o planejamento estratégico da gestão são fatores intraescolares que exercem grande influência em todo o contexto escolar, por ser um dos eixos principais, responsáveis pela condução dos processos escolares. É primordial que a escola possa traçar suas metas e desenvolver um plano estratégico, articulado com toda a comunidade escolar, que propicie o alcance dos objetivos da instituição de ensino. Todo o trabalho educacional deve estar bem direcionado no Projeto Político Pedagógico (PPP) tendo como referência as necessidades detectadas no contexto escolar.

Sem planejamento, as ações dos diversos atores da escola irão ocorrer conforme as circunstâncias, com base no improvisado ou na reprodução mecânica de planos anteriores

e sem avaliar os resultados do trabalho. A falta de planejamento leva a equipe gestora a se especializar em “apagar incêndios”, mas, nem todos os incêndios podem ser apagados sem que haja sérios prejuízos. Diante desse contexto, é importante salientar que o Projeto Político Pedagógico da escola foi criado em 2012, com a participação de alguns profissionais da escola e que em 2013 sofreu algumas alterações tendo o envolvimento da equipe gestora, e, no ano de 2015, novas adequações foram realizadas, mas somente a equipe gestora teve participação. Além disso, até o momento, o PPP não foi aprovado pela SEDUC/AM.

Mesmo com o desconhecimento do PPP da escola, por parte da comunidade escolar, o trabalho no interior da escola acontece, embora não esteja com amparo legal, de acordo com o que rege a LDB, em que trata que todo o trabalho desenvolvido no contexto escolar deve estar previsto no PPP.

Para a escola ter um planejamento bem elaborado, pautado nas suas necessidades, cabe a equipe gestora da escola mobilizar a comunidade escolar para a revisão dessa ferramenta, que é o instrumento norteador das atividades escolares, e estimular a organização de ações pedagógicas sobre uma base de interesse comum que atenda às exigências legais e enfrente com êxito as dificuldades da escola. Almeja-se, ainda, estabelecer o esforço coletivo de mudança nessa reelaboração de maneira que possa integrar ações plausíveis relacionadas aos problemas diagnosticados na escola, no que concerne ao desempenho escolar, principalmente aos indicadores do rendimento, reprovação e abandono que contribuem para a defasagem idade-ano.

Esse é um trabalho árduo, pois implica o reconhecimento do amplo espaço entre aquilo que se encontra entre a proposta da escola e as habilidades de mobilização da comunidade escolar para sua efetivação com eficácia, de modo que não haja contradição entre o que foi proposto e o que é colocado em prática.

A gestão pedagógica da escola como ocorre nas demais instituições escolares, elabora seu plano de ação junto com os docentes na jornada pedagógica no início de cada ano escolar. Vale ressaltar, no entanto, com base nas observações dos documentos pedagógicos, que a escola investigada, em relação a diminuição da distorção idade-ano, até o momento, não desenvolve ação específica sobre esse problema, como aceleração de estudos, reforço escolar, dentre outras, mas no entanto, em vista de não haver ainda mais, percentuais altos de evasão, a secretaria da escola realiza a exclusão dos alunos que nunca compareceram as atividades, a fim de não serem contabilizados no censo escolar, no que tange aos indicadores da escola.

É importante, nesse percurso da gestão pedagógica, que a escola possa realizar, da maneira definida pela equipe gestora, uma análise de seus resultados, uma vez que, ao fazer tal situação, se faz necessário avaliar o desenrolar de seu plano de gestão e/ou planejamento estratégico, a fim de projeções futuras com ênfase nas dificuldades detectadas.

A respeito desse acompanhamento pedagógico, percebe-se que no interior da escola em análise, que esse aspecto é considerado um fator que necessita de um encorajamento e, para que haja mudanças de hábitos e melhorias relacionadas à eficácia escolar, se faz-necessário o trabalho direcionado do gestor da escola, como líder, pois para isso, destaca-se a importância do gestor escolar como agente que poderá contribuir para a apropriação qualitativa do trabalho realizado, assumindo espaços de produção de soluções adequadas às especificidades dos diferentes públicos atendidos pela escola.

Não se pode deixar de destacar que a parte pedagógica da escola em estudo atua especificamente no que tange ao acompanhamento sistemático dos alunos, relacionados aos problemas de indisciplina, de relações conflituosas entre professor-aluno e aluno-aluno, e mantém contato direto com os pais através de telefonemas e de conversas presenciais na escola ou na casa do aluno (quando é necessário), conforme consta nas ocorrências registradas pela equipe pedagógica. Além disso, acompanha o diário digital, através da verificação de frequência dos alunos à escola e do rendimento, em vista de evitar o abandono e a reprovação escolar das crianças e dos adolescentes.

Uma das práticas que poderia contribuir para o planejamento seria a participação do pedagogo ou apoio pedagógico, nos momentos do Horário de Trabalho Pedagógico (HTP), pois estão presentes os docentes por áreas de conhecimentos e assim, em parcerias com outros professores elencariam às dificuldades a serem trabalhadas em busca de melhorias ou até mesmo ocorrer o planejamento de atividades a serem realizadas no decorrer do ano letivo. É importante ressaltar que a escola não possui coordenador pedagógico por áreas de conhecimento, que poderia contribuir, de certo modo, para a realização desse trabalho de acompanhamento e monitoramento escolar.

Percebe-se que esse acompanhamento do HTP é de suma importância para a gestão pedagógica, mas que não ocorre, devido a equipe pedagógica, nesses momentos está subordinada somente aos problemas relacionados à indisciplina dos alunos.

Sobre essa prática pedagógica no contexto escolar, a Instrução Normativa nº 002/2014/SEDUC-AM, orienta que as escolas com 5 turmas em cada turno devem ter dois pedagogos, lotados nos turnos onde houver maior necessidade. Nas escolas com 6 a

15 turmas são três pedagogos, lotados 1 em cada turno. Nas escolas com 16 a 24 turmas são 6 pedagogos, sendo 2 por turno e nas escolas a partir de 25 turmas são 9 pedagogos, sendo 3 por turno. Diante dessa definição, a escola em questão, para melhor desenvolver suas ações, deveria contar com três pedagogos lotados por turno, já que possui atualmente 28 turmas e somente uma pedagoga lotada, no turno matutino, contando com o trabalho dos apoios pedagógicos nos demais turnos.

A respeito disso, tomando os direcionamentos de Soares (2007, p.153), que aponta o processo de aprendizagem em uma perspectiva multidisciplinar, ele ressalta que: “[...] dentro da escola há dois importantes processos que interagem para a produção do desempenho dos alunos: a gestão escolar e o ensino [...]”. De acordo com esse autor, é fundamental que ocorra no contexto escolar uma dinamicidade intrínseca entre as equipes gestoras e pedagógicas por meio de atividades que envolva tarefas rotineiras, como acompanhar e efetivar a assiduidade de alunos e professores, identificar os problemas de aprendizagem e buscar recursos para saná-los, estabelecer contatos com as famílias dos alunos em prol de seu acompanhamento escolar, garantir o acesso de alunos e professores aos materiais didáticos necessários para o trabalho escolar, entre outras. Tudo isso com o intuito de contribuir para melhorias nos resultados da escola, no que diz respeito aos índices de aprovação, reprovação e evasão, bem como diminuir o quantitativo de alunos em distorção.

Para que haja uma gestão pedagógica articulada com o planejamento estratégico, é importante destacar que o trabalho coletivo é primordial para a organização e gestão escolar. Pautado nessa premissa, é que destaco que na instituição em análise há a necessidade de um planejamento anual com discussões e reuniões direcionadas para estudo e alterações do Projeto Político Pedagógico da escola, bem como revisão do regimento interno. Diante dessa necessidade apresentada, poderia se fazer uso do HTP para a realização dessas reflexões e discussões, de cunho pedagógico, pois de acordo com o horário de distribuição das cargas dos docentes em ambos os turnos ocorrem nas segundas-feiras os professores que fazem parte da área de Linguagens, nas terças-feiras da área de Ciências Humanas e nas quartas-feiras Ciência da Natureza e Matemática.

Além disso, o cronograma pedagógico engloba o atendimento aos pais realizado geralmente nas terças-feiras e quintas-feiras, mas pode-se utilizar outro dia dependendo da situação ocorrida. Outro ponto de destaque da gestão pedagógica é o acompanhamento pedagógico frente ao diário digital, que deveria ocorrer, de acordo com o cronograma estratégico pedagógico, deveria ocorrer três vezes por semana (segunda, quarta e sexta)

com duração de 1h à 1h30min para as observações e registros críticos, situação que não é realizada plenamente, com frequência, pela equipe pedagógica, em decorrência de situações de indisciplina de alunos.

Ademais, é necessário que se trace metas em conjunto, desenvolva projetos e/ou ações relacionadas aos eventuais problemas enfrentados pela escola, como é o caso da distorção idade-ano, com foco para a redução do abandono escolar, que é uma das causas que contribui para esse problema educacional.

1.3.2.1 A atuação do gestor escolar

O gestor escolar, como dirigente da escola, é peça chave para a implementação das políticas que ali chegam, principalmente após o processo de descentralização que colocou a escola como centro da gestão educacional.

Atualmente nos parâmetros educacionais existe um contexto favorável à descentralização administrativa e pedagógica da gestão educativa, focada na autonomia do gestor, no que tange ao processo decisório das necessidades da escola bem como na sua responsabilização pelos resultados do ensino.

Pautado nessas prerrogativas, é que a unidade escolar requer um gestor que possibilite ações participativas, de acompanhamento contínuo, formação e interação entre os sujeitos da comunidade escolar. A partir desses encaminhados, o gestor assume, assim, papel central na condução dos processos educativos, como apontado por Heloísa Luck ao afirmar que ele adquire a postura de um: “[...]gestor da dinâmica social, um mobilizador, um orquestrador de atores, um articulador da diversidade para dar unidade e consistência, na construção do ambiente educacional e promoção segura da formação de seus alunos” (LUCK, 2000, p. 16).

Dentre as várias dimensões de atuação no contexto escolar, a gestão pedagógica surge como fundamental a fim de garantir o desenvolvimento de um trabalho que atenda às necessidades pedagógicas da escola e principalmente que busque desenvolver as competências e habilidades que garantam a aprendizagem, a igualdade de acesso e permanência e o sucesso escolar.

Para isso, é importante que na condução da gestão pedagógica, além de considerar os fatores intraescolares e extraescolares, o gestor escolar precisa compreender que a organização e as ações dos sujeitos da comunidade interna têm uma relação intrínseca

com suas responsabilidades. Nesse sentido, é importante o gestor como figura essencial da gestão, promover reflexões acerca das ações e práticas desenvolvidas, permeadas pelas interações, formas de participação dos atores pertencentes ao ambiente escolar e espaços de formação, além das formas de monitoramento existentes para o acompanhamento dos resultados do rendimento escolar.

O gestor da escola objeto de estudo, atua desde 2012 com essa função, mas que possui 15 anos de experiência em gestão escolar. Vale ressaltar que como está à frente da instituição há quase cinco anos, conhece a realidade, sabe as suas necessidades e aspectos a serem trabalhados.

Nesse patamar é imprescindível que o gestor realize o desencadeamento de ações e responsabilização, tendo como eixo norteador a gestão pedagógica desse processo através de um planejamento estratégico e de uma gestão democrática e participativa com a colaboração de outros órgãos colegiados em vista de melhorias no âmbito escolar.

1.3.3 O professor como mediador da aprendizagem

Vale salientar, sem dúvida, que o professor é o líder do processo de educar, e para isso deve ser encarado verdadeiramente como um elemento essencial e fundamental. Quanto maior e mais rica for sua formação profissional e de vida, maiores serão as possibilidades de desempenhar efetivamente uma prática democrática que eduque de forma positiva. Nóvoa (2007, p. 303) afirma que “[...] não é possível construir um conhecimento pedagógico para além dos professores, isto é, que ignore as dimensões pessoais e profissionais do trabalho docente [...]”. Porém, não se quer dizer, com isso, que o professor seja o único responsável pelo sucesso ou insucesso do educando durante sua vida educativa, mas, sim, que seu papel é de vital importância, seja como pessoa ou profissional

A Tabela a seguir apresenta o quantitativo de profissionais que possuem formação para o desenvolvimento de sua práxis pedagógica.

Tabela 13 Formação profissional da equipe gestora e pedagógica da Escola Estadual
Esperança

Modalidades/Níveis	Quantidade de profissionais
Licenciatura	15
Especialização	130
Mestrado	2

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2016.

Além da formação inicial dos docentes em várias áreas de conhecimentos da educação, os profissionais da educação da escola buscaram mecanismos para sua qualificação, por meio dos Cursos de Pós-Graduação. Dentre os cursos de especialização, podemos destacar em Gestão Escolar, Mídias na Educação, Coordenação Pedagógica, Psicopedagogia, Educação Infantil, Currículo, Educação Especial, Línguas e Literaturas, bem como específico de cada disciplina de Matemática, Física, Química, Geografia, História, Educação Física. Os dois docentes que possuem mestrado, desenvolveram sua pesquisa atrelados às suas áreas – Ciências Humanas e Sociais.

É importante destacar a relevância do trabalho desenvolvido pelos docentes, pois as atividades realizadas no contexto escolar são exclusivamente fruto da iniciativa dos docentes e da equipe pedagógica.

Nesse processo de aprendizagem, é observado na escola em questão, que o professor, como elo de mediação dessa interação do conhecimento, desenvolve práticas educativas dinamizadas por um lado e em outros momentos utiliza métodos tradicionais, que encontram-se arraigados no fazer pedagógico.

A educação é, pois, processo e prática que se concretizam nas relações sociais que transcendem o espaço e o tempo escolares, tendo em vista os diferentes sujeitos que a demandam. Educação consiste, portanto, no processo de socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam saberes, conhecimentos e valores.

Embora atenda aos diferentes níveis de ensino, a escola investigada não ocupa na CDE Y, a primeira posição em relação ao percentual do abandono escolar, no ano de 2015, com base nos diferentes níveis oferecidos por cada escola.

Para que se possa compreender a realidade da escola investigada, apresentaremos a distribuição do abandono escolar da CDE Y, pois o abandono escolar é uma das causas que acarretam a distorção idade-ano.

Tabela 14 Distribuição do Abandono Escolar das Escolas da CDE Y – 2015

COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO	
Nome da Escola	% Abandono Escolar
Escola Estadual Nova Moura	19,9
Centro Educacional Virgílio do Saber	19,5
Escola Estadual Aliança	17
Escola Estadual Esperança	13
Escola Estadual Delta	12,8
Escola Estadual Alfa	11,1
Escola Estadual Arca de Noé	10,6
Escola Estadual dos Pinhais	9,8
Escola Estadual Santa Itelvina	9,7
Escola Estadual Monte Pascoal	8,9
Escola Estadual Tupinambá	6,4
Escola Estadual Viana	5,7
Anexo Da Escola Estadual Terra Nova	4,8
Escola Estadual Braga	4,6
Eti Lago dos Cisnes	3,4
Escola Estadual Terra Nova	2,9

FONTE: SEDUC/GEPPAE-AM, 2016.

Após apreciar os dados disponibilizados na Tabela 14, é possível verificar que a Escola Estadual Esperança ocupa a quarta posição, com 13% de percentual de abandono escolar, bastante alto se considerarmos no todo os resultados da CDE Y, que obteve no ano de 2015 um percentual de 9,19%, mas se analisarmos as especificidades de cada escola, ou seja, características de cada instituição em relação, ao níveis de ensino atendido, o quantitativo de turmas oferecidas, os turnos de funcionamento, é possível observar que a escola em questão, tem uma realidade peculiar, pois atende diferentes modalidades de ensino, ou seja, Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais, ensino médio e EJA Fundamental e Médio, além disso a instituição escolar desenvolve suas atividades em 28 salas de aula. Essas características diferenciam das demais que fazem parte da CDE Y, mas que mesmo com suas especificidades a escola necessita desenvolver um trabalho que possa diminuir seu percentual de abandono escolar, por meio da valorização do aprendizado do aluno e isso irá propiciar melhorias no rendimento da escola e, conseqüentemente amenizará a distorção idade/ano.

1.3.4 Práticas educativas desenvolvidas no ambiente escolar: Recuperação Paralela e Progressão Parcial como mecanismos de superação da distorção idade-ano

A recuperação paralela é uma estratégia de intervenção deliberada no processo educativo na escola, como uma nova oportunidade que leva os alunos ao desempenho esperado. Os estudos de recuperação de caráter obrigatório representam, de fato uma nova oportunidade de aprendizagem, sendo pois, uma consequência do processo de avaliação continuada. Ambos devem ocorrer concomitante ao processo educativo para garantir ao aluno a superação de dificuldades em seu percurso escolar.

A respeito disso, a LDB assegura a obrigatoriedade de estudos de recuperação, preferencialmente paralela, no período letivo e aos alunos com baixo rendimento escolar. Em seu artigo 12 é destacado:

Art. 12 – Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de [...]

V – Prover meios para recuperação dos alunos de menos rendimento [...]

Art. 24 – [...] V – a) verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. (BRASIL, 1996)

No âmbito dos anos finais do Ensino Fundamental, na Escola Esperança, após o lançamento das avaliações no Diário Digital, automaticamente, o aluno que não atingir a pontuação mínima de 60%, será submetido a recuperação paralela, de modo a resgatar conteúdos não assimilados e/ou elucidar dúvidas em relação aos focos trabalhados nos momentos avaliativos.

Nessa linha de raciocínio, o artigo 66 do Regimento Geral das Escolas Estaduais do Amazonas determina que:

[...] o estudante que não atingir o mínimo exigido no conteúdo avaliado terá tantas oportunidades de estudos de recuperação paralela e avaliação quanto possível para amenizar as dificuldades relativas aos conteúdos não assimilados. (AMAZONAS, 2011).

É de responsabilidade da gestão escolar realizar o monitoramento no diário digital acerca da realização da recuperação paralela a cada mês, em vista de melhorias no rendimento da escola.

Ultimamente, a cada bimestre cresce cada vez mais o quantitativo de alunos que são submetidos a recuperação paralela, nas mais variadas disciplinas. Esse crescimento

gera, posteriormente, o quantitativo maior de alunos em recuperação ao final do ano letivo, situação que não era para ocorrer, bem como o alto quantitativo de alunos aprovados com progressão parcial.

Os alunos que possuem desempenho abaixo da média automaticamente são direcionados no sistema do diário digital para a realização da referida avaliação de recuperação, mas é importante destacar que a fim de se obter resultados satisfatórios é primordial que esses alunos tenham consciência da importância desse instrumento avaliativo, pois evidencia no contexto investigado a ausência dos alunos quando são programadas esses mecanismos de superação da distorção idade-ano, e, conseqüentemente não ocorre com eficiência essa praticidade.

As faltas frequentes comprometem o seu rendimento pessoal e de toda a escola. Mesmo que ocorra esses contratempos, vale salientar, que tanto a RP quanto a progressão parcial contribuem significativamente na melhoria do aprendizado dos discentes e, de certo modo, no rendimento escolar como um todo.

Cabe à gestão escolar analisar seu rendimento escolar, bem como tomar os procedimentos necessários para um trabalho pedagógico com o envolvimento de toda a comunidade, pois todos devem ser motivados e o professor deve descobrir o que motiva o seu aluno a aprender, para evitar a reprovação.

Já com relação a progressão parcial, entende-se como um mecanismo eficaz na minimização dos índices de repetência e na superação das dificuldades de aprendizado que alguns alunos apresentam, se houver uma prática pedagógica diferenciada.

A progressão parcial é uma política adotada no sistema educacional desde a década de 90, como uma forma de oferecer oportunidade de recuperação da aprendizagem para os alunos que não obtiveram aproveitamento satisfatório.

A respeito da progressão parcial, caso evidenciado na escola em estudo, percebe-se que são praticadas, mas que também, ocorrem contratempos, no que tange à sua aplicação no ambiente escolar. A secretaria da escola repassa no primeiro bimestre para a equipe pedagógica, o levantamento dos alunos que estão em progressão parcial, mas que ao passar o cronograma para os alunos, não se consegue estabelecer a agenda do cronograma, pelo desinteresse dos alunos, mesmo os seus pais estarem cientes da ação que está sendo desenvolvida, mas que, geralmente, em tempo hábil, conseguem concluir essas atividades e por fim, alcançar resultados positivos em relação ao ano de escolaridade que se encontra com pendência.

Vale ressaltar que na escola investigada, como bem explicitado anteriormente, em 2015 dos 1.190 alunos, 1.017 foram aprovados, desses 68 foram aprovados com progressão parcial, 115 deixaram de frequentar, 30 alunos foram reprovados por nota, 24 por falta, 1 foi reprovado por acúmulo de progressão parcial e 3 alunos foram reprovados por excesso limite de progressão parcial. É permitido ao aluno ficar reprovado em determinada disciplina somente um ano, caso ocorra na série seguinte, ocorrerá acúmulo de progressões e, automaticamente, o aluno é considerado reprovado.

Diante desses dados apresentados acima é fundamental que aconteça o acompanhamento para que as ações direcionadas para a progressão parcial ocorram, para não acontecer excesso e acúmulo de progressão parcial, como aconteceu com os quatro alunos. Nesse sentido, é necessário controle de monitoramento através de uma agenda de cronograma para que possam existir melhorias nos resultados escolares.

Nos últimos três anos a progressão parcial tem ocorrido com menos frequência, devido à reprovação de alunos em algumas disciplinas. Em relação a isso, a escola obteve nos anos finais do Ensino Fundamental, no ano de 2013, 117 alunos em progressão parcial, já em 2014 esse número caiu, atingindo 80 alunos nessa situação. Em 2015 a escola conseguiu diminuir ainda mais esse percentual nos anos finais do Ensino Fundamental, pois somente 68 alunos se encontravam subordinados a realização da progressão parcial no ano de 2016.

O trabalho desenvolvido pela equipe de coordenação pedagógica da escola, em relação ao processo de avaliação de progressão parcial, ocorre, a priori, por meio de reunião com os pais e/ou responsáveis dos alunos, ocasião em que são passadas as datas em que serão realizadas as aulas com os conteúdos das avaliações, para que tenham conhecimento.

Em seguida, os alunos são convocados a realizarem as avaliações em sala específica, caso não consiga bom resultado, aplica-se uma nova avaliação abordando o mesmo conteúdo, repetindo essa ação até a terceira vez, ficando assim registrada a maior nota alcançada pelo aluno, sendo que, algumas vezes, não se consegue desempenho para ser reprovado.

Comparando alunos nessa situação na escola, podemos perceber que no ano de 2013, 12 alunos nos anos finais do ensino fundamental tiveram excesso limite de progressão. Já em 2014 houve uma diminuição desse quantitativo, chegando a 8 alunos, e, em 2015, a escola, nos anos finais do ensino fundamental, apresentou somente 3 alunos com excesso limite de progressão parcial.

Vale ressaltar que, em todo programa, projeto e ou ação pedagógica desenvolvida ocorre falhas, sempre existem pontos que necessitam ser revistos, com destaque no momento para o plano de gestão pedagógico, em relação ao acompanhamento dos alunos que se encontram em distorção nos diferentes anos escolares, necessitando verificar se os docentes estão desenvolvendo atividades diversificadas em vista de melhorias em seus desempenhos escolares.

Nessa perspectiva, por mais que haja dificuldades, ambos os mecanismos perpassam o contexto escolar a fim de amenizar os problemas escolares no que tange ao rendimento escolar, principalmente relacionados às taxas de reprovação, e, quando conseguem êxito nas duas estratégias, a escola, por sua vez, melhora seus resultados e o aluno consegue avançar em sua trajetória escolar.

1.4 Apresentação da escola investigada

A Escola Estadual Esperança foi instituída pelo Decreto nº 22.555, de 5 abril de 2002, documento retificado pelo Decreto nº 24.149 de 12 de Abril de 2004. A escola foi criada para atender a comunidade de Manaus.

Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o nível sócio econômico (INSE) dos alunos da escola está no grupo 4⁹, seu estrato social baseia-se a partir dos dados dos questionários contextuais das avaliações externas, e na escala de complexidade a gestão ocupa o nível IV¹⁰ no que tange à relação ao porte da escola, número de turnos de funcionamento, quantidade e complexidade de modalidades oferecidas.

A Escola Estadual Esperança funciona, desde 2004, em prédio próprio, localizado na área urbana da zona norte de Manaus. Construída com 24 salas de aula, a escola iniciou

⁹ Grupo 4 Variável NUMERO TURNO: Para avaliar o número de turnos de funcionamento das escolas as turmas de cada uma delas foram classificadas de acordo com o seu horário de início em: matutino (5:00h às 10:59h), vespertino (11:00h às 16:59h) ou noturno (17:00h às 4:59h) e, por fim, a escola foi classificada de acordo com o número de turnos em que suas turmas funcionam. Assume-se que escolas que funcionam em mais turnos são mais complexas. Nota técnica nº 040/2014, NEP/MEC, 2014.

¹⁰Nível IV (50; 60): Neste nível, os alunos, de modo geral, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como um rádio, uma geladeira, dois telefones celulares, até dois quartos e um banheiro e, agora, duas ou mais televisões em cores; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas, computador e possuem acesso à internet; bens suplementares, como freezer, um ou mais telefones fixos e um carro; não contratam empregada mensalista ou diarista; a renda familiar mensal está entre 1,5 e 5 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) possuem ensino fundamental completo ou estão cursando esse nível de ensino. Nota técnica INEP.

atendendo ao Ensino Fundamental de 1ª a 8ª série, Programa de Aceleração de Aprendizagem (PAA) para 1ª e 4ª série, Educação de Jovens e Adultos – EJA, segundo segmento (5ª a 8ª série) e Etapa Única, Ensino Médio e dispunha de uma Sala de Recursos, destinada ao atendimento de crianças com deficiência.

Em 2007, em meio à reforma e ampliação do prédio para atender as demandas de matrículas para os anos iniciais do Ensino Fundamental, além das 24 salas de aula, a escola ainda contou com um anexo de três salas. Em 2008, passou a funcionar com 32 turmas para atender ao ensino fundamental de nove anos, ensino médio, EJA (2º segmento e Etapa Única), e Projeto Avançar (2ª fase) para correção de fluxo.

No ano de 2014, a escola desenvolveu trabalho com 30 turmas, ou seja, duas salas foram disponibilizadas para o laboratório de Ciências e a outra para a Sala de Mídias.

Atualmente, para uma melhor estrutura, houve a necessidade de disponibilizar mais duas salas; uma sala mais ampla para ser de uso dos professores, devido a instalação de uma bancada com acesso à internet com 8 computadores para serem utilizados no serviço do diário digital, bem como outra para ser arquivo da secretaria e depósito da escola.

Com essa nova estrutura, a escola em seu espaço físico atende critérios de acessibilidade, além disso, possui uma boa iluminação, climatização, instalações elétricas e hidráulicas, pátios cobertos, laboratório de informática, cozinha, refeitório, depósitos, banheiros, quadra poliesportiva, estacionamento, terreno murado e poço artesiano.

No ano de 2016, a instituição atende 3.072 alunos distribuídos no Ensino Fundamental (4º ao 9º ano), Ensino Médio e EJA Fundamental e Médio, funcionando nos turnos matutino, vespertino e noturno.

A escola possui ainda um grande número de alunos com resultados de aprendizagem abaixo da média, chegando aproximadamente, neste ano de 2016, de acordo com a equipe pedagógica da escola, a 500 alunos no Ensino Fundamental, o que se tornou uma preocupação, pois a realidade vivida no contexto da Escola Estadual Esperança torna crítica em relação à distorção idade-ano no Ensino Fundamental. A respeito da distorção idade-ano de alunos com baixo rendimento, Arroyo (2004, p. 18) orienta que:

[...] os alunos chegam à escola defasados, com baixo capital cultural, sem habilidades mínimas, sem interesse, chegam à escola reprováveis, sem capacidade de enfrentar o ritmo “normal” de aprendizagem. Além dos “problemas” externos apresentados, outros estudiosos destacam fatores importantes para o “sucesso” (ARROYO, 2004. p.18)

De acordo com os dados do Censo Escolar, a Escola Estadual Esperança, dos 1.474 alunos matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental, em 2012, 634 se encontravam em distorção idade-ano. Já em 2013, de um total de 1.470 alunos matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental, 617 se encontravam em defasagem. Enquanto que no ano de 2014, dos 1.319 alunos matriculados, somente 482 se encontravam em distorção idade-ano nos anos finais do Ensino Fundamental (INEP, 2014).

Mediante esses dados, pode-se constatar que, de 2012 a 2014, houve uma diminuição da distorção idade-ano. Ainda assim, a distorção registrada no último ano está acima de 36%, cerca de 8 pontos percentuais a mais que o registrado no país no mesmo período. Portanto, embora tenha ocorrido decréscimo nos indicadores de distorção, ainda é preciso desenvolver práticas que possam garantir a regularização do fluxo, e, assim, concretizar a meta do PNE, no que tange a aprendizagem e conclusão da escolaridade na idade certa.

Diante desse diagnóstico observado, a escola, até o momento, não possui nenhum projeto com a finalidade de reduzir a distorção idade-ano. A única medida adotada para os alunos que se encontram com defasagem de série é o encaminhamento para o reforço escolar do Programa Mais Educação. Os alunos sinalizados pelos professores são enturmados nas turmas e atividades desenvolvidas no contra turno, e participam do acompanhamento pedagógico/Língua Portuguesa e Matemática, Fanfarra, Capoeira e ginástica rítmica.

Ademais, embora de acordo com os dados do Inep (2014) o nível sócio econômico esteja classificado em IV, ou seja, as famílias inseridas nesse nível possuem bens elementares e suplementares, têm um padrão de vida médio-baixo com renda mensal entre 1,5 a 5 salários mínimos e os pais, em sua grande maioria, possuem o ensino fundamental completo ou estão cursando esse nível de ensino, com base nos questionários respondidos pelos alunos que participaram da Prova Brasil (Inep, 2014), é importante destacar que a clientela atendida pela escola é, em grande maioria, de classe média baixa, oriundos de diferentes bairros periféricos da zona norte e leste da cidade de Manaus. De acordo com a CDE Y, através de dados coletados para a certificação da ISO 9001, constatou-se que a grande maioria dos alunos são oriundos de famílias assalariadas, funcionários públicos da rede estadual e municipal e desempregados, com uma renda aproximada de um e meio a cinco salários mínimos.

A gestão escolar, diante dessa realidade, deve montar um plano estratégico, através do oferecimento de reforço aos alunos que se encontram nessa situação, fato que não ocorre no contexto da escola em estudo. Discussões são realizadas acerca dessa problemática, mas não chegam a serem executadas, principalmente as ações relacionadas ao abandono escolar com a parceria dos conselhos escolares e tutelar, falta maior atuação de ambos para funcionar de acordo com o esboço de seu planejamento e política defendida diante da sociedade. A respeito da atuação do conselho escolar, pode-se afirmar que a partir do ano de 2016, no segundo semestre é que realizaram as primeiras reuniões com a participação dos conselheiros para definição do trabalho a ser desenvolvido, bem como traçaram ações para melhor atuar junto aos projetos de evasão escolar e conservação do patrimônio público. Mas acerca do envolvimento do conselho escolar com os alunos que abandonaram, ainda não foram realizadas ações dessa natureza.

Dessa forma, é necessário que o problema da distorção idade-ano seja capaz de fazer com que os atores envolvidos compreendam como a equipe gestora pode articular os fatores intraescolares e extraescolares de maneira que possam contribuir para a redução dos alunos em distorção idade-ano na Escola Estadual Esperança, e se prontifiquem a trabalhar com as mudanças a serem realizadas, posteriormente, da melhor forma possível.

No entanto, é percebido também que muitos professores não aceitam os resultados da escola como sua responsabilidade, o que é comprovado pela resistência em assumirem turmas que poderão realizar planos de intervenção. Isso ocorre, quando os alunos não conseguem êxito no processo avaliativo e, é solicitado do professor para realizarem um planejamento interventivo sobre os conteúdos não assimilados pelos alunos. Nessa situação os educadores alegam que o desinteresse é dos alunos, em quem é atribuída somente a culpa pelo fracasso daquela turma, com rendimento abaixo do esperado.

Nesse sentido, a pesquisa pretende investigar como a escola está articulando os fatores intraescolares e extraescolares de maneira que possam contribuir para a redução dos alunos em distorção idade-ano, o que será analisado com base nas observações e entrevistas realizadas com os atores envolvidos no processo e será detalhado no próximo capítulo desta dissertação.

2 A GESTÃO ESCOLAR E SUA ATUAÇÃO FRENTE A ESCOLA ESTADUAL ESPERANÇA: DESAFIOS EM BUSCA DE MELHORIAS NO CONTEXTO ESCOLAR.

O presente capítulo analisa o problema da pesquisa, que é a distorção idade-ano nos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Estadual Esperança. A intenção é estudar como a equipe gestora pode articular os fatores intraescolares de maneira que possam contribuir para a redução dos alunos em distorção idade-ano. Para analisar essa realidade será apresentada a metodologia da pesquisa e o referencial teórico concernente ao tema.

Esse trabalho seguirá as etapas da pesquisa qualitativa, que, conforme Minayo (2010) dá ênfase a fase exploratória; trabalho de campo, análise e tratamento do material empírico e documental. A partir dos dados obtidos e da pesquisa documental, buscaremos compreender a problemática, por meio da análise das informações obtidas na pesquisa de campo.

No que se refere ao respaldo teórico das análises, o segundo capítulo apresenta um conjunto de reflexões sobre a temática da distorção idade-ano. Para a análise relacionada à gestão pedagógica da escola investigada, buscaremos embasamento nos pensamentos dos autores apresentados como modelo aplicado na escola pública que discutem o problema em foco, como os apontados por Brooke e Soares (2008), Luck (2009), Dourado (2007) e Duarte (2005), dentre outros que serão abordados.

Para tanto, este capítulo se organiza da seguinte maneira: na primeira seção trataremos dos conceitos teóricos que embasam as funções desempenhadas, tanto pela gestão escolar quanto pela equipe pedagógica, relacionadas ao problema em estudo. Na segunda é apresentado o percurso metodológico do trabalho de campo, é feita uma exposição dos procedimentos para coleta de dados e os sujeitos envolvidos na pesquisa. Na terceira seção, é feita uma abordagem sobre os desafios para a escola articular os fatores intraescolares e extraescolares que contribuem para a redução dos alunos em distorção idade-ano. Assim, será feita análise da atuação da equipe gestora da escola para identificar as ações desenvolvidas em vista do problema da distorção idade-ano, bem como da práxis da gestão e da comunidade escolar nas atividades desenvolvidas.

A quarta seção apresenta as possíveis causas da distorção idade-ano apresentadas pelos alunos que participaram da pesquisa, em que será tratado das possíveis dificuldades dos alunos no decorrer de sua trajetória escolar. Para isso, será feita uma observação no

perfil de cada aluno participante desse processo que se encontram em defasagem e, assim, direcionar os percursos que dificultam avançar em sua trajetória escolar.

Na quinta seção serão abordados os resultados da investigação das práticas pedagógicas escolares e sua influência nas turmas com distorção idade-ano. É a partir do resultado das análises que serão elaboradas as propostas e ações de intervenção.

2.1 Reflexões teóricas sobre a política de correção do fluxo escolar

As discussões teóricas utilizadas nesta investigação ajudam a compreender os problemas relacionados a correção do fluxo escolar frente aos desafios do fazer pedagógico articulados com os fatores intraescolares. Segundo Setúbal (2000), uma educação de qualidade para todos implica criar uma política que tenha sentido para os diferentes setores da sociedade, de modo que todos se sintam incluídos, representados em seus interesses, atendidos em suas demandas. Ao incentivar a adesão dos sistemas estaduais e municipais ao Programa de Aceleração da Aprendizagem, o MEC pretende induzir essa mudança de mentalidade e de atitude comportamental, indispensável para a superação da “cultura da repetência”, bem como oferecer os subsídios necessários para a correção do fluxo escolar.

É importante deixar claro que a base desse trabalho investigativo não atribua à culpabilidade do problema da distorção idade-ano à equipe pedagógica ou ao corpo docente, nem ao discente e muito menos à família, mas que, acima de tudo, se possa articular a necessidade de mudança de postura e adoção de mecanismos que contribuam para a regularização do fluxo escolar desenvolvido por toda a gestão.

Já Prado (2000) trata o fracasso escolar como um problema que aflige, de maneira geral, a educação pública, devido ao alto índice de reprovação, evasão e abandono. Tal problema tem sido motivo de preocupação dos poderes públicos, pois ocasiona a distorção idade/ano. Além disso, as políticas educacionais passaram a ser mais efetivas com o advento da Constituição de 1988, uma vez que amplia os direitos e garantias dos cidadãos no que se refere à educação. A LDB, por exemplo, em seu artigo 208, deu um salto significativo na garantia de direitos à educação ao assegurar oferta a todos os alunos com distorção idade/ano (BRASIL, 1996).

Podemos dizer que o fracasso escolar é um dos problemas que precisa ser solucionado no sistema educacional, pois tanto os elevados índices de reprovação que

permeiam nossas escolas, quanto à evasão contribuem para a má qualidade. Apesar das políticas adotadas para regulação do fluxo escolar, a defasagem idade-ano dos alunos continua a preocupar o sistema de ensino, principalmente nas escolas do Amazonas.

Diante de tudo isso, é importante que ocorra no cenário educacional o processo de responsabilização, de modo a obter melhorias na qualidade da educação com o envolvimento de todos. De acordo com Brooke (2012), responsabilização significa “[...] o processo pelo qual se torna público o trabalho das escolas considerando os gestores e outros membros da equipe escolar, como corresponsáveis pelos níveis de desempenho alcançado pela instituição”. É importante que nesse processo de assumir com responsabilidade suas ações e obrigações possa ocorrer monitoramento das políticas públicas e das ações desenvolvidas, seja em relação à formação continuada do corpo docente, à apropriação dos resultados das avaliações, a adoção de projetos e programas, desencadeando uma gestão participativa e democrática, com tomada de decisões que favoreçam o que define a Constituição e a LDB com relação à garantia das condições de sucesso escolar.

A perspectiva de uma boa gestão defendida por Lück (2009), em que retrata a instituição da gestão democrática da escola como estratégia necessária para o somatório de esforços com vistas à melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos, enfatiza que por melhores que sejam os processos de gestão escolar, pouco valor terá caso não produzam resultados efetivos de melhoria na aprendizagem dos alunos.

É fácil percebermos que o papel da equipe gestora ultrapassa a organização do cotidiano escolar e permeia as atividades do processo educacional no que diz respeito à preparação e a análise e verificação dos resultados das ações e metas alcançadas ou não, durante o processo educativo. Uma equipe gestora precisa se adequar às mudanças, uma vez que a própria educação não é um processo estático. Para isso, é fundamental não perder o foco de ser a representante do sistema educacional diante dos outros profissionais da escola e da comunidade escolar e, sobretudo, interagir na busca de fortalecer o elo de participação e comprometimento dos envolvidos no fazer educacional.

Arelado a essa interação e fortalecimento da gestão escolar por meio da participação e responsabilização no fazer educacional, seguimos as ideias de Mintzberg (2010), em que destaca que a gestão eficaz pode ser vista dentro de um triângulo em que se encontram a arte, a habilidade prática e a ciência. O autor afirma ainda que “[...] a gestão pode não ser uma ciência, mas precisa da ordem que a ciência traz ao mesmo tempo em que está enraizada na habilidade adquirida na prática, com algo de animação

da arte” (MINTZBERG, 2010, p.133-135). Sendo assim, pautado nesses pressupostos, pode-se dizer que: “[...] as organizações são estruturadas para capturar e dirigir os sistemas de fluxos e para definir os inter-relacionamentos das diferentes partes” (MINTZBERG, 2009, p.20).

Nesse sentido, tem-se como foco de análise o trabalho da equipe gestora, pertinente ao direcionamento do trabalho em conjunto, com parcerias e envolvimento de todos. Vale ressaltar que para que se tenha êxito no processo educacional, é imprescindível a existência de uma gestão articulada, coesa, prática e eficaz, que possa articular toda a unidade educacional.

Muito se tem discutido a respeito das causas do abandono e da evasão de estudantes em todo o Brasil. As taxas de distorção idade-ano nos municípios brasileiros tendem a se elevar, principalmente entre as populações menos favorecidas, onde a escola parece ter perdido o rumo do seu objetivo.

Na realidade, a escola precisa ser criativa, renovar-se e estar atenta a estes estudantes. Para Bomeny (2003, p.11) “[...] um dos indicadores que contribui fortemente para dificultar o bom desempenho é o alto índice de distorção idade-ano, variável que nos ajuda avaliar o grau de inadequação entre a idade dos alunos e as séries em que estão alocados”. A respeito desse problema da distorção idade-ano, Vidal et al(2007) apud Tarocco Filho et al (2013) informa que:

[...] a taxa distorção idade-ano parece ser fundamental para política educacional de um país, pois apresenta impactos diretos sobre a eficiência e eficácia do sistema educacional e se relaciona com um conjunto de variáveis quantitativas e qualitativas da educação, dentre elas: taxas de reprovação, repetência, condições de infraestrutura, que indiscutivelmente, influenciam de maneira direta o desempenho dos alunos (TAROCCO FILHO, 2013, p.70).

A partir do momento em que as crianças e os jovens são atingidos pelos problemas educacionais, como reprovação, abandono, evasão, o fluxo normal de seus estudos sofre alteração, pois essa agravante situação de fracasso escolar bem como das disparidades existentes nas diferentes regiões brasileiras tem levado os governos, nas diferentes esferas, e as secretarias de educação das unidades federativas, a se empenharem para a viabilização de políticas públicas de correção do fluxo escolar, com o propósito de resgatar estudantes para que possam concluir seus estudos.

Podemos dizer que o fracasso escolar é um dos problemas que precisa ser solucionado no sistema educacional, pois tanto os elevados índices de reprovação que

permeiam nossas escolas, quanto à evasão escolar contribuem para a má qualidade. Apesar das políticas adotadas para regularização do fluxo escolar, a defasagem idade-ano dos alunos continua a preocupar o sistema de ensino, principalmente nas escolas do Amazonas.

A respeito dessa preocupação com uma aprendizagem significativa no contexto escola, Luck (2009) nos orienta que:

[...] os indicadores de desempenho da escola servem para apontar sucessos, como também expor dificuldades, limitações e indicar situações que necessitam de mais cuidado e atenção, de modo a orientar a tomada de decisão e a determinação de ações de melhoria e a necessária correção de rumos. Também servem para reforçar as ações bem sucedidas, apontando a sua adequação em relação aos resultados desejados. (LÜCK, 2009 p. 58).

Isso se atribui ao fato de ser um indicador relevante no que tange ao processo ensino aprendizagem, e, principalmente, ao sucesso da unidade escolar, enfatizando a gestão pedagógica por meio do planejamento estratégico, com metas estabelecidas por meio de boas práticas no cotidiano escolar, utilizando as ferramentas disponibilizadas na escola e, principalmente, fazendo uso dos instrumentos avaliativos na qual o aluno tem direito.

Para isso, não podemos deixar de enfatizar a relevância da gestão participativa, no que tange ao aprimoramento do PPP, com a realização dos ajustes e adequações, bem como da avaliação pela comunidade escolar das ações estabelecidas no plano de gestão. De posse dessa análise é necessário projetar as metas e planos futuros com o objetivo de obter melhorias educacionais, principalmente na redução dos índices de defasagem na escola.

Outro critério importante a ser analisado é o clima institucional¹¹. Além disso, é importante destacar a atuação da equipe gestora e pedagógica em relação à distorção idade série e aos altos índices de reprovação nos anos finais do Ensino Fundamental. No que se refere ao problema da reprovação escolar, será realizada uma análise do quantitativo de

¹¹ Clima institucional - refere-se aos aspectos internos da organização que levam à provocação de diferentes espécies de motivação nos seus participantes. Ele faz parte da qualidade do ambiente organizacional, sendo percebido pelos participantes da empresa e que influencia o comportamento. Afeta a motivação, o desempenho humano e a satisfação no trabalho. Através dele as pessoas esperam recompensas, satisfações e frustrações. Essas expectativas geralmente levam à motivação. O clima institucional depende das condições econômicas da empresa, da estrutura organizacional, da cultura organizacional, das oportunidades de participação pessoal, do significado do trabalho, da escolha da equipe, do estilo de liderança, da avaliação e remuneração da equipe, etc. Ele é capaz de afetar o comportamento organizacional e este afeta o desempenho (CAED, 2014).

alunos reprovados nos anos finais do Ensino Fundamental, tendo por base o ano de ingresso.

A próxima seção apresentará a metodologia desenvolvida para estudo e análise dos dados obtidos, assim como explicitará o motivo da escolha dos instrumentos utilizados neste estudo. Todo o percurso metodológico da pesquisa foi elaborado com o objetivo de retratar as ações das equipes gestora e pedagógica desenvolvidas na escola analisada, de forma a subsidiar as análises teóricas com o intuito de repensar, discutir e investigar a educação institucional.

Além disso, utilizaremos outros autores que possibilitaram enxergar novos prismas acerca do tema no cotidiano escolar, tratando inclusive das raízes sociais que afetam os jovens da escola pública e as benesses diante do plano da aprendizagem institucional, como poderemos ver nas seções a seguir.

2.2 Percorso metodológico da pesquisa

Esta pesquisa se baseia em um estudo de caso, por meio de abordagem qualitativa. Tem como foco a análise da articulação dos fatores intraescolares pela equipe gestora da escola em estudo, de maneira que possam contribuir para a redução do fluxo escolar.

A pesquisa na abordagem qualitativa, segundo Oliveira (2014, p. 37), é um “[...] um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”. Dessa forma, embasada nos pressupostos da autora, toda a trajetória da pesquisa nesse processo necessita da realização de observações, aplicação de questionários, entrevistas – instrumento utilizado nesta pesquisa – e análises de dados, em que serão apresentadas de forma descritiva (OLIVEIRA, 2014).

Além disso, o estudo de caso, como método a ser desenvolvido nesta pesquisa, fundamenta-se por ser uma estratégia metodológica bastante relevante, que baseia-se na exploração, descrição e interpretação (OLIVEIRA, 2014). De acordo com Yin (2001, p.32):

O estudo de caso é a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco domínio sobre os eventos e quando o foco se localiza em fenômenos contemporâneos no contexto da vida real.

Para empreender esse estudo de caso, foi realizada, a priori, a pesquisa documental, em que foram analisados atas de reuniões de conselho de classe, ata final do rendimento escolar dos anos 2014 e 2015, Plano de Gestão da Escola dos anos de 2013, 2014 e 2015, Planejamentos Bimestrais de 2014 e 2015, Planos de Intervenção de 2014 e 2015, Atas de Reuniões Pedagógicas de 2014 e 2015, Projeto Político Pedagógico de 2012, pois o atual ainda não havia sido aprovado pela SEDUC-AM após os ajustes realizados em 2015.

Nesse trabalho, foram utilizados três procedimentos metodológicos para a coleta de dados da pesquisa: (i) análise documental, como ressaltado anteriormente; (ii) entrevistas com roteiros (Apêndices A, B e C); (iii) questionários (Apêndices D e E). As entrevistas foram agendadas, e no momento de cada entrevista foi solicitada a permissão para a gravação do áudio pela pesquisadora. As informações obtidas foram posteriormente transcritas para a análise.

Sobre a seleção dos sujeitos que participaram da pesquisa considerou-se: 11 (onze) entrevistas com roteiro semiestruturado, direcionada ao gestor escolar, ao pedagogo, ao coordenador pedagógico e aos 08 (oito) professores, sendo 04 (quatro) do turno matutino e 04 (quatro) do turno vespertino, bem como a aplicação de 60 (sessenta) questionários aos alunos e 15 (quinze) questionários direcionados aos responsáveis dos alunos da escola selecionada.

De acordo com Alves e Silva (1992), as entrevistas pedem a formulação flexível das questões, cuja sequência e minuciosidade ficarão por conta do discurso dos sujeitos e da dinâmica que flui no momento em que o entrevistador e o entrevistado se defrontam e partilham uma conversa permeada de perguntas destinadas a "evocar" uma verbalização que expresse o modo de: "[...] pensar ou de agir das pessoas posto aos temas focalizados, surgindo então à oportunidade de investigar crenças, sentimentos, valores, razões e motivos que se fazem acompanhar de fatos e comportamentos, numa captação, na íntegra, da fala dos sujeitos" (ALVES; SILVA, 1992, p. 64).

O uso da entrevista como instrumento de pesquisa é relevante, pois por ela o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos atores envolvidos no problema. Essa técnica considerada uma comunicação verbal, muitas vezes as informações obtidas não são suficientemente bem definidas, não encontrando resultados concisos que possam contribuir nas ações a serem desenvolvidas posteriormente.

Acredita-se que o uso da entrevista como técnica na coleta de dados pode fornecer subsídios para que se possa mapear a realidade ora investigada, propiciando uma profunda

reflexão e análise. Além disso, esse procedimento tem por objetivo identificar e entender como os sujeitos enxergam a relevância dos fatores intraescolares, o que pensam sobre todo o processo avaliativo e, assim, verificar como cada um deles está se apropriando dos resultados alcançados em vista de melhorias.

A escolha e seleção dos que fazem parte desse universo de investigação se devem ao fato de estarem ligados diretamente às práticas cotidianas em que envolvem o caso analisado. Os coordenadores pedagógicos, por exemplo, foram selecionados devido ao trabalho de acompanhamento nas ações desenvolvidas no contexto escolar. Vale ressaltar a escolha do gestor escolar em razão de ser a pessoa responsável pelas especificidades do plano estratégico de sua unidade, pois é o mobilizador de toda a sua equipe e mediador na instituição de ensino. A seleção dos professores atende ao interesse de conhecer a realidade na qual está inserido o problema, já que são os responsáveis em desenvolver as práticas educativas cotidianas. A entrevista será realizada com roteiro semiestruturado, na qual o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a ideias formuladas e existentes.

Em relação aos questionários, foram elaboradas perguntas fechadas, de múltipla escolha, com a finalidade de deixar o colaborador livre para responder de forma consciente. A coleta de dados, por meio dos questionários, contou com a participação dos atores que compõem o contexto da Escola Estadual Professor Roberto dos Santos Vieira, que se encontra em defasagem de idade-ano, na qual foi realizada com 60 alunos, sendo que 30 alunos do turno matutino e 30 do turno vespertino, que responderam às questões na presença do pesquisador com duração de uma hora e meia.

Em relação à aplicação dos questionários aos 15 pais, selecionados dentre os alunos que se encontram em defasagem, por meio de convite formulado e/ou através de ligação, via celular, para a participação. Todo esse direcionamento por parte da pesquisadora se fez com o intuito de agregar as informações para análise do problema pesquisado.

Pretende-se, por meio dos dados coletados, ter uma compreensão de como os atores envolvidos descrevem a problemática em questão, apontando fatores como possíveis causas da situação investigada.

Os instrumentos de coleta de dados foram elaborados seguindo um roteiro considerando três eixos básicos: (i) A realidade e o rendimento escolar; (ii) A apropriação dos resultados e a distorção idade-ano / Ações e políticas de correção do fluxo escolar; (iii) A gestão pedagógica do tempo e o espaço escolar realizada pela instituição de ensino.

As expectativas ao elaborar as questões a serem discutidas, era a de que o entrevistado conseguisse expor o seu nível de conhecimento em relação ao problema da distorção idade-ano, e se esses conhecimentos estavam sendo aplicados na prática da escola em que atuam, e se estavam trazendo resultados positivos no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

A seguir é descrito como cada ator se posicionou diante da entrevista e o que foi percebido a partir dela realizando diálogo com as ideias dos autores.

2.3 O olhar dos atores envolvidos concernentes ao fracasso e/ou sucesso escolar

Para analisar e facilitar o entendimento dos dados obtidos durante as entrevistas foram pensados os seguintes eixos de análise: 1. A realidade e o rendimento escolar; 2. A apropriação dos resultados e a distorção idade-ano / Ações e políticas de correção do fluxo escolar e 3. A gestão pedagógica do tempo e o espaço escolar realizada pela instituição de ensino. A escolha desses eixos deu-se pelo fato de facilitar a compreensão dos problemas enfrentados no interior da escola, e, assim, proporcionar o entendimento acerca da articulação dos fatores intraescolares e extraescolares frente aos desafios da equipe gestora na situação problema evidenciada.

Fato é que o universo dos fatores de desempenho escolar (intra e extra) permeiam a escola como um todo, e isso pode ser utilizado a fim de se encontrar possíveis mecanismos de respostas por parte dos entrevistados envolvidos nesse processo acerca da temática em estudo, além de possibilitar a condução dos achados da pesquisa nessas situações críticas em vista de solução (desenvolvimento de ações) pautada em melhorias no contexto escolar. Tudo isso, com o intuito de tomar como base a gestão escolar e pedagógica, subsidiadas pelos autores que contribuem com essa pesquisa, bem como a contribuição dos sujeitos envolvidos na problemática em estudo.

As entrevistas realizadas com o gestor, com a pedagoga, com os professores e com o coordenador pedagógico, que são responsáveis pela condução pedagógica e administrativa da escola, subsidiaram as análises, bem como as informações obtidas nos questionários respondidos pelos pais e alunos. É importante deixar claro que no momento da análise de dados, a pesquisadora pretende colocar em evidência o processo de gestão realizado na escola em investigação, sobretudo a partir das tomadas de decisões da equipe gestora, estratégias que contribuam para formulação do Plano de Ação ou Proposta de

Intervenção, através de informações fornecidas como parâmetros que servirão de suporte para a construção de um diagnóstico visando melhorias no processo da gestão escolar e na diminuição do quantitativo de alunos em distorção idade-ano na escola investigada.

As entrevistas, em sua grande maioria, ocorreram no mês de maio, e outras em junho, o local de cada entrevista dependeu da disponibilidade de cada entrevistado. Alguns entrevistados foram ouvidos em seu ambiente de trabalho, e outros em sua residência.

Para realizar as entrevistas com os professores, encontrei resistência para que houvesse a contribuição deles nesse processo, mas isso se justifica pelo motivo de que, no período da aplicação dos instrumentos de pesquisa estava ocorrendo a finalização do bimestre para a entrega de notas. O processo de entrevistas não ocorreu em dias consecutivos, e sim, em dias alternados, com a colaboração dos entrevistados, uns mais participativos, outros mais retraídos.

Na sequência dos trabalhos da coleta de dados foi realizado o agendamento para a aplicação dos questionários com a participação dos alunos, sendo que ocorreram nos dias 06.06.2016, com 30 alunos do turno matutino e no dia 07.06.2016 participaram os alunos do turno vespertino, também com 30 alunos. Antes da aplicação do questionário foi explicado o teor da realização da pesquisa, e foi destinado o tempo de 48 minutos, que equivale um tempo de aula para que respondessem o questionário.

A participação dos pais não ocorreu no mesmo dia, por motivos pessoais ou profissionais não foi possível à presença deles no ambiente escolar, no dia e horário marcado, sendo que ainda foi remarcado via celular outro encontro para a participação de 15 pais nas respostas ao questionário. Os encontros com os pais ocorreram nos dias 14.06.2016 e 16.06.2016 com os pais dos alunos do matutino e com os responsáveis dos alunos do vespertino participaram nos dias 14.06.16 e 17.06.2016.

A entrevista com a coordenadora pedagógica dos anos finais do Ensino Fundamental da CDE Y, não muito diferente das demais, teve contratempos para a sua realização, mas que foi justificado em razão da agenda da coordenação pedagógica da CDE Y. Como na data agendada não se pode realizar, na sede da CDE Y, aproveitamos a sua visita mensal na escola, no turno matutino para realizar a entrevista.

Para uma melhor compreensão dos envolvidos na pesquisa, será apresentado o perfil dos sujeitos participantes. Os entrevistados da escola foram: o Gestor, o Pedagogo, o Professor A, o Professor B, o Professor C, o Professor D, o Professor E, o Professor F, o Professor G e o Professor H e o coordenador pedagógico do Ensino Fundamental da

CDE Y que atende a escola. A utilização de letras para representar cada professor, se deu com o intuito de não expor os entrevistados.

Para dar direcionamento às informações obtidas com os atores aqui entrevistados se deu em função de suas experiências e vivências com a rotina escolar, contribuindo com informações mais precisas sobre os aspectos relacionados à dimensão pedagógica e, especificamente, sobre a sua prática diária e o processo avaliativo realizado pela escola.

Na primeira subseção será analisada, a realidade e o rendimento escolar da escola investigada, a opinião dos entrevistados, assim poderemos compreender as necessidades dessa instituição de ensino, bem como verificarmos as dificuldades relacionadas aos fatores intraescolares e extraescolares que interferem na gestão de seus resultados, e, principalmente, os obstáculos e barreiras para o desenvolvimento de um trabalho pautado na colaboração e responsabilização de toda a equipe escolar.

Já a segunda seção trata da apropriação dos resultados e a distorção idade-ano, bem como as ações e políticas de correção do fluxo escolar. Para isso é importante priorizar a compreensão dos atores envolvidos na pesquisa sobre os projetos e programas desenvolvidos, tanto pela Secretaria de Educação quanto pela escola que visam a superação do problema em estudo.

A terceira subseção aborda a gestão pedagógica do tempo e do espaço escolar, a partir da coleta de dados, em que foram sinalizados alguns pontos que merecem ser observados pela gestão escolar em vista de se ter êxito na educação.

Em relação aos professores entrevistados do turno matutino da escola investigada, o professor A possui formação em Letras e Especialização em Língua Portuguesa e suas Literaturas, com experiência 16 anos, sendo que 10 anos em escolas particulares e 6 anos de escola pública e na escola está com 4 anos. O professor B, é licenciado em Ciências Naturais, com 4 anos de atuação no magistério na escola investigada. O Professor C possui formação em Geografia, com pós-graduação em Geografia da Amazônia Brasileira, com 27 anos de magistério. Já o professor D está com 11 anos e 8 meses de atuação no Magistério, formado em Licenciatura Plena em Matemática, com dois anos de trabalho na escola.

Enquanto isso os docentes entrevistados do turno vespertino: o professor E possui formação em Matemática, com especialização em Mídias na Educação, com experiência docência de 19 anos. Já o professor F é licenciada em Letras e tem 28 anos de experiência profissional do magistério. O professor G é especialista em Geografia, com 28 anos de

serviços na docência e o professor H possui Licenciatura Plena em Letras, com pós-graduação em Gestão Escolar, com 23 anos de experiência profissional no magistério.

Os textos que seguirão até o final deste segundo capítulo pretendem a análise dos dados coletados na pesquisa de campo, tendo como norte as discussões teóricas anteriormente apresentadas.

2.3.1 A realidade da escola investigada e o seu rendimento escolar: compreendendo a articulação dos fatores intraescolares na gestão

Esta seção analisa a rotina escolar e à apropriação dos resultados do rendimento da escola, no que concerne aos índices de distorção idade-ano, bem como os desdobramentos que levam a tal problema, oriundos das altas taxas de abandono e reprovação, fazendo um comparativo entre os diferentes pontos de vistas dos participantes da pesquisa.

Sobre esses aspectos, Paro (2000) ressalta em seus estudos a relevância de se conhecer os fatos e relações que se dão no cotidiano da escola e de que forma isso vai repercutir nos alunos. A partir desse conhecimento é que se pode encontrar as formas de melhorar o desempenho de toda a instituição, com esse trabalho o gestor pode propor políticas que reorientem suas ações pedagógicas no âmbito escolar. Neste sentido, o autor expõe que:

[...] isso exige investigar a anatomia das práticas pedagógicas e das demais relações sociais que acontecem no dia-a-dia da escola, de modo a compreender seus problemas, considerar suas virtudes e avaliar suas potencialidades. Ao mesmo tempo é preciso conhecer a opinião dos atores (professores, alunos, pais, direção, demais funcionários), seus interesses e expectativas, sua visão da educação e dos problemas a ela correlatos, bem como os determinantes de suas posturas e sua disposição para aderir a novas propostas (PARO, 2000. p.32).

Para melhor compreender a realidade escolar no que tange a problemática da distorção é importante conhecermos os alunos que fazem parte desse contexto e que de certa forma participaram dessa pesquisa. A seguir, será exposto, na Tabela 15, a faixa etária dos alunos por ano de escolaridade.

Tabela 15 Distribuição da faixa etária dos alunos em defasagem por ano de escolaridade nos anos finais do Ensino Fundamental - 2016

Grau da Faixa Etária	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos
6º Ano	1	3	1	---	---
7º Ano	1	5	3	1	1
8º Ano	1	5	7	1	---
9º Ano	---	---	6	20	4
Total	3	13	17	22	5

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Dos sessenta alunos que responderam o questionário, e que se encontram em defasagem idade-ano, trinta estão cursando o 9º ano. Como é perceptível, grande parcela desses alunos deveriam estar concluindo o ensino médio (cerca de 27 alunos). Muitos deles, que estudam no turno diurno, ressaltam que gostariam de acelerar os estudos, para concluir essa fase distorcida, ou seja, atrasada no trajeto escolar. Diante desses dados, vale ressaltar que a instituição não projetou ainda nenhuma estratégia que possa reverter esse quadro de defasagem na escola, por mais que toda a equipe gestora tenha conhecimento dessa realidade não foi articulado ações ou projetos que possibilitem essa articulação e possam amenizar o problema em estudo.

Para isso é importante que a escola, como instituição social, conheça a sua realidade, como resalta Burgos (2014) em sua pesquisa sobre a escola e o mundo do aluno, em que destaca que:

[...] a responsabilização pela promoção de uma escolarização efetiva seria, assim, compartilhada por todos, conforme prevê, também, nossa Constituição. Porque não se pode aceitar, por exemplo, que um estabelecimento escolar não tenha sobre seu aluno informações que seriam cruciais para melhor conhecê-lo, sobre sua família, sua moradia, e sobre sua própria trajetória escolar [...] (BURGOS, 2014, p.258).

Embasado no pensamento do autor é essencial que toda instituição tenha conhecimento de sua clientela, bem com consiga ter um diagnóstico preciso de seu contexto escolar, para que, a partir daí se possam traçar medidas e ações com vistas ao combate dos problemas encontrados.

É importante destacar ainda que, uma das características da fase em que se encontram os alunos nos anos finais do Ensino Fundamental, são os anseios e dificuldades inerentes à fase se avolumam. São muitos desafios a enfrentar em um misto de dependência dos adultos e ao mesmo tempo conquista da liberdade. A chegada da adolescência ou juventude e as responsabilidades da fase se aproximam em um momento de inúmeras descobertas e riscos.

O importante é reconhecer isto nas práticas escolares e propiciar a eles um ambiente de motivação, acolhimento e ao mesmo tempo assunção de responsabilidades e disciplina.

Em vista de se ter uma visão sistêmica dos atores envolvidos nesse estudo sobre a realidade escolar, principalmente acerca das dificuldades enfrentadas pelos alunos nos anos finais do ensino fundamental, o gestor da escola, que tem formação em Geografia, com especialização no Ensino da Geografia da Amazônia Brasileira, e que há 15 anos atua nessa função, afirmou que:

A dificuldade principal que é detectada em nossos alunos é o desinteresse, falta de motivação, por parte de alguns, e, dificuldade também nós encontramos também nas questões básicas da matemática, do letramento e enfim, esses alunos precisam de um acompanhamento, tanto da família como da escola, no sentido de tentar recuperar esse prejuízo pedagógico que tiveram ao longo dos anos finais do ensino fundamental (Gestor da escola, entrevista concedida em 17 maio 2016).

Diante do relato do gestor, percebe-se a preocupação em recuperar o prejuízo, mas em momento algum apresenta algo que a escola possa fazer. Além disso, é constante o discurso que atrela problemas encontrados no entorno da escola, na família dos alunos e aos problemas de aprendizagem. Vale ressaltar, ainda, a existência de um baixo rendimento nas disciplinas básicas de Língua Portuguesa e Matemática dos anos iniciais, pois é perceptível no ambiente escolar está falta de competências e habilidades ao ano escolar em curso. Por serem as disciplinas que demonstram mais dificuldades em relação ao desempenho, é que o Programa Mais Educação redireciona tais disciplinas para orientação de estudos.

Além disso, é importante frisar, que a motivação e o interesse são fatores que fazem parte de qualquer aprendizado, tanto pessoal, profissional ou acadêmico. A motivação, nos dias atuais, é vista como um elemento importante no processo de ensino, pois o professor, no ambiente escolar, lida com grandes desafios e responsabilidades vindas do contexto educacional.

Sobre isso é importante discutirmos como está ocorrendo à motivação no ambiente escolar. Os alunos se sentem motivados no decorrer das aulas ministradas? O que fazer para despertar o interesse de nossos alunos nos dias atuais? Essa dificuldade apresentada pelo gestor é percebida não somente na escola investigada, mas é um reflexo do contexto educacional como um todo. Com base nisso, Lück (2009, p. 21) afirma que:

[...] os alunos são as pessoas para quem a escola existe e para quem deve voltar as suas ações, de modo que todos tenham o máximo sucesso

nos estudos que realizam para sua formação pessoal e social. Para tanto, devem ser envolvidos em ambiente e experiências educacionais estimulantes, motivadoras e de elevada qualidade.

A motivação para a aprendizagem escolar é um assunto que chama a atenção, em razão das dificuldades que muitas escolas vêm enfrentando em relação ao interesse dos estudantes. Ressaltamos que, tanto a motivação quanto o interesse são fundamentais no processo ensino-aprendizagem.

A educação é um processo contínuo e se faz necessário que na escola se possa criar condições para que os alunos aprendam a estudar e sejam capazes de realizar essa prática com autonomia, a fim de romper os obstáculos e dificuldades existentes nos anos finais do Ensino Fundamental. A respeito disso Davis et al. (2012) nos orientam que:

[...] a aprendizagem em fases de ensino mais avançadas depende de conhecimentos que deveriam ter sido desenvolvidos e consolidados nas etapas anteriores. Quando se acumulam muitas lacunas de uma fase para outra – como é a realidade para muitos alunos brasileiros –, as dificuldades individuais vão se aprofundando progressivamente. As turmas, em consequência, vão se tornando cada vez mais heterogêneas, congregando alunos que estão em fases de aprendizagem diversas. Torna-se um grande desafio para os professores dos anos finais sanar todos os problemas da base para aqueles que precisam e ainda garantir o aprendizado das habilidades previstas para a sua etapa (DAVIS et al., 2012, in: Fundação Lemann, p.12, 2015).

A autora deixa claro que é fundamental que os estudantes construam nos anos finais do Ensino Fundamental bases para que os conhecimentos e habilidades adquiridos nos anos iniciais do Ensino Fundamental sejam ampliados e aprofundados, constituindo um repertório de saberes que favoreça a compreensão da realidade escolar. A partir daí, se pode ter com clareza as reais lacunas que não foram preenchidas no processo da aprendizagem, e esboçar um trabalho para o desenvolvimento de tais habilidades. Sabe-se que, esse processo, nessa etapa da escolaridade, não é um trabalho fácil.

Nesse processo, através da percepção e conhecimento dos pais que participaram dessa pesquisa, acerca das dificuldades dos filhos em relação às disciplinas estudadas nos anos finais do Ensino Fundamental, tivemos os seguintes resultados, como nos mostra a Tabela 16.

Tabela 16 Em quais disciplinas seu filho tem mais dificuldade?

Disciplina	Quantidade de respostas
Português	9
Matemática	6
Geografia	--
História	--
Artes	--
Inglês	--
Ciências	--
Educação Física	--

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

É corriqueiro relacionar as dificuldades apresentadas pelos alunos nos anos finais do ensino fundamental às questões do letramento e de matemática. Vale salientar que esses dois componentes curriculares são colocados em evidências pela maioria dos professores em seus posicionamentos. Eles alegam que falta base para prosseguir os estudos, e, de certa forma atribuem a culpa aos anos iniciais do ensino fundamental. Porém, é importante frisar que o ensino ocorre de forma contínua, pois, se algum aluno apresenta dificuldade de compreensão no decorrer do processo de estudo, cabe ao professor, ou à equipe pedagógica, desenvolver ações para a retomada de tal conteúdo, situação que não acontece na escola investigada.

Sabe-se que a aprendizagem está presente na vida humana. Já ao que tange os contextos escolar, a dificuldade de aprendizagem está ligada ao processo de ensino em si. O discente pode não conseguir compreender os conceitos devido a diferentes fatores, como: motivação pessoal, falta de conhecimento anterior que embasa o novo aprendizado, pode estar envolvido em um conflito emocional que atrapalhe a concentração, pode possuir algum déficit cognitivo. Já no que tange o professor, a forma metodológica com que este aborda o conteúdo também influencia neste processo. Além disso, é importante que no seio familiar o discente seja incentivado para o estudo em casa, com o cumprimento de pelo menos duas horas diárias. É fundamental, nesse processo considerar o contexto socioeconômico do aluno, e outros fatores sociais que o discente não tem domínio.

Vale ressaltar que as dificuldades salientadas nos anos iniciais pelos entrevistados, no que tange principalmente aos conteúdos de Língua Portuguesa e de Matemática, pelo fato de os alunos não terem alcançado às competências necessárias para essa etapa de ensino, também colaboram no agravamento do aprendizado dos alunos e que, de certa forma contribui para a distorção idade/ano.

Nesse sentido, é importante analisar a relevância da escolaridade dos pais para o desempenho escolar dos filhos, haja visto que o grau de instrução apresentado pelos pais pode interferir na aprendizagem dos alunos. Além disso, essa variável está diretamente relacionada ao nível socioeconômico, no que tange as características familiares e, de certa forma, proporciona uma conexão de análise entre as condições familiares e a escola, de modo que contribua para a compreensão dos fenômenos escolares acerca dos reais efeitos da escola sobre o desenvolvimento escolar, e as características sociais de seus atores.

Para uma melhor compreensão do cenário da pesquisa, em relação ao conhecimento do perfil dos pais, constatou que, de acordo com os questionamentos acerca da escolaridade, foram constatados os seguintes dados apresentados na tabela 17.

Tabela17 Escolaridade dos pais dos alunos

Níveis de Ensino	Quantidade
Completei a 4ª Série/5º ano	2
Completei a 8ª Série/9º ano	5
Completei o Ensino Médio	6
Ensino Médio Incompleto	2
Ensino Superior	---

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Em relação à escolaridade dos pais dos alunos pode-se perceber, de acordo com o apresentado, que dentre os 15 pais entrevistados, 7 pais cursaram até o 9º ano, 6 concluíram o ensino médio e 2 pais cursaram os anos iniciais do Ensino Fundamental. Com isso, podemos afirmar que a maioria dos pais envolvidos na pesquisa não tem o ensino médio (09).

A escolaridade dos pais também é um fator significativo na medida do desempenho escolar e relaciona-se com as atitudes que os pais tomam no desenvolvimento de comportamentos e atitudes dos filhos. A escolaridade dos pais se junta ao consumo cultural que os filhos podem ampliar, ao hábito de leitura, à disciplina e ao comportamento dentro e fora de sala de aula, o acompanhamento dos deveres de casa, a ajuda com as dúvidas que o filho tem com as lições, entre outros elementos. Deste modo, em teoria, o avanço da escolaridade dos pais aspira à reflexão na melhoria do desempenho de seus filhos (BROOKE *et al.*, 2010).

Quando os pais não possui escolaridade que possam colaborar com os filhos, surgem os problemas e as dificuldades na aprendizagem. A respeito das dificuldades

encontradas no contexto escolar dos alunos nos anos finais do Ensino Fundamental, a professora A, que possui formação em Letras e Especialização em Língua Portuguesa e suas Literaturas, além de experiência de 16 anos na docência, ressalta que:

[...] são várias as dificuldades obviamente, não dá pra classificar em uma só dificuldade, pois são várias dificuldades que precisam ser verificadas em relação a realidade escolar da escola pública, principalmente de periferia, que é onde nós estamos inseridos né, é a nossa realidade, [...] se nós formos avaliar os tópicos de dificuldades, podemos colocar, não só a questão da falta de investimentos públicos e falta de políticas públicas pra essa realidade escolar de periferia, que vai desde a questão estrutural até a questão de investimentos de biblioteca, investimentos em atividades diferenciadas até a questão do abandono familiar, em relação a esse aluno de periferia, que é um aluno que os pais estão trabalhando e impõe pra escola uma atitude de educação familiar, tem essa dificuldade, eu percebo isso enquanto professora de Língua Portuguesa e educadora que sou, que as dificuldades maiores hoje na escola pública de periferia são falta de acompanhamento escolar, né, falta de maturidade do aluno, em relação às disciplinas que estão sendo ministradas e isso daí eu digo que se deve também em questão da família e do abandono escolar, por não estruturar esse aluno para a escola e a terceira situação também a questão da superlotação das salas de aula, né, dificulta o andamento das aulas que estão sendo ministradas (Professora A, entrevista concedida em 30 maio 2016).

Com base no relato da professora A, percebe-se que o cenário em que estamos inseridos influencia bastante no aprendizado dos alunos, pois as dificuldades econômicas, principalmente nas escolas de periferia, que estão vulneráveis a uma série de fatores que acarretam insucesso escolar, bem como de encontrar ferramentas para promover a permanência desses alunos no convívio escolar. A professora A também enfatiza a necessidade de políticas públicas, que, por mais dificuldades econômicas e sociais que o alunado da periferia possa ter, ainda assim poderia reverter essa situação, através das escolas de tempo integral, mas que, porventura, os alunos que se encontram em distorção de idade-ano não podem participar do processo de seleção devido a sua faixa etária avançada, e ao seu desempenho escolar insatisfatório, pois tais critérios são especificados nos editais a cada ano.

Além disso, através da resposta dado ao questionamento sobre as dificuldades no contexto escolar, é possível perceber que a professora A eximir-se de assumir sua responsabilidade, se esquivava diante do problema encontrado, e, com isso, atribui a culpa a vários aspectos externos à escola. Vale ressaltar que, em nenhum momento foi ressaltado a questão da falta de professores, ausência de formação continuada dos docentes ou até mesmo fatores que poderiam motivar os alunos no processo educativo. É

fácil apontar os problemas e os culpados, difícil é buscar meios de resolver tais problemas com a efetivação de ações no cotidiano escolar, por meio da responsabilização de todos os profissionais da escola.

A escola, ao colocar em prática ações efetivas, dinamizadas, com foco na aprendizagem dos alunos, possibilita um panorama acerca daquilo que converge para a efetividade de uma gestão escolar com ênfase na aprendizagem, demonstrando o desempenho dos alunos no decorrer de sua trajetória escolar. Acima de tudo isso, é primordial que haja uma preocupação em conhecer as habilidades aprendidas ou não na escola, detalhadas a cada ano escolar e, após esse diagnóstico, possa ter análises acerca dos rendimentos escolares por série. Tudo isso em vista de verificar se a instituição de ensino acompanha e utiliza os resultados do rendimento escolar e das avaliações externas para orientar o processo de melhoria.

Nessa perspectiva, compreende-se que o trabalho que a escola realiza pode repercutir positivamente nas soluções dos dilemas existentes no ambiente escolar, principalmente quando seus atores conseguem colocar em prática o princípio da equidade educacional que, segundo Brooke (2012) refere-se ao direito de todos os alunos, independentemente de suas características pessoais ou origens socioeconômicas, de ter o mesmo acesso à escola e de receber a mesma educação básica de qualidade. Assim, a escola deve primar pela inclusão do estudante, independente do seu nível cultural, social ou econômico.

Isso nos remete, de acordo com as ideias do autor, à possibilidade de proporcionar aos alunos em distorção idade-ano oportunidades para que não ocorra repetência, reprovação ou abandono. Que seja garantido ao aluno o acesso ao ambiente escolar, bem como possa ser instigado ao desenvolvimento de suas habilidades nas ações a serem efetivadas na correção do fluxo escolar, e com isso cabe ao aluno usufruir e assumir suas obrigações em aprender, participando ativamente desse processo.

Quando o aluno não desempenha suas atividades no contexto escolar, e nem frequenta com constância as aulas, esse aluno provavelmente será classificado, ao final do ano letivo, como reprovado ou evadido. O que acarreta a repetição de série. Para compreender os motivos que levaram à repetência dos alunos da escola em análise, eles foram questionados sobre os motivos que os levaram à repetência que ocasionou a distorção idade-ano. Os dados apurados pela pergunta foram organizados na Tabela 18.

Tabela 18 Causas da repetência que propiciaram a distorção idade/ano

Fatores	Quantidade
Mudança familiar – troca de endereço	13
Necessidade de trabalhar para ajudar na renda da família	2
Faltas contínuas por desinteresse nos estudos	11
Não gostava de ir à escola	6
Mudança de domicílio	2
Viagem	1
Abandono escolar/Gazeta	8
Residência distante da escola	3
Problemas familiares	2
Não realização das atividades escolares	2
Problemas de saúde	2
Indisciplina escolar	4
Entrada tardia/ Processo de escolarização	4

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

A mudança familiar é um fenômeno comum em nossa sociedade, e cada vez com maior incidência, as famílias, por necessidades econômicas ou outras, transferem seu domicílio de uma cidade ou região. A transferência de endereço faz com que o aluno, muitas vezes adaptado a uma escola, requeira sua transferência, fato que, durante o período letivo, pode levar a dificuldade de adaptação em outras escolas, que utilizam metodologias de ensino diferentes, e um ambiente escolar diverso daquele que o aluno estava acostumado.

O aluno, ao se deparar com um novo ambiente de aprendizado, poderá acarretar a aceitação ou não da nova turma e, por mais que a aceitação seja positiva ou negativa, é importante que essa mudança não traga ao aluno prejuízos, principalmente no que tange à aprendizagem.

Porém, alguns alunos, por necessidade, abandonam a escola para auxiliar os familiares na renda mensal, assim, abrem mão da formação para se transformarem em jovens trabalhadores. Esse abandono gera um atraso na vida escolar, e acarreta o desinteresse em frequentar o ambiente educacional.

Diante das informações apresentadas na Tabela 18, é possível verificar que vários motivos contribuem para a repetência no contexto da escola investigada, e que, dentre as respostas dos alunos acerca desse questionamento, pode-se considerar como fatores com os índices mais elevados em que aparece como primeiro ponto em evidência a questão da mudança familiar com 20%. Em seguida, como segundo fator influenciador da repetência escola, destaca-se a questão das faltas contínuas por desinteresse nos estudos, com um percentual de 18,3%. Destaca-se também como terceiro motivo apontado pelos alunos a

entrada tardia na escola com 16,7% e, além disso, temos a questão do abandono escolar, com um total de 13,3%, sem deixar de mencionar 10% dos alunos que não gostavam de ir à escola.

A respeito do abandono escolar, como fator determinante da distorção idade-ano, a professora E, formada em Matemática, com 19 anos de atuação no magistério, foi questionada acerca do que vivencia em sala de aula:

Eu percebo que existe uma série de fatores que contribuem para isso, por exemplo, as vezes é uma questão familiar, o pai se separou da mãe, às vezes o filho tem que ficar com a mãe ou com o pai, às vezes desiste por conta disso. A questão também da violência eu acredito que seja um fator que pode ocasionar esse problema. A questão da dificuldade financeira, eu tenho um aluno que comentou que trabalha numa oficina mecânica e aí ele disse que muitas vezes ele não comparece à escola por estar cansado no horário de ir para à escola e esse aluno é um ótimo aluno em matemática, porém ele precisa conciliar o trabalho com à escola, então torna difícil para ele (Professora E, entrevista concedida em 03 junho 2016)

Diante do contexto explicitado pela professora E, é possível perceber que os fatores externos, também influenciam no contexto escolar. Muitos alunos sofrem com os problemas relacionadas ao contexto familiar quanto no que tange a vulnerabilidade social, principalmente às questões de violência e uso de drogas.

O nível socioeconômico familiar e o conhecimento prévio do aluno são exemplos de variáveis que podem afetar no desempenho. Soares (2004) considera três grandes estruturas sociais que influenciam o desempenho cognitivo de um aluno: condição socioeconômica e cultural, família e a escola que frequenta.

Uma educação eficaz é aquela que tem como foco a qualidade de ensino, ou seja, que a escola faz a diferença. Nesse sentido, escola eficaz é “[...] aquela onde os alunos progredem mais do que se poderia esperar, dadas as suas características ao serem admitidos” (MORTIMORE apud SAMMONS, 2008, p. 343), que busca a superação das características de origem individual e social e ainda, acrescenta valor nos resultados escolares.

Neste sentido, a escola necessita medir esforços para fazer a diferença no desempenho acadêmico de todos os seus alunos e que possibilite o êxito de todos os segmentos sociais que necessitam da educação como forma de inclusão e inserção social. Para isso, a escola precisa garantir a aprendizagem de todos os seus alunos e não apenas de uma parcela destes. O sucesso escolar se consagra na aprendizagem do conhecimento significativo e na conseqüente aprovação na série adequada à faixa etária do discente.

Atrelado ao fatores sociais que afetam o desempenho dos alunos, é perceptível que a origem do trabalho do menor está possivelmente relacionada à situação econômica da família, e à sua inserção no mercado de trabalho formal ou informal, como meio de garantir e/ou auxiliar na sobrevivência da família.

Sabe-se que essa problemática não aparece por acaso, embora acarrete consequências perversas na sociedade, pelo fato de não evidenciarmos soluções para as causas de sua persistência dentro do contexto educacional.

O que se constata é que a questão do abandono escolar não é vista somente como um problema social e educacional, mas, concomitantemente, um problema econômico, pois está relacionado com as questões financeiras das famílias, bem como com o percentual gasto anualmente com os alunos que deixam de frequentar e, no ano seguinte, estão novamente à procura dessa vaga, sem ter nenhuma responsabilidade pelos danos proporcionados tanto à escola, em relação ao rendimento escolar, altos índices de abandono escolar; quanto aos cofres públicos, com as despesas que não tiveram retorno com a desistência dos alunos.

Já sobre a questão da repetência, perguntamos aos alunos acerca de terem repetido algum ano antes do que estão atualmente cursando. O resultado desse questionamento foi organizado na Tabela 19.

Tabela 19 Você já repetiu algum ano antes do que está cursando?

	Números absolutos
Sim	50
Não	10

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Diante dos dados, pode-se constatar que a cultura da repetência costuma atribuir o fracasso escolar à diferentes fatores sejam eles internos ou externos da escola.

Como se pode perceber a respeito do grau de repetência dos alunos é que a grande maioria, cerca de 83,3% já passaram pelo processo de retenção, sejam relacionadas de ordem pedagógica ou social e que 16,7% não sofreram repetência, mas que o atraso escolar deve-se ao fato de sua entrada tardia no contexto escolar.

Diante desse contexto, o número excessivo de repetências traz como consequência a distribuição desigual nas séries seguintes e a distorção no fluxo que marca a história do sistema educacional brasileiro.

. A respeito disso Prado (2000) direciona que os sistemas de ensino precisam:

[...] passa necessariamente pela busca de alternativas para a substituição da "cultura de repetência" por uma prática pedagógica voltada para o sucesso do aluno. Isso redonda num maior preparo do professor, como principal ator a fazer frente ao histórico fracasso escolar, e no compartilhamento desse esforço, por meio do envolvimento de toda a comunidade escolar (PRADO, 2000, p. 53).

A respeito das reprovações nos anos iniciais do Ensino Fundamental, essa situação se dá devido às dificuldades enfrentadas pelos alunos, principalmente no 3º e 5º anos, relacionadas aos problemas de leitura, escrita e noções matemáticas, pois, caso não adquiram aprendizagem satisfatória, ocorre a retenção do aluno.

Já com relação a reprovação no 6º ano, existe literatura que aborda esse fracasso escolar, com destaque para fatores internos e externos no âmbito escolar, dentre eles, a adaptação ao novo processo escolar, com várias disciplinas e professores, fato que não ocorria nos anos iniciais, por ter muitas vezes somente um docente para ministrar as aulas nos diferentes componentes curriculares.

Há que se destacar ainda mais a questão da influência e o estímulo familiar, no que tange o sucesso acadêmico dos discentes. Na medida em que o aluno é estimulado pelos pais, amigos e professores, suas chances de se tornar bem sucedido academicamente aumentam, assim como as oportunidades em relação a suas aspirações profissionais mais altas.

Além disso, vale salientar que, dos 60 (sessenta) alunos que participaram da pesquisa, 10 (dez) alunos se encontram em distorção devido a entrada tardia no processo de ensino, pelo fato de ficarem fora da escola por um período de tempo, o restante dos alunos, 50 (cinquenta) ou passaram por abandono escolar, e/ou problemas como a troca de domicílios, o que acarreta a transferência para uma nova escola, uma adaptação de contexto escolar, novas normas a serem cumpridas, e, também pode ocorrer a reprovação devido o aluno não ter interesse pelos estudos.

Ainda sobre a reprovação escolar, percebe-se que muitos alunos são novatos na instituição, e outros estão na escola a pouco tempo, pelo fato de terem sido transferidos recentemente. Para ter mais informações sobre a reprovação antes da escola atual, os alunos que participaram da pesquisa foram questionados sobre a quantidade de reprovações que tiveram em escolas precedentes. Os dados foram dispostos na Tabela 20.

Tabela 20 Você já reprovou em outra escola?

Nenhuma	12
1 escola	35
2 escolas	06
3 escolas	05
Mais de 3 escolas	02

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Na análise das respostas verificou-se que, em relação ao quantitativo de escolas em que os alunos reprovaram antes da escola atual, se pode perceber que, do quantitativo de 60 alunos que contribuíram com a pesquisa, 12 não reprovaram em nenhuma escola anteriormente. 35 reprovaram somente em 1 escola antes da atual. 6 alunos possuem reprovações em 2 escolas antes da atual, 5 alunos reprovaram em 3 e apenas 2 alunos reprovaram em mais de 3 instituições antes da escola atual.

Na sequência, em relação à realidade escolar, por meio da apresentação das dificuldades encontradas, a professora B, licenciada em Ciências Naturais, que atua há 4 anos no magistério na escola investigada, e que trabalha como docente no ano de 2016 nas turmas do 6º ano, afirma que:

[...] as dificuldades que posso perceber é a indisciplina, nossos alunos, principalmente os das turmas que atuo esse ano, que vieram das séries iniciais, ainda se encontram na transição de adaptação da realidade de um professor para cada disciplina, além disso é possível observar uma falta de interesse e atenção muito acentuada nos alunos. Algumas turmas possuem alunos com faixa etária superior a série que deveria estar e esses alunos apesar da idade, não possuem maturidade para os estudos, apresentando faltas consecutivas, dificultando o processo de acompanhamento na turma (Professora B, entrevista concedida em 31 maio 2016).

Diante do exposto pela professora B, em que aborda a indisciplina como uma das dificuldades detectada em sua prática, e que podemos destacá-la como um dos “pesadelos” para os professores. Mas, acima de tudo, a indisciplina é a manifestação de um conflito, e ninguém está protegido de situações desse tipo. Essas dificuldades aparecem em todos os níveis de escolaridade.

Como sabemos, a adaptação dos alunos e as dificuldades enfrentadas na transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental são muitas, e acarretam várias consequências no âmbito escolar, pois até o 5º ano do Ensino Fundamental os alunos vivenciam uma realidade, de apenas uma professora regente principal, com variação apenas de um ou dois professores que entram na turma uma ou duas vezes por semana.

Na passagem para o 6º ano, os alunos passam a ter as aulas ministradas em tempos de 48 minutos com um docente para cada disciplina, começa então uma nova etapa na trajetória escolar.

A respeito dessa situação, Mandelli (2013) nos fala que: “[...] o aluno passa de uma situação onde tem apenas um professor polivalente para uma dinâmica de um professor por disciplina. É um novo começo, um ano de muita tensão para o aluno.” (MANDELLI, 2013 p. 3). A autora destaca a questão das dificuldades de adaptação dos alunos no 6º ano e a importância de uma preparação anterior a chegada do aluno neste ano de ensino.

Além disso, o professor, até o 5º ano, por permanecer um tempo maior com a turma, consegue manter uma relação mais próxima com a sua turma, podendo interagir com certa afetividade, o que provoca uma maior motivação no processo de ensino-aprendizagem e, em consequência, um melhor aproveitamento na aquisição de conteúdos e conhecimento por parte do aluno.

Devido ao pouco tempo estipulado para cada tempo de aula, isto não ocorre do 6º ano em diante, por vários fatores como: maior número de alunos por turma; professores que precisam atender várias turmas; tempo/aula com rigidez no tempo, que acaba sendo dedicado exclusivamente à ministração do conteúdo; professores que precisam complementar sua carga horária em outras escolas, além de outros fatores que colaboram para que os professores tenham uma postura mais impessoal em relação aos alunos. Manfrin e Santos (2012) ressaltam ainda, atrelado ao problemas oriundos dessa transição, é possível detectar que:

[...] é recorrente alguns discursos, que os alunos quando estão no 5º ano tem maior acompanhamento dos professores e dos pais, quando entram no 6º ano, já devem dar conta de assumirem sozinhos os compromissos de alunos, no entanto entendemos que isso ainda não é possível, pois os alunos ainda necessitam de regras, orientações pontuais e de supervisões que lhes propicie maior segurança para desenvolverem as atividades de alunos (MANFRIN & SANTOS, 2012, p. 2).

Percebe-se que, os alunos nessa fase, precisam de maior atenção, de um acompanhamento direcionado, para terem confiança e segurança para o desenvolvimento das atividades.

Em contrapartida, os discentes que estão na pré-adolescência, apresentam mudanças de comportamentos. Nessa fase, fica difícil para o adolescente entender porque não pode fazer certas coisas, pois ele acredita que é capaz de tomar suas próprias decisões.

Aí surgem os conflitos, tanto familiares quanto escolares, pois existe resistência em receber ordens e a acatar as regras. Arelado a essas mudanças Bento (2007) retrata que:

[...] a transição da escola elementar para a Escola Básica traz consigo maus momentos para muitos alunos. No momento em que as mudanças da adolescência a nível físico, emocional e social começam, as crianças encontram-se num ambiente escolar radicalmente diferente daquele a que estavam habituadas. Para alguns alunos esta mudança marca o começo de uma descida em espiral em relação ao rendimento acadêmico, desistência escolar e outros problemas sérios (BENTO, 2007, p. 1)

Bento (2007) destaca os conflitos existentes na escola, em que prejudicam o rendimento escolar e o desempenho dos alunos. Essas transformações comportamentais, emocionais e sociais, levam os discentes a indagarem por qual motivo estão na escola, mesmo que saibam dos benefícios e as expectativas que a escola promove na vida de cada aluno.

Nessa perspectiva, é primordial no ambiente escolar ocorra sensibilização acerca da importância da continuidade e conclusão dos estudos para a vida pessoal e profissional. Mas, sabe-se que, no decorrer da trajetória escolar, vários motivos contribuem para que os alunos alcancem sucesso em sua vida acadêmica.

A respeito dos motivos pelos quais os alunos em distorção idade/ano estudam, adquiriu-se como respostas os seguintes dados discriminados na Tabela 21.

Tabela 21 Por que você estuda?

	Quantitativo de alunos
Obrigações dos pais	11
Conseguir emprego	14
Entrar na universidade	21
Interagir com o conhecimento	13
Aumentar os laços de amizade	1

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Ao analisar as respostas dadas pelos alunos que se encontram em distorção idade-ano e/ou passaram por reprovação ou se evadiram da escola, foi possível perceber que mesmo apesar dos alunos em distorção idade-ano apresentarem problemas no contexto escolar, eles possuem aspirações de melhorias para o futuro. Em linhas gerais, percebe-se que os jovens sentem-se animados com o término do ensino fundamental e esperam ao entrarem no ensino médio possam se preparar para o futuro profissional e para a vida adulta, principalmente por meio do ganho de maturidade e da autonomia.

A respeito disso, há expectativas no campo socioafetivo, conforme nos orienta Bento (2007), em que alguns momentos a transição de uma fase de ensino para outra, bem como a transição da adolescência pode acarretar desprazer no processo educacional o qual possa ser visto como como um peso para os alunos. A fase de mudanças no contexto escolar é um desafio para os adolescentes, que trazem maus momentos para os alunos.

Tanto que, ao serem solicitados a darem sua opinião sobre o fato do porquê estudar, podemos citar algumas respostas que apareceram, de uma forma ou de outra, na maioria dos questionários: “Entrar na universidade – 21 alunos”; “Conseguir um emprego – 14 alunos”; “Interagir com o conhecimento – 13 alunos”, dentre outros.

O importante diante da opinião de cada aluno participante da pesquisa é que reconheçam que a escola tem papel fundamental crescimento dos adolescentes e jovens. O ambiente escolar é o espaço onde os discentes passam a maior parte do tempo e é de se esperar que as experiências vividas na escola tenham impacto na constituição do sujeito. Com base nesse contexto, o Professor C, que possui formação em Geografia, pós-graduado em Geografia da Amazônia Brasileira com 27 anos de carreira no magistério explicita que, na realidade escolar: “[...] vejo que na realidade atual como dificuldades, destaco a situação dos alunos sem o conhecimento necessário para as turmas que estudam, acarretados pelo próprio desinteresse e falta de apoio dos pais.” (Professor C, entrevista concedida em 01 junho 2016).

A respeito disso é importante destacar que o apoio da família é fundamental para o sucesso escolar dos alunos. A escola sempre precisou da família como parceira e colaboradora, do processo educacional, e temos provado nestes últimos anos, a grave situação diagnosticada nos baixos desempenhos escolares, em que se destaca a ausência familiar no cotidiano escolar.

Diante disso percebe-se na fala da professora a falta de compromisso com o problema em estudo, tanto que atribui a culpa aos alunos por serem desinteressados e a falta de apoio da família. Assim, é mais fácil que os outros possam assumir essa responsabilidade em vista de melhorias, tirando-se do foco desse processo. A respeito da participação da família no contexto escolar, a instituição de ensino em questão, não possui dados concretos desse envolvimento e interação, uma vez, que os pais que participam são daqueles alunos que não apresentam os problemas detectados na pesquisa.

A participação dos pais no cotidiano escolar de seus filhos é importante para a realização de uma gestão democrática, o que é evidenciado pelos relatos das professoras. Sobre isso, Luck (2000) afirma que:

[...] educação, portanto, dada sua complexidade e crescente ampliação, já não é vista como responsabilidade exclusiva da escola. A própria sociedade, embora muitas vezes não tenha bem claro de que tipo de educação seus jovens necessitam, já não está mais indiferente ao que ocorre nos estabelecimentos de ensino. Não apenas exige que a escola seja competente e demonstre ao público essa competência, com bons resultados de aprendizagem pelos seus alunos e bom uso de seus recursos, como também começa a se dispor a contribuir para a realização desse processo, assim como a decidir sobre os mesmos. (LUCK, 2000, p. 12).

Diante do pensamento da autora, percebe-se que a escola e a família devem compartilhar a responsabilidade pela educação das crianças e jovens, mas cabe à equipe gestora se esforçar para trazer os pais para o ambiente escolar, promovendo meios para isso.

Já a respeito dos fatores que contribuíram para a repetência de seu filho, na opinião dos pais que participaram da pesquisa, foram elencados os seguintes fatores, “Influência dos colegas”, “Dificuldades de aprendizagem”, “Excessivo número de faltas”, “falta de interesse nos estudos” e “Indisciplina escolar” apresentados na Tabela 22.

Tabela 22 Fatores que contribuíram para a repetência de seu filho

Alternativa	Quantidade de respostas	Porcentagem
Influência de colegas	4	26,7
Dificuldades de aprendizagem	2	13,3
Excessivo número de faltas	4	26,7
Falta de interesse nos estudos	3	20,0
Indisciplina escolar	2	13,3

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Diante dos dados apresentados na Tabela 17 acerca da opinião dos pais em relação aos fatores que contribuíram para a repetência de seus filhos, encontra-se evidenciado a questão da influência de colegas com um percentual de 26,7% das respostas dos pais participantes do questionário, bem como o excessivo número de faltas com a mesma média (26,7%), seguidos da falta de interesse nos estudos, com 20%. Vale ressaltar que, dos 15 pais que contribuíram na coleta dos dados, 13,3% mencionaram que a dificuldade de aprendizagem dos filhos é um dos fatores que ocasionam a repetência dos alunos, sem deixar de mencionar conforme informação dos pais a indisciplina escolar com 13,3% como um dos motivos que dificultam a trajetória dos educandos. O que podemos destacar, de acordo com a opinião dos professores acerca dessa repetência é com relação a

infrequência dos alunos, pois apresentam elevado número de faltas que prejudicam o seu aprendizado e alavancar seus estudos.

É importante frisar que a escola, como um espaço de interação, aprendizado e busca de melhorias em prol da educação deve se preocupar com a estruturação e planejamento de das ações a serem desenvolvidas no ano escolar. Além disso, é de fundamental relevância o comprometimento de todos os envolvidos nesse processo, principalmente a figura do gestor, como um articulador, líder e participe da ação educativa diante da realidade vivenciada pela escola.

Para que haja no ambiente escolar o alcance de êxito em suas metas e ações em execução, a escola necessita realizar análise e verificação dos resultados alcançados em cada período, para que a partir dessa prática se proponha estratégias a fim de proporcionar aos alunos uma educação de qualidade. Em relação à forma como é realizado o monitoramento dos resultados de sua escola, o gestor mencionou:

[...] olha, hoje nós temos duas ferramentas importantes na escola, uma é o próprio diário digital, que é acompanhado aí para fazer e o outro é o rendimento web, que nós temos acesso após o fechamento de cada bimestre, os resultados do Sigeam migram para o Rendimento Web e lá nós temos a possibilidade de verificar o rendimento por escolas e ensino. (Gestor da escola, entrevista concedida em 17 maio 2016).

Todo o acompanhamento do resultado de uma escola deve ser uma prática constante no âmbito escolar, isso deve acontecer não somente ao final de cada bimestre, mas é fundamental ao início do ano letivo apresentar o rendimento final do ano anterior e traçar metas a cada bimestre em vista de obter um melhor desempenho dos alunos.

Sobre o rendimento escolar, o monitoramento na escola em análise é realizado bimestralmente, como relatado por todos os entrevistados, com a utilização das ferramentas do Diário Digital, Rendimento Web – via Sigeam, e, atualmente, temos o Portal Educacional do Amazonas¹², ferramenta de domínio público, para que todos possam ter acesso a essas informações.

A respeito da preocupação dos resultados que a equipe escolar possa se apropriar em vista de traçar todo o trabalho a ser direcionado no ano posterior é que a assessora pedagógica dos anos finais do Ensino Fundamental da CDE Y, licenciada em Matemática, especialista em Metodologia do Ensino Fundamental, com 24 anos de experiência no magistério e há 3 anos no desempenho dessa função de assessoria pedagógica, ressalta que:

¹² Disponível no endereço eletrônico www.portaleducacional.seduc.am.gov.br

Percebo a necessidade de cada comunidade escolar realizar uma análise de seu rendimento escolar, tanto a cada bimestre, como no resultado final, a priori é fundamental que as ações a serem desenvolvidas em vista de melhorias nos resultados a partir da apropriação de seu rendimento, possam surgir desse momento de reflexão e não, somente construída pela equipe gestora, pois é de fundamental magnitude o envolvimento de todos nessa empreitada, em busca de melhorias na escola (Assessora Pedagógico).

Diante da fala da assessora percebe-se a importância de um trabalho ativo na escola, a respeito da análise da escola como um todo, pois com essa prática se pode detectar não somente os eventuais problemas existentes, como também se pode, num direcionamento coletivo, buscar estratégias e mecanismos para sanar essas dificuldades em vistas de melhorias no âmbito da escola. Como bem salienta em sua fala há a necessidade da realização da análise do rendimento escolar, para que possam avaliar o andamento do trabalho desenvolvido, se as ações foram contempladas com eficiência, em que se precisa melhorar.

Toda essa prática desenvolvida pela equipe pedagógica é peça fundamental dentro da escola, pois, além de buscar integração dos envolvidos no processo ensino e aprendizagem pautado na relação interpessoais de maneira saudável.

Vale ressaltar que isso representa uma prestação de contas a comunidade escolar, e até pode ser considerada uma forma de acompanhar a gestão no que tange à elaboração de estratégias voltadas para a melhoria do ensino ofertado.

Sobre o monitoramento no contexto escolar do rendimento alcançado pela instituição, a pedagoga da escola, que possui formação em Pedagogia, pós-graduada em Gestão Escolar, com atuação de 15 anos nessa função e há 11 anos na escola analisada menciona que:

[...] no geral, a equipe pedagógica, o gestor, o gestor só não, a equipe gestora, nós procuramos nos empenhar bastante, é monitorando, procurando fazer as reuniões, perguntando dos professores se está tudo bem, observando o atendimento dos alunos, então a gente tá procurando ver reforço, recuperação paralela, tudo a gente procura monitorar. Agora a equipe pedagógica da CDE 7 também consideravelmente realiza esse monitoramento efetivo, por meio do rendimento web e do diário digital, mas às vezes o sistema falha, não só o sistema macro, mas o micro também. O sistema também tem que ser renovado, tem que rever algumas metas, leis e é por aí (Pedagoga da escola, entrevista concedida em 24 maio 2016).

A respeito da explanação da pedagoga percebe-se que é uma situação preocupante, pois em relação ao fato da profissional ainda não ter encarado a realidade na qual está inserida, e, que ainda assim, observa-se a desconexão de sua função em promover essa

prática em vista de melhorias atreladas a uma boa interação com a direção da escola, pois a equipe gestora é o elo de articulação para que ocorra essas mudanças e vise um ensino pautado em metas e aperfeiçoamento da aprendizagem dos alunos. Sabe-se que o trabalho pedagógico envolve planejamento, avaliação, monitoramento e replanejamento das ações, caso sejam necessárias. É relevante que se avalie no contexto escolar o trabalho desenvolvido na escola. Acerca dessa prática de avaliação e monitoramento, a assessora pedagógica da CDE Y ressalta:

Como estou no acompanhamento da escola, nesses dois anos, se observar que a escola teve avanços, mas que necessita traçar metas para que haja melhorias significativas. Para isso é fundamental que a equipe pedagógica, possa estar junto dos professores nos momentos de planejamentos, bem como na observação do Horário de Trabalho Pedagógico (HTP), além da verificação dos lançamentos no diário digital, para que esse trabalho possa ser uma prática constante e assim, os docentes possam sempre estar motivados e buscar o planejamento de ações pedagógicas em prol da aprendizagem dos alunos, principalmente os que se encontram em distorção idade-ano (Assessora Pedagógica da CDE 7, entrevista concedida em 22 junho 2016).

Com base no posicionamento da assessora, é perceptível a importância da responsabilização no ambiente escolar, não somente para se obter êxito no processo educacional, mas para que o alcance das metas da instituição através de prática cotidianas, pautada na missão da escola através do seu PPP (2012) que é “[...] assegurar a todos os alunos uma educação de qualidade, garantindo-lhes acesso permanente à escola, em um ambiente de respeito e companheirismo, objetivando torná-los pensadores críticos e construtores do próprio conhecimento”.

Nessa perspectiva, ao se pensar em responsabilização, Machado (2012) complementa que a autonomia é relativa, quando:

[...] as escolas se tornam responsáveis pelo seu desempenho e precisam demonstrar coerência entre metas, planos e resultados e diretrizes globais do sistema educacional como um todo. E mais, têm que prestar contas da utilização e aplicação dos recursos financeiros a elas destinados, o que significa dizer que autonomia acarreta transferência de responsabilidades (MACHADO, 2012, p. 12).

A respeito desse monitoramento como forma de gerir a dinâmica da gestão é que foi apresentada também pelos professores com unanimidade, a importância dessa prática e que, a partir daí se pode diagnosticar e traçar metas para o ano todo a cada bimestre, bem como verificar se as turmas conseguiram o rendimento necessário. Sobre esse monitoramento pedagógico, a professora A aborda:

[...] olha, eu vou ser muito franca, é essa questão do acompanhamento pedagógico, eu acho que ele precisa ser pensado com uma maturidade sabe, não só da nossa escola, mas eu estou falando de educação estadual e municipal, precisa ser pensado com maturidade imediatamente, porque a gente sabe que a gente tem um sistema, e aí eu vou fazer uma crítica, uma crítica numa visão realista né, a gente tem um sistema que ele não qualifica o aluno pra outra série, né isso. [...]Aí esse aluno fica muitas vezes, é o aluno que mais apresenta problemas extra escola, problemas familiares, como a gente sabe, a questão do abandono escolar, a questão da drogatização, a gente tem essa realidade no Roberto, na nossa escola. Então quando a gente fala de acompanhamento pedagógico eu seria injusta até com meus colegas pedagogos se eu dissesse que eles não dão esse suporte, eles dão suporte na medida que é possível porque a nossa escola é muito grande, é uma escola que comporta um número muito grande de alunos (Professor A, entrevista concedida em 30 maio 2016).

Sobre o posicionamento da professora A, percebe-se no seu depoimento a transferência da responsabilidade para o sistema de ensino. Acredito que isso se justifica em decorrência da falta de profissionais específicos para articular as necessidades da escola. Como frisado pela professora, o acompanhamento pela equipe pedagógica é difícil, devido ao fato da escola possuir somente uma pedagoga e dois profissionais de apoio pedagógico, no turno matutino e dois apoios pedagógicos no turno vespertino, que são o foco de atuação da referida entrevistada. Esse monitoramento, com afinco, não acontece. Por isso, o questionamento da professora, mas que não é culpa do sistema de ensino e, sim da gestão que não se articulou ainda para esse processo.

Atrelado a isso, a gestão escolar passa a apresentar maior autonomia para decidir sobre os melhores meios de operacionalizar políticas, criar sua própria normatização, definir metas e os meios para alcançá-las, ela também assume a responsabilidade pelo desempenho e os resultados apresentados pela escola (LÜCK, 2000, 2009 e 2011).

Ainda nessa lógica de raciocínio, questionada acerca de como a equipe pedagógica de sua escola realiza o acompanhamento das turmas com os alunos em distorção idade-ano, a professora E, formada em Matemática, com especialização em Mídias na Educação, e com atuação no magistério há 19 anos, ressalta:

[...] eu percebo que há um interesse, por parte da equipe pedagógica, pois desenvolve um trabalho contínuo, junto com os pais e/ou responsáveis, no sentido de chama-los para verificar o que ocasiona a baixa frequência dos alunos, o baixo rendimento, solicitando o apoio dos pais para esse trabalho, parceria escola e família (Professor E, entrevista concedida em 03 junho 2016).

Baseado na fala da professora, é possível verificar que por mais que não seja um pedagogo no desempenho dessa função, como deveria ser, mas que apesar de ser somente uma pessoa na realização desse atendimento, ocorre sim, mas só que ao mesmo tempo que se realiza esse acompanhamento e monitoramento, ocorrem outras situações, como o baixo rendimento dos alunos, na infrequência e ainda, questões de indisciplina. A intervenção pedagógica deve ser um trabalho contínuo, independente de eventuais problemas ocorridos na escola. Sobre esse acompanhamento por parte da equipe escolar, a professora F, que é formada em Licenciatura Plena Letras e atua há 28 anos na docência, ressalta que:

[...] a gente percebe que há uma preocupação por parte da equipe em relação a isso, mas que não depende apenas da gestão escolar. É necessário um trabalho com parcerias tanto da secretaria quanto da escola, através do Conselho Escolar e ainda que estivesse um grupo liderados por alunos para que fizessem essa monitoria e resgate dos alunos faltosos, que abandonam o espaço escolar em conjunto com a equipe pedagógica e a família (Professor F, entrevista concedida em 08 junho 2016).

Percebe-se que quando há parcerias em qualquer âmbito, existem esforços compartilhados em busca do alcance dos objetivos propostos na ação de projetos e programas. Como bem apresentado pela professora F, a existência frequente de órgãos ou agremiações, não como uma forma de controle, mas de realizar uma busca ativa em relação ao problema do abandono escolar.

Quanto mais articulados as organizações estiverem, melhor será a obtenção dos resultados em vista de uma educação eficaz. Acredito que cada turma, como existe um professor conselheiro - profissional que serve como mediador entre a equipe gestora e a comunidade escolar por meio da articulação de estratégias que favoreçam o processo pedagógico junto aos seus alunos, deveria fazer essa ação sugerida pelo professor, como sendo o articulador junto aos alunos, para que a partir desse levantamento fosse encaminhado a outras instâncias após o trabalho pedagógico da escola, uma vez que a parceria é válida.

Em relação à participação da família no processo escolar dos filhos, a professora H, formada em Licenciatura Plena em Letras e pós-graduada em Gestão Escolar, com atuação há 23 anos no serviço público no desempenho das funções no magistério enfatiza: “Eu penso que seria necessário pais participativos e alunos comprometidos com sua própria formação educacional” (Professor H, entrevista concedida em 10 junho 2016).

Percebe-se, na fala do professor, o seu distanciamento com relação à responsabilidade pelo processo de ensino. Com esse pensamento, o docente não busca meios estratégicos para a sua prática, de modo que permita propiciar as condições adequadas para que os alunos possam aprender, por meio de um intenso acompanhamento pedagógico.

A respeito desse acompanhamento, tanto familiar quanto pedagógico, o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) orienta em seu Art. 53, parágrafo único que “[...] é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais” (BRASIL, 1990, p.48). Família e escola são pontos de apoio ao ser humano, assim, quanto melhor for a parceria entre ambas, mais positivos tendem a ser os resultados na formação do sujeito. Sobre conhecer a realidade de aprendizado dos filhos, questionado aos pais acerca das dificuldades encontradas no processo de aprendizagem, destacou-se os principais itens apresentados na Tabela 23.

Tabela 23 Quanto ao processo de aprendizagem de seu filho, você acha que seu filho tem dificuldade para?

Alternativas	Quantidade de respostas
Compreender as explicações do professor sobre os conteúdos	4
Concentrar nas aulas	6
Participar de todas as atividades, interagindo com os colegas	3
Compreender os textos dos livros e os entregues pelo professor em xérox	2

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Diante do exposto pelos pais, é possível verificar que a grande preocupação é em relação a concentração nas aulas. Isso é um problema que pode interferir em todo o seu aprendizado. Muitas vezes ocorre essa desconcentração por terem algo mais atrativo.

A participação dos pais na educação formal dos filhos deve ser constante e consciente. Vida familiar e vida escolar são simultâneas e complementares, e é importante que pais, professores, filhos/alunos compartilhem experiências, entendam e trabalhem as questões envolvidas no seu cotidiano sem cair no julgamento de culpados *versus* inocentes. Porém, sempre na busca da compreensão das nuances de cada situação. Nesse sentido, quando questionado a respeito do que seria necessário para a obtenção de um melhor rendimento dos alunos dos anos finais do ensino fundamental, o professor G, ressalta que:

Com sinceridade, a respeito disso, tenho a impressão que está ficando cada vez mais difícil obtermos bons resultados com alguns alunos nos dias de hoje. Está uma situação precária trabalhar em sala de aula com alunos desconectados da realidade escolar, sem metas, sem perspectivas (Professor G, entrevista concedida em 09 junho 2016).

É salutar destacar a importância da interação do conhecimento na vida dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, mas percebe-se que nos dias atuais, a escola perdeu esse objetivo de desenvolver o ensino e a aprendizagem. Para muitos alunos, a escola é vista como um lugar de convivência, podem até ter metas e perspectivas de vida, mas não tem comprometimento com os estudos. Diante do relato do professor, é possível verificar que ele não tem uma conexão com a sua turma, pois se percebe que não consegue acompanhar o ritmo dos educandos.

É importante destacar a importância da prática docente, pois o professor assume papel fundamental na formação dos novos profissionais, contribuindo para que os mesmos sejam críticos, motivados, criativos. Sobre o trabalho docente Brito e Costa (2010, p. 500) ressaltam que os professores “[...] por meio das práticas pedagógicas, podem influenciar significativamente a trajetória escolar dos alunos, contribuindo para o sucesso escolar, especialmente daqueles com maiores dificuldades educacionais”.

Pautado na articulação de uma prática pedagógica através dos avanços e melhorias no abandono escolar, é que o professor F, acerca do que fazer para a obtenção de um melhor rendimento nos anos finais do Ensino Fundamental orienta que:

Creio que para isso ocorrer é fundamental um trabalho direcionado para o abandono escolar, pois os alunos faltam muito frequentam pouco o ambiente escolar, como se a escola não atraísse eles. Ainda em relação a isso, penso que os pais poderiam ser parceiros nesse processo de construção (Professor F, entrevista concedida em 08 junho 2016).

Como bem explicitado pelo professor F, o abandono escolar é um dos gargalos do sistema educacional no que tange aos indicadores de desempenho escolar, pois a infrequência dos alunos na escola prejudica ainda mais essa situação, e, para isso, seria necessário haver um trabalho com a participação do Conselho escolar, uma vez que não ocorre seu plano de ação como discriminado em seu documento, pois existe só no papel, bem como a implementação do grêmio estudantil na escola, como parceiros em prol de amenizar essa problemática.

Arelado a esse mesmo pensamento é que o professor D, graduado em Licenciatura Plena de Matemática, com atuação de 11 anos no magistério e na escola em estudo com dois anos no desempenho de sua função, diz que:

Ah, eu penso que há a necessidade de mais empenho por parte dos alunos, acredito também que o envolvimento da família ajudaria através do acompanhamento da vida escolar por parte dos pais, outro ponto que destaco é com relação à redução na quantidade de alunos por sala de aula. Vejo também que a equipe pedagógica poderia realizar um trabalho diferenciado com as turmas de baixo desempenho, bem como poderia existir desenvolvimento de projetos escolares como forma de incentivo para esses alunos (Professor D, entrevista concedida em 02 junho 2016).

Em sua fala o professor enfatiza a importância da família na escola. Reconhece ainda, que a interação família-escola é de grande relevância para a melhoria do desempenho dos alunos.

Outro ponto observado diz respeito a prática pedagógica através de ações inovadoras que estimulem os alunos em sua trajetória escolar por meio da adoção de projetos escolares. Para que isso aconteça, é necessário o planejamento, por parte da equipe pedagógica, pois como sabemos, o planejamento não se restringe ao programa de conteúdo a ser ministrado em cada disciplina, vai muito além. Ele está inserido dentro do plano global da escola, que inclui o papel social, as metas e seus objetivos.

O conceito de planejamento é algo amplo que pode ser compreendido de várias formas, sendo que também pode ser compreendido como define Vasconcellos (2000):

O planejamento enquanto construção-transformação de representações é uma mediação teórica metodológica para ação, que em função de tal mediação passa a ser consciente e intencional. Tem por finalidade procurar fazer algo vir à tona, fazer acontecer, concretizar, e para isto é necessário estabelecer as condições objetivas e subjetivas prevendo o desenvolvimento da ação no tempo. (VASCONCELOS, 2000, p. 79).

De acordo com as ideias do autor, percebe-se que o planejamento escolar é um guia de orientação para o planejamento do processo de ensino. Os professores precisam ter em mãos esse plano, não só para uma orientação do seu trabalho, mas para garantir a unidade teórico-metodológica das atividades escolares. Isso nos leva a pensar que essa modalidade de planejar constitui um instrumento que orienta a ação educativa na escola, pois a preocupação é com a proposta geral das experiências de aprendizagem que a escola deve oferecer ao estudante, através dos diversos componentes curriculares.

Com essa premissa é fundamental que as equipes gestora e pedagógica possam pensar no planejamento de projetos escolares que desenvolvam essa questão do baixo desempenho dos alunos, por meio de práticas significativas que possam ter êxito na escola com a participação de toda a comunidade escolar.

Toda a comunidade escolar necessita integrar-se em vista de resultados positivos no ensino aprendizagem do aluno, sendo que um aliado importante nessa integração é o planejamento, pois é através dele que prevemos ações docentes voltadas para a problemática social, econômica, política e cultural que envolve toda a escola e, por consequência dessa integração, conseguimos alcançar resultados positivos quanto à educação do corpo discente.

Para isso, Lück (2009) enfatiza a relevância da liderança do trabalho da gestão escolar, em que aborda que para o gestor desenvolver uma gestão eficiente se faz necessário que este possua, dentre outras competências, uma visão global da escola onde trabalha; reconheça a importância da ação coletiva na efetivação de seu projeto político, fortaleça o espírito coletivo de colaboração e cooperação entre os profissionais, identifique dificuldades e crie mecanismos que busquem a superação e o fortalecimento da educação através do processo democrático de gestão.

Nessa perspectiva, é relevante que se determine as atribuições e desafios da gestão pedagógica da escola. Assim, a equipe gestora necessita se estruturar para deixar claro qual o seu papel na comunidade e sua função frente à promoção das mudanças sociais e, principalmente, suas fragilidades no ambiente escolar.

A respeito dessas inquietações apresentadas pelos docentes relacionadas ao baixo desempenho, podemos enfatizar a importância desse trabalho com base no pensamento de Brooke e Soares (2008) que:

[...] entende-se o quanto um dado estabelecimento escolar, pelas suas políticas e práticas internas, acrescenta ao aprendizado do aluno. Essa definição enfatiza a ideia de que cada escola deve ser analisada a partir dos resultados de seu processo de ensino-aprendizagem e que os fatores associados com melhores resultados devem ser identificados (BROOKE e SOARES, 2008, p. 10).

Arelado aos estudos desses autores é importante destacar que, os fatores estruturais e organizacionais da escola estão associados aos resultados da gestão escolar, destacando, principalmente, a interação dos fatores intraescolares e extraescolares como influenciadores de forma positiva no desempenho dos alunos. Essa organização estrutural da gestão escolar envolve tarefas rotineiras, como acompanhar a assiduidade de alunos e professores, identificar os problemas de aprendizagem e buscar recursos para saná-los, estabelecer contatos com as famílias dos alunos em prol de seu acompanhamento escolar, garantir o acesso de alunos e professores aos materiais didáticos necessários para o trabalho escolar, entre outras.

A respeito do planejamento da prática pedagógica com alunos com dificuldades, o professor C, ressalta que:

Sempre dou atenção especial aos alunos que apresentam baixo rendimento e acompanhamento durante todo o bimestre a participação dos mesmos nas atividades e na permanência da situação, mando chamar os pais através da pedagogia da escola. O planejamento visa não deixar que esses alunos se sintam a parte dos demais (Professor C, entrevista concedida em 01 junho 2016).

Vale ressaltar diante do que foi explicitado pelos entrevistados, a importância do planejamento pedagógico, como ressalta o professor G:

Diariamente, busco planejar algo diferente, dependendo da turma ou no meu HTP, quando não tem nenhuma atividade extraclasses nesse dia, realizo troca de experiências com os colegas dessa área, que também estão no HTP. Também sempre que posso agendo os equipamentos da sala de mídia (Professor G, entrevista concedida em 09 junho 2016).

O gestor deve exercer sua liderança enquanto coordenador e mediador do projeto pedagógico e das demais atividades desenvolvidas na escola. Por isso, sua participação em todas as atividades da escola, se torna essencial. Essa questão nos remete à pesquisa de Polon (2009), em que associa o perfil de liderança pedagógica do gestor ao bom desempenho nas escolas. Segundo essa autora, as escolas que apresentam resultados satisfatórios em termos de proficiência discente, nos exames em larga escala, têm como característica a presença de gestores e membros da equipe gestora que valorizam a discussão pedagógica na prática escolar, fazendo com que as reuniões e os espaços de encontros sejam efetivamente espaços voltados para o pedagógico.

Diante disso, a participação e o envolvimento do gestor junto à equipe pedagógica e professores, nos momentos de discussão e reflexão do fazer pedagógico, nos encontros e reuniões sobre o rendimento escolar/planos de intervenção, constitui-se em um caminho para conseguir melhores resultados e promover a formação e aprendizagem com mais qualidade e equidade aos seus alunos.

A respeito das responsabilidades no trabalho pedagógico, a pedagoga salienta que:

[...] o trabalho pedagógico é ótimo, principalmente se tiver uma equipe que vale a pena. Mas, não é o fim do mundo. Apesar de ser bastante atribulado. Não gosto muito das questões burocráticas de sua prática, como digo, que cai do céu, mas a parte pedagógica com contato com os pais e alunos gosto bastante é o que me motiva a ir ao meu local de trabalho, pois meu perfil é mais para orientadora escolar (Pedagoga da escola, entrevista concedida em 24 maio 2016).

No dia a dia da escola, presenciamos a figura de um pedagogo sobrecarregado, à mercê das necessidades imediatas no contexto escolar, distanciando-o das propostas de contribuir com a tomada de decisão em prol de melhorias na gestão pedagógica. A queixa comum desses profissionais é que eles gastam todo o seu tempo “apagando incêndios” e nas questões burocráticas, relacionado a realização de relatórios e preenchimento de papéis e documentos, que fazem parte da rotina pedagógica desse profissional.

Nessa perspectiva, Luck (2009) ressalta a importância da gestão pedagógica frente às dimensões da gestão escolar, ao afirmar que:

A gestão pedagógica é de todas as dimensões da gestão escolar, a mais importante, pois está mais diretamente envolvida com o foco da escola que é o de promover aprendizagem e formação dos alunos [...]. Constitui-se como a dimensão para a qual todas as demais convergem, uma vez que esta se refere ao foco principal do ensino que é a atuação sistemática e intencional de promover a formação e a aprendizagem dos alunos [...] (LÜCK, 2009, p.95).

É importante que se tenha esse foco direcionado no que tange a promoção da aprendizagem dos alunos em que se possam articular ações com o intuito que todo o alunado participe das atividades e, assim, se alcance resultados satisfatórios

Com base nessas diversas atribuições que recaem sobre a equipe gestora da escola, é possível afirmar que o seu principal papel é o de desenvolver a gestão da aprendizagem na escola proporcionando, assim, a seus alunos condições de obterem melhores resultados. Ademais, diante do relato da pedagoga, se pode perceber que não há alusão a novas práticas pedagógicas na escola que venham melhorar o ensino para que os alunos aprendam, satisfatoriamente.

A respeito desse dinamismo da prática pedagógica, é importante salientar que a gestão da aprendizagem está relacionada com o conjunto de atividades que têm a ver com a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, o que significa ir mais além de uma mera gestão administrativa da escola. Sobre isso Bolívar (2009) apud Ávila de Lima & Micaela Silva (2011) nos orientam que:

[...] uma liderança pedagógica deve dirigir os seus esforços para três vertentes: a definição dos valores e objetivos da educação em torno de um projeto comum; a gestão dos processos de ensino e aprendizagem e o estabelecimento de comunidades de aprendizagem profissional no interior da organização escolar (ÁVILA DE LIMA & MICAELA SILVA, 2011, p.114).

Embasado no pensamento do autor percebe-se a importância da gestão pedagógica no contexto escolar, pois de nada adianta ter um PPP na estante ou gaveta da sala do

gestor, sem que haja um olhar para o processo ensino-aprendizagem dentro das escolas. O objetivo principal comum entre a comunidade escolar é o aprendizado dos educandos, e assim, na interação do saber a escola vai adquirindo práticas inovadoras de forma que promova melhorias na educação, e principalmente nos resultados da escola.

2.3.2 A apropriação dos resultados e a distorção idade-ano / Ações e políticas de correção do fluxo escolar

A apropriação dos resultados de uma instituição escolar, de acordo com Silva (2013), consiste em que a equipe da instituição, principalmente equipe gestora e professores, possam tratar os resultados como ferramentas para mudanças de práticas pedagógicas visando melhorar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos em sala de aula. Para que isso ocorra, o autor ressalta alguns procedimentos, dos quais destacamos dois para nossa pesquisa: realização de formação continuada e exposição e análise dos resultados aos pais e alunos.

Quando a comunidade escolar realiza a análise de seu rendimento escolar, bem como se apropria dos resultados nas avaliações de larga escala – Sadeam e Saeb, não apenas como um instrumento para aferir as competências e habilidades, mas como uma ferramenta contínua de trabalho, em que os professores, gestores e técnicos a fim de identificar possíveis estratégias de possibilidades pedagógicas na escola.

Vale ressaltar ainda que os resultados do rendimento escolar indicam possíveis deficiências no processo, além de apontar a deficiências no domínio de certas competências e habilidades que devem ser desenvolvidas no âmbito da escola. E, quando se observa essa deficiência, não significa dizer que a escola fracassou, mas que a partir do que foi detectado na análise, se percebe que o trabalho possa ser direcionado de forma correta e participativa que possa transformar esse aparato pedagógico.

Com o intuito de conhecer as consequências da distorção idade-ano da escola investigada, questionamos o gestor acerca do que ocasiona a distorção idade-ano nos alunos dos anos finais do ensino fundamental. Segundo ele:

A distorção idade-ano não é apenas nos últimos anos do ensino fundamental. A distorção vem desde lá debaixo, desde o 5º ano quando migram para o 6º e até chegar no 9º ano tem “N” motivos que podem acontecer nesse intervalo desde a mudança de bairro, desistência, fatores externos, como a violência, drogas, despreparo da própria família, né, e a gente não pode dizimir a questão da escola, tendo que

fazer a verificação dos alunos infrequentes, para tentar fazer algum tipo de intervenção e alguns alunos possam ser salvos, no sentido de desistir. A própria secretaria também tem a responsabilidade no sentido de montar algum tipo de ação ou projeto que venha diminuir essa distorção idade-ano, no caso do estado do Amazonas, em específico temos o Projeto Avançar (Gestor da escola, entrevista concedida em 17 maio 2016).

É perceptível que o gestor conheça a realidade na qual está inserida a escola, bem como aponta em sua fala alguns fatores que causam o problema evidenciado, mas que em nenhum momento apresenta as ações direcionadas em sua gestão para que tal situação possa ser amenizada, e tão pouco não comenta se as ações oriundas da SEDUC/AM, por meio do Projeto Avançar, obtém êxito no Amazonas. Nesse contexto apresentado pelo gestor, é fundamental que o próprio, como líder, possa traçar metas e ações para o combate da distorção escolar.

Para Soares (2002), a eficácia de uma escola em relação aos seus resultados está ligada às iniciativas que a gestão e os professores conseguem realizar sob a influência da liderança do gestor, em que mostra que a falta de recursos não pode justificar o baixo desempenho dos alunos. Para isso, é possível encontrar soluções diante de situações adversas quando a liderança e a ação pedagógica da escola estão alinhadas em busca dos mesmos encaminhamentos.

Diante da explanação do gestor e atrelado ao pensamento do autor mencionado, percebe-se que é essencial o direcionamento de ações pertinentes a cada situação diagnosticada pela equipe gestora, embora possa existir direcionamento de ações via secretaria, mas, é necessário que a escola, enquanto espaço de interação e aprendizagem possa realizar atividades em vista de soluções em relação ao desempenho dos alunos.

Ademais, todas as ações existentes no contexto da escola deveriam estar discriminadas no Projeto Político Pedagógico da instituição. A respeito desse documento norteador, indagamos o gestor se ele trata do problema da distorção idade-ano. Sobre esse questionamento o gestor comentou:

Trata, mas as ações elas vem de cima para baixo, mesmo o PPP sinalizando essa preocupação, essas ações vem da secretaria estadual, essa questão da distorção idade-ano. E a escola fica um pouco de mãos atadas dependendo desses projetos, dessas ações da secretaria de educação, para tentar reduzir e temos a EJA, também do Ensino Fundamental, que é uma das formas de correção de fluxo para reduzir essa distorção idade-ano e, agora como eu falei anteriormente, o problema é a aprendizagem se vai ser eficiente ou não vai, reduzir é uma coisa, terminar por terminar o ensino fundamental é uma situação. A grande preocupação que eu vejo é a questão da aprendizagem em si, se foi eficiente, se teve uma eficácia no término do programa, no caso

do Avançar ou da EJA (Gestor da escola, entrevista concedida em 17 maio 2016).

Percebe-se diante da fala do gestor a questão da implementação de políticas públicas, caracterizada, de acordo com Condé (2012, p. 8) “de caráter top down”, ou seja, as ações são implementadas de cima para baixo, a partir dos resultados apresentados nos indicadores de desempenho dos alunos, em que com base nesses indicadores a Secretaria de Estado de Educação senti a necessidade de elaborar um projeto. Entretanto, as bases do sistema escolar não foram consultadas sobre essa necessidade do projeto e nem tiveram participação na sua elaboração.

Segundo Condé (2012, p. 2) políticas públicas podem parecer uma 'caixa preta', fechada a cadeado. Não em um sentido metaforicamente ético (ainda que assim, às vezes, possa parecer), mas em questões de desenho, conteúdo e processos.

Portanto é preciso encontrar a chave da entrada, pois é primordial que as políticas educacionais, que buscam solucionar o problema de fracasso escolar, necessitam realizar todas as etapas, e, principalmente, serem avaliadas no sentido de estarem contribuindo ou não para a melhoria dos indicadores educacionais.

Nessa perspectiva sabe-se que, a implementação de uma política não é um trabalho fácil de ser realizado, principalmente em decorrência das fragilidades evidenciadas em sua prática

Em seu relato observa-se que o gestor apresenta o problema a ser solucionado por meio de ações da SEDUC/AM, sem que a gestão da escola possa estabelecer medidas que colaborem para um melhor rendimento dos alunos, além disso, em nenhum momento, o gestor pensa em traçar estratégias em vista da redução do abandono escolar.

Com essa visão, o gestor tenta desresponsabilizar a escola pelos resultados e problemas existentes, ele não percebe a gestão como a linha de frente da escola, o que por sua vez, implicaria, adotar outra visão de gestão escolar, que sinalizasse para a emergência de uma nova cultura na escola, ancorada pela descentralização, autonomia e liderança escolar.

Baseado no questionamento feito pelo gestor, é que a equipe gestora precisa desenvolver algumas das competências da gestão pedagógica apresentadas por Lück (2009), entre as quais a pesquisadora destaca: o acompanhamento do processo ensino aprendizagem na sala de aula, como *feedback* aos professores, o estímulo a elevadas expectativas de aprendizagem, a criação de um ambiente escolar motivador

caracterizado pela busca da superação das dificuldades das práticas escolares por meio de estratégias de orientação pedagógica que visem sempre a melhoria das relações internas na escola e, acima de tudo, melhorias na qualidade da educação.

Em muitas escolas se percebe a falta de autonomia e liderança escolar no trabalho da gestão. Tal fato se dá, segundo Alonso (2002, p.167), devido ser atribuição do gestor escolar, estabelecer relacionamento entre “meios e fins” para equacionar na escola problemas educacionais e administrativos, visto que o trabalho administrativo somente tem sentido a partir das atividades pedagógicas que constituem atividades-fim ou propósitos da instituição escolar. Assim, em muitas escolas, as atividades relacionadas ao cargo do gestor escolar, acabam exigindo dos diretores dedicação maior às questões administrativas, e deixa para segundo plano, as tarefas relacionadas às atividades pedagógicas, que deveriam ser o objetivo maior de sua gestão.

Diante disso, Luck (2009) esclarece ainda que: “[...] por melhores que sejam os processos de gestão escolar, pouco valor terão, caso não produzam resultados efetivos de melhoria da aprendizagem dos alunos”. Isso quer dizer que, todas as ações operacionalizadas pela gestão escolar só terão sentido se forem capazes de modificar e melhorar, principalmente, a prática docente e a aprendizagem dos alunos, fato que será refletido nos indicadores dos resultados da escola.

A autora nos apresenta que por melhor que seja o trabalho realizado por uma gestão escolar, de nada adiantará se não apresentar resultados satisfatórios e, principalmente, que se não ocorrer o aprendizado dos alunos, sem deixar de lado o envolvimento dessa equipe em buscar meios para amenizar os problemas existentes que dificultam a melhoria dos resultados escolares, principalmente os relacionados com o rendimento da escola, no que tange a abandono, reprovação e distorção de idade/ano.

Em relação ao que ocasiona a distorção idade-ano nos alunos dos anos finais do ensino fundamental o professor D argumenta que:

Eu percebo que a falta de interesse dos alunos e a falta de acompanhamento da família ocasiona o baixo rendimento. Isso contribui para que os alunos fiquem reprovados ou até mesmo desistam dos estudos. Os pais não estando presentes na vida escolar dos filhos, não observam a infrequência dos filhos que acarreta ao abandono escolar sem deixar de falar da modernidade e dos atrativos impostos pela sociedade. O interesse maior é no externo da escola (Professor D, entrevista concedida em 02 junho 2016).

Com base no argumento apresentado pelo professor entrevistado, observa-se a atribuição da distorção escolar somente ao desinteresse dos alunos e a falta de

acompanhamento da família. O docente se isenta de qualquer responsabilidade no processo educativo, bem como em nenhum momento direciona essa culpa a gestão escolar. Percebe-se ainda que o professor questiona o abandono escolar devido ao fato dos alunos buscarem outros atrativos frente ao desafios da contemporaneidade, mas pautado nessas colocações do professor, como são desenvolvidas as aulas pelos professores? São atrativas? Utilizam ferramentas diferenciadas?

Diante desse posicionamento é notório perceber que no contexto escolar existem muitos fatores que levam ao problema da distorção idade-ano, considerados crônicos na educação escolar brasileira, conforme Prado (2000) destaca: como a repetência, o abandono e a evasão. Além desses, podemos destacar situações de caráter pessoal dos alunos que de certa forma prejudica a trajetória escolar dos discentes, conforme destacada pelo professor B, em que destaca os fatores que contribuem para o atraso escolar:

Eu acredito que são muitos fatores que ocasiona isso, desde a mudança de escola, prática muito usada na escola, devido à troca de domicílios, falta um melhor acompanhamento por parte da família nas atividades, alunos infrequentes, evasão, reprovação escolar e etc.(Professor B, entrevista concedida em 31 maio 2016).

Ao analisar os fatores que fazem o aluno atrasar no espaço escolar constatou-se que a troca de domicílio é um dos elementos que compromete a permanência do aluno, contribuindo para o desnível educacional. Além disso, o professor menciona a falta de acompanhamento da família na vida escolar dos filhos.

Outro ponto debatido e discutido refere-se aos problemas sociais e econômicos, principalmente relacionados ao seio familiar, conforme consta na opinião do professor E, descrita abaixo:

Eu percebo que existe uma série de fatores que contribuem para isso, por exemplo, às vezes é uma questão familiar, o pai se separou da mãe, às vezes o filho tem que ficar com a mãe ou com o pai, às vezes desiste por conta disso. A questão também da violência eu acredito que seja um fator que pode ocasionar esse problema. A questão da dificuldade financeira, eu tenho um aluno que comentou que trabalha numa oficina mecânica e aí ele disse que muitas vezes ele não comparece à escola por estar cansado no horário de ir para à escola e esse aluno é um ótimo aluno em matemática, porém ele precisa conciliar o trabalho com à escola, então torna difícil para ele (professor E, entrevista concedida em 03 junho 2016).

Percebe-se na fala do docente a atribuição da culpa acerca da distorção idade-ano aos problemas familiares, dificuldade financeira, falta de acompanhamento, infrequência escolar, dentre outros fatores, mas acima de tudo, a escola não realiza nenhuma prática que possa desenvolver a promoção dos alunos, em vista de propiciar o acesso ao saber de forma diferenciada. O que se pode constatar diante dessa situação é que em relação a uma medida mais preventiva, imediata, em vista de amenizar a distorção idade-ano e/ou até mesmo uma ação efetiva que possa acelerar os estudos dos educandos em atraso escolar, não está ocorrendo na escola investigada.

Vale ressaltar que, cabe a escola planejar sua atuação com base em suas necessidades e possibilidades, uma vez que é na escola que a formação sociocultural do indivíduo se intensifica, por meio do Projeto Pedagógico da escola traçado de acordo com sua realidade e especificidade local.

Dentre os principais mecanismos de uma gestão democrática, o Projeto Político Pedagógico é imprescindível para a elaboração de uma proposta pautada nos trâmites democráticos. Segundo a LDB, em seus artigos 13 e 14, a elaboração da proposta pedagógica deve contar com a participação dos profissionais da educação. Com tais dispositivos, a lei dá um realce ao papel da escola e dos educadores na construção de projetos educacionais articulados com as políticas nacionais, as diretrizes dos Estados e municípios e capazes, ao mesmo tempo, de levar em consideração a realidade específica de cada instituição de ensino. De acordo com o que estabelece a LDB, é imprescindível que todo o diagnóstico que caracteriza o universo da escola deva estar bem direcionado no PPP. Embora haja na instituição analisada esse documento norteador, a professora A enfatiza que:

Eu posso ser sincera, eu nunca vi o PPP da escola. Não sei se a escola realmente tem. Não tenho conhecimento se a distorção idade-ano está contemplada no projeto, eu tenho um aluno que tem 17 anos e está no 7º ano é tanto ruim para ele quanto para os alunos que estão lá, pois ele já tem uma maturidade, tem mais conhecimento e ele traz esse conhecimento para sala de aula em relação à fala, comportamento e isso prejudica o andamento da turma. Deveria ser o contrário. Porque ele não vai trazer as experiências, mas sim apresenta uma indisciplina que atrapalha seu desempenho (Professora A, entrevista concedida em 30 maio 2016).

A respeito do posicionamento da professora A, foi unânime os docentes abordarem o desconhecimento desse documento, uma vez que o projeto político-pedagógico só adquire legitimidade no seio da comunidade escolar ao ser elaborado e implementado no bojo de um planejamento participativo. Dessa forma, o PPP caracteriza-

se por sua contínua necessidade de atualizações, mudanças e reflexões que podem gerar novas reorganizações mediante acompanhamento e avaliações permanentes a fim de propiciar a intervenção na realidade escolar.

Concebido nesta perspectiva o PPP ganha força como instrumento para o aprendizado dos princípios da autonomia e da construção da identidade institucional no exercício de uma gestão colegiada caracterizada pela tomada de decisão coletiva e pela contínua reflexão em torno das demandas, necessidades, fragilidades e potencialidades apresentadas na realidade escolar.

Além disso, é importante salientar que esse desconhecimento generalizado do PPP da escola só mostra que esse projeto pedagógico tanto não é compartilhado na comunidade escolar quanto não é seguido pelos profissionais. Percebe-se diante desses fatos evidenciados, que a escola não tem parâmetros que embasem o exercício de suas ações. Tal fato, talvez, possa explicar o posicionamento do gestor da escola como submisso às ações da SEDUC/AM, por não ter proposto um planejamento pedagógico para a sua escola, ou seja, a escola não possui essa ferramenta que norteie todo o trabalho a ser desenvolvido. Diante disso, pode-se ainda mencionar que o PPP da escola foi criado somente por ser uma exigência burocrática, sem nenhuma finalidade de cunho pedagógico e administrativo. Sobre a importância desse documento Rezende (2004, p.92) pontua que:

Um projeto político-pedagógico corretamente construído não garante à escola que a mesma se transforme magicamente em uma instituição de melhor qualidade, mas certamente permitirá que seus integrantes tenham consciência de seu caminhar, interfiram em seus limites, aproveitem melhor as potencialidades e equacionem de maneira coerente as dificuldades identificadas. Assim será possível pensar em um processo ensino-aprendizagem com melhor qualidade e aberto para uma sociedade em constante mudança; a escola terá aguçado seus sentidos para captar e interferir nessas mudanças (REZENDE, 2004, p.22).

Acerca disso, o professor C aborda:

O PPP da escola alguns anos atrás passou por umas mudanças, reajustes e atualização de ações, mas especificamente sobre esse tema não acredito que esteja contemplado em alguma seção, com ações planejadas e direcionadas para que possa diminuir esse percentual. No meu entendimento só sei dizer isso, até esse documento ainda não retornou para a escola, está sendo analisado pela Secretaria de Educação (professor C, entrevista concedida em 01 junho 2016).

De acordo com a fala do professor, se pode notar que o PPP da escola é um documento que não é manuseado pelos profissionais e demais atores que fazem parte da comunidade escolar, e que por mais que haja mudanças e adequações nesse documento, de que adiantaria se não está sendo utilizado na prática pedagógica. É importante salientar que o PPP deva estar voltado para solução dos problemas da escola, para a sua elaboração, normatização e execução. Além disso, seria importante que nesse documento norteador da escola estivesse discriminado as peculiaridades da instituição com clareza, bem como a real situação de todos os níveis de ensino, principalmente no que tange a defasagem escolar, pois, nos estabelecimentos de ensino, não se percebe o foco nesse problema, e sim, exclusivamente em alcançar às metas sem se importar com os percalços que atrapalham a melhoria da aprendizagem e estão relacionados ao fluxo escolar.

Com relação à política de correção de fluxo escolar, como o sistema de ensino estadual poderia contribuir para diminuir a distorção idade-ano, após ser questionado sobre isso, o professor B destaca a importância de ações efetivas voltadas exclusivamente para a evidência do problema da distorção, segundo ele: “Acredito que disponibilizar escolas unificadas de turmas de Avançar e EJA no diurno, ou um ensino tecnológico para diminuir a distorção.” (Professor B, entrevista concedida em 31 maio 2016)

O professor B ressalta a importância de ser criada uma escola específica para trabalhar com os alunos em defasagem escolar, no turno diurno, por meio de um ensino tecnológico. Tal colocação do professor poderia ser uma estratégia de intervenção, uma vez que toda a clientela a ser atendida estaria na mesma situação. Arelado às ações da correção do fluxo escolar, como medidas de intervenção no ambiente escolar, o professor C, também ressalta a importância da escola, enquanto instituição social com foco na inclusão, valorizar às políticas e ações direcionadas tanto ao abandono quanto à reprovação, ambas propiciam o aumento nas taxas da defasagem do fluxo escolar. Segundo ele: “Acredito que valorizar as políticas que diminuam tanto o abandono como a reprovação escolar desenvolvidas em reuniões pedagógicas e planejamentos.” (Professor C, entrevista concedida em 01 junho 2016).

No relato do professor C percebe-se a preocupação do docente na valorização das políticas educacionais de correção do fluxo escolar, e que as ações dessas políticas poderiam ser desenvolvidas e fortalecidas nas reuniões pedagógicas e planejamentos realizados na escola, a fim de se pensar atividades e/ou projetos escolares voltados especificamente para o desenvolvimento de cada situação elencada como indicador do rendimento escolar.

Desse modo, a organização escolar deve contar com rígidos divisores de tempos e espaços escolares, que possam induzir à permanência dos alunos na escola como prerrogativa de poucos, deixando aos demais, alternativas que transitam entre reincidentes reprovações e o total abandono do processo de escolarização. Pautada no problema da correção do fluxo escolar, a professora H, que desempenha há 23 anos sua função docente, formada em Letras, ressalta a importância do desenvolvimento de um trabalho diferenciado interdisciplinar em vista de amenizar o problema em estudo. Conforme o professor H: “Acredito que poderia disponibilizar projetos das disciplinas em períodos diversificados, online ou por sistemas apostilados para facilitar a aceleração dos estudos e assim seguir para outro nível de ensino.” (professor H).

Diante da explanação do professor H, percebe-se que se faz necessário a adoção de práticas em vista de amenizar a problemática da distorção idade-ano, seja por meio de criação de turmas específicas para trabalhar as turmas com tal situação e/ou seja, através de estratégias de sites de aceleração de estudos por disciplina através de ferramenta específica com acesso à rede de ensino.

A respeito das políticas desenvolvidas na SEDUC/AM, observa-se, que não há um conhecimento preciso acerca das políticas e/ou programas de correção de fluxo, como podemos verificar na fala do professor D:

Não tenho muito conhecimento sobre as políticas ou programas desenvolvidas na SEDUC para essa finalidade, mas acredito que os que existem estejam na mesma moldagem do Se Liga ou Acelera desenvolvido pela Semed, pensando assim acredito que para isso deveria alocar os alunos em distorção numa turma com metodologia adequada e diferenciada (Professor D, entrevista concedida em 02 junho 2016).

É importante que se possa verificar uma maneira para bem direcionar os programas de correção de fluxo escolar em vista de amenizar a distorção idade-ano, considerado um problema antigo do sistema educacional. Ademais, como nos orienta Setúbal (2000 p.16) acerca da reflexão da política de correção de fluxo voltada para o enfrentamento do fracasso escolar e a construção de uma escola democrática e inclusiva, em que destaca que: “[...] não é possível pensar as políticas educacionais descontextualizadas das realidades global, nacional e regional”.

Diante disso, pode-se destacar que para a concretização de uma proposta pedagógica que caminhe nessa direção, se faz necessário fortalecer as escolas como contextos ricos de aprendizagens, articulado com as diferentes faces de seu funcionamento, tais como: a constituição de um projeto educativo e democrático, suas

relações com o meio social, econômico e cultural dos alunos, a organização do espaço-tempo, o currículo, as metodologias de ensino, as formas de avaliação e formação continuada para os professores.

Além disso, vimos que muitos são os fatores que podem contribuir para o fracasso escolar, porém, não é suficiente apenas identificá-los e buscar culpados, é preciso buscar alternativas em uma perspectiva sistêmica.

2.3.3. A gestão pedagógica do tempo e o espaço escolar realizada pela instituição de ensino

Refletir a questão da temporalidade e da espacialidade na escola é fazer uma referência de como a unidade escolar foi edificada em um determinado tempo e espaço social, que a configura em termos organizacionais e, até mesmo, existenciais, pois o humano estabelece a condição de tempo.

Sabemos a importância na educação de um tempo maior destinado ao ensino e aprendizagem de nossas crianças e jovens adolescentes. A sociedade nos dias de hoje, almeja a permanência dos alunos com mais frequência na escola, muitas famílias gostariam que seus filhos estivessem em escolas de tempo integral.

A educação em tempo integral já se constituiu como uma realidade em algumas unidades educacionais públicas brasileiras e caracteriza-se pela ampliação da carga horária dos alunos na escola, como ocorre no centro de tempo integral (Cetis) no Amazonas, em que há um diferencial para planejar a prática pedagógica e atividades diferenciadas, bem como momento de estudos para os alunos, diferente do que acontece nas escolas regulares de somente 4 horas de aprendizado.

Nas demais escolas que não fazem parte do padrão de tempo integral, para que se possa usufruir de atividades e alocar o aluno num tempo maior no contexto escolar, existe o Programa Mais Educação, mas que não é oportunizado a todos os alunos da escola, somente 150 alunos da escola investigada são contemplados com esse programa.

O Programa Mais Educação é uma iniciativa do governo federal como estratégia de promover a educação integral no Brasil. Tem como objetivo desenvolver atividades socioeducativas no contra turno escolar, na perspectiva de ampliar tempos, espaços, número de atores envolvidos no processo e oportunidades educativas em benefício da melhoria da qualidade da educação dos alunos brasileiros.

A proposta de se implantar uma política de Educação Integral partiu da análise dos baixos índices da educação básica. Surgiu, pois, da necessidade de melhorar a qualidade da educação, reduzindo o fracasso escolar e proporcionando às crianças e jovens novas possibilidades de se desenvolverem.

É um novo desafio para a educação pública brasileira, levando em consideração que vivenciam-se tempos de mudanças. Além disso, há que se considerar a complexidade da vida social contemporânea e as muitas e diferentes crises de diferentes características que perpassam a educação em nível nacional. Trabalhar com a educação integral exige dos professores envolvimento, organização, preparação para enfrentar os desafios e disposição de toda a equipe escolar.

Em decorrência do desenvolvimento de atividades extras realizadas no ambiente escolar, perguntado aos alunos que fazem parte dessa problemática em estudo sobre a participação deles nas atividades extraclasse desenvolvida pela escola, obtivemos os seguintes resultados, como nos mostra a Tabela 24.

Tabela 24 Você participa em sua escola de atividades extraclasse

Alternativas	Quantidade de respostas
Sim	28
Não	17
Às vezes	15

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Diante dos dados apresentados, por mais que existam atividades direcionadas aos alunos, 28,3% responderam que não participam dessas atividades. Alguns desses alunos ressaltaram que só participam quando são atribuídas notas, e muitos deles nem quando são avaliadas. Ainda destacaram que deveriam ter atividades culturais (desenvolvimento de projetos interdisciplinares com uso das artes, com ênfase na diversidade cultural), saraus, gincanas esportivas, e mostra de conhecimentos. Inclusive, o professor E, em entrevista, destacou a importância desse trabalho, pois no início das atividades escolares, em 2004, essa prática existia na escola, e todas as turmas e turnos realizavam, havia êxito na participação e nos resultados da escola.

Uma das situações que preocupa tanto os pais quanto aos docentes é a falta de tempo dos alunos para os estudos, pois preferem ficar conectados às redes sociais e/ou programas com sua turma de convivência do que destinar algumas horas do tempo disponível fora da escola para a realização de estudos ou cumprimento dos deveres

escolares. Questionado aos alunos sobre esse tempo destinado aos estudos fora da escola, tivemos os seguintes resultados.

Tabela 25 Qual o tempo destinado aos estudos fora da escola

Alternativas	Quantidade de respostas
Nenhum	15
1 hora	21
2 horas	09
3 horas	07
4 horas ou mais	08

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

A respeito dos dados obtidos observa-se que mais de 1/5 dos alunos que participaram da pesquisa não destinam nenhum tempo para os estudos após saírem do contexto escolar. Dos 60 alunos, 21 desses destinam 1 hora para a realização de estudos fora do ambiente escolar. Com isso, seria importante que a instituição escolar utilizasse o tempo dos alunos integralmente, com a adequação de atividades extras, e que esses alunos se dedicassem mais tempo aos estudos. Sobre o período de tempo na escola, o gestor ressalta que:

As atividades extraclases nós estamos trabalhando no bimestre, fazendo culminância dos trabalhos desenvolvidos no final de mês para que não tenha tantas paradas para que o aluno não tenha prejuízo na parte de conteúdos, mesmo sabendo que essas atividades são válidas, são atividades lúdicas que fazem parte do contexto, para o aluno se sentir mais atraído pelas atividades mais externas. Em relação ao que o espaço externo oferece como drogas, situações adversas que fogem do contexto escolar, mas eu vejo com bons olhos, os professores participam, um ou dois que não vão participar diretamente das ações, mas eles tem se empenhado sim (Gestor da escola, entrevista concedida em 17 maio 2016).

Diante desse relato, o gestor ressalta que não gosta de utilizar o tempo das aulas do professor para a realização de atividades extraclases, já que o aluno pode ser prejudicado, ou até mesmo o professor em relação à sua carga horária, pois existem professores que tem somente uma aula na semana. Outro ponto mencionado são as atividades lúdicas, bem como as atividades culturais, que são importantes no processo pedagógico, pois facilita e desperta o alunado. Tais atividades são direcionadas pelos professores das respectivas áreas de conhecimento. A respeito dos fatores externos, como a questão das drogas, isso é um problema social que, embora possa fugir do contexto da escola, como menciona o gestor, a escola precisa adotar medidas para que práticas dessa natureza não possam influenciar no rendimento da escola.

Sabemos que a cada ano, torna-se mais difícil despertar no aluno a coragem para a vida escolar, principalmente com o avanço tecnológico e a crescente globalização

aflorada em nossa sociedade. É corriqueiro, percebemos nos ambientes escolares, crianças e jovens, sem estímulo para os estudos. Isso faz com que ocorra dificuldades na trajetória escolar e, conseqüentemente, um baixo rendimento. Dentre todas as dificuldades pelas quais passa a educação no Brasil, destaca-se, atualmente, um grande desinteresse por parte de muitos alunos, por qualquer atividade escolar. Frequentam as aulas por obrigação, sem, contudo, participar das atividades básicas.

Em relação ao gosto dos filhos pelos estudos, na opinião dos pais, obteve-se os dados apresentados na Tabela 26.

Tabela 26 – Preferência /gosto pelos estudos

	Sim	Não	Às vezes	Raramente	Outros
O seu filho gosta de estudar?	4	---	3	7	1

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Percebe-se que, na opinião dos pais, 50% dos filhos raramente gostam de estudar. Isso dificulta o trabalho a ser desenvolvido, pois o docente terá que mediar esse processo em vista de motivar o gosto dos alunos pelos seus estudos. Para que haja motivação aos estudos, é essencial que se compreenda o cotidiano escolar e, em particular, o espaço/tempo de sala de aula, para que possa ir além do entendimento dos aspectos relacionados à transmissão de conteúdos curriculares e à construção de significados. Esta compreensão se dá, em parte, por meio da investigação das relações que se constituem no interior do espaço/tempo de sala de aula, bem como, por meio da elaboração do planejamento, da organização e distribuição do tempo pedagógico e, de forma mais ampla, das relações que se estabelecem entre a escola e a comunidade.

O acompanhamento da família, como já mencionado, é imprescindível para o ensino em si, pois quando há o envolvimento dos pais no processo de aprendizagem dos alunos, é possível perceber se os mesmos apresentam dificuldades nesse processo da trajetória escolar. Acerca dessa interação da família-escola, ao questionarmos os pais no que diz respeito das dificuldades de aprendizagem dos filhos, apresentam suas percepções, conforme a Tabela 27 demonstra abaixo.

Tabela 27 Você percebe quando seu filho apresenta dificuldade de aprendizagem?

Alternativas	Quantitativo
Sim	12
Não	3

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

A respeito do grau de percepção dos pais em relação às dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos filhos, 80% dos pais percebem quando os filhos apresentam dificuldades e 20% não conseguem detectar essa dificuldade de aprendizagem. Embora os pais percebam que os filhos apresentem eventuais dificuldades de aprendizagem, muitos não colaboram no acompanhamento diário como forma de ajudá-los. E outros, ao perceber essa dificuldade de acompanhar o ritmo de aprendizagem desenvolvida com a turma, solicitam, junto à gestão escolar, a inserção de seu filho no Programa Mais Educação. Sobre o atendimento desse programa, o gestor escolar trata que:

O Programa Mais Educação sempre houve, principalmente para atender os alunos que estão precisando de ajuda. A grande questão é a permanência desses alunos, a questão da estrutura física passa por isso. As escolas não foram projetadas para aumentar essa questão do tempo na escola. Existem escolas e escolas no contexto do estado do Amazonas. As escolas de tempo integral sim, o mesmo aluno que está de manhã fica à tarde, tem como você trabalhar essa questão do reforço escolar com outras atividades porque é o mesmo aluno e tem espaço para ele atirar. Uma escola regular como a nossa, grande com uma faixa de mais de 3.000 alunos, com segmentos diferenciados fica difícil você encontrar um espaço na infraestrutura da escola para trabalhar com esses meninos. Aí você fica colocando na biblioteca, tentando achar um espaço no refeitório, mas não é um ambiente propício para isso também, mas nós temos o Mais Educação, que é feito esse trabalho no contra turno. De momento, somente o Mais Educação nós estamos trabalhando e a biblioteca é livre para o aluno vir pesquisar no contra turno, mas fica muito a critério do aluno (Gestor da escola, entrevista concedida em 17 maio 2016).

A respeito disso, é importante que a educação possa transcender os aspectos conteudistas, rompendo às práticas antigas e se moldar no avanço das habilidades nas diferentes dimensões vivenciadas no contexto escolar, que perpassa entre elas – cultural, ética, moral e cívica, cidadania, tolerância, afetiva, valores e de saúde. Isso significa trabalhar a formação do sujeito de maneira multidimensional, ou seja, por meio de um processo de desenvolvimento integral, contextualizado no universo em que estamos inseridos.

Questionada a pedagoga da escola sobre as atividades desenvolvidas no contra turno da escola, ela respondeu: “Não tem não. Existia o Projeto Jovem Cidadão, que era muito bom, mas acabou. Mas da própria escola não tem nenhum projeto, somente o Programa Mais Educação”.(Pedagoga da escola, entrevista concedida em 24 maio 2016).

Sabemos que num ambiente escolar é importante que exista projetos escolares, por permitirem estimular a construção do conhecimento do aluno, incentivando sua maior participação em aulas, por meio de atividades criativas e que fogem do estilo tradicional de ensino.

Dessa forma, a maioria dos professores vê os projetos impostos pelos órgãos educacionais como algo que não condiz com o planejamento e com a realidade da sala de aula. Essa forma de trabalho, muitas vezes, frustra os professores que passam a ver o projeto como algo que atrapalha e atrasa o conteúdo por ele programado. Vasconcellos (2006. p. 160) defende que:

[...] a maneira de se fazer o projeto pode ser fruto de uma aprendizagem coletiva, através da troca de experiências e de uma reflexão crítica e solidária sobre as diferentes práticas. É preciso compreender onde é que o grupo está, quais suas necessidades. Ou seja, na busca de mudança do processo de planejamento, o ideal é a coordenação construir a proposta do roteiro de elaboração do projeto junto com professores; se não for ainda possível, pode propor, justificar mostrar como aquele roteiro pode ajudar o professor a fazer um bom trabalho.

Pode dizer, embasado na ideia do autor, que uma das características mais importante do projeto é a autonomia. É por essa razão que quando o projeto surge dentro de uma necessidade da sala de aula, aumenta a qualidade do conteúdo e cria a possibilidade da obtenção de melhores resultados. Sendo assim, quanto maior for o interesse do professor em transformar o projeto em algo que motive o aluno a desenvolvê-lo, mais proveitoso e significativo será o trabalho produzido. Além disso, o aluno percebe que, quando tem vontade, se esforça e busca melhorias, suas capacidades intelectuais são afloradas, o que o leva a se tornar um ser mais consciente sobre a importância em ampliar e aprimorar o conhecimento.

Sobre o envolvimento dos alunos em projetos e programas educacionais, o professor B ressalta que:

Alguns alunos participam do reforço do Mais Educação, mas não sei dizer precisamente, se os alunos em distorção idade-ano participam. Se, caso estivesse outras atividades, a escola não teria como funcionar, pois o reforço do Mais Educação ocorre na biblioteca ou no refeitório por não ter espaço (Professor B, entrevista concedida em 31 maio 2016).

No relato do professor se pode constatar que a participação no Programa Mais Educação não ocorre em sua plenitude, destinados aos alunos de fato que necessitarem desse atendimento, principalmente no que tange ao reforço escolar. Essa participação pode ser justificada, em razão da situação financeira ou de outros fatores, mas que a escola

poderia usar alguma estratégia para que houvesse o reforço escolar, principalmente com os alunos com dificuldade de aprendizagem com um novo formato, desenvolvido com os docentes da própria escola.

Pode-se dizer que todo programa implementado no contexto escola, seu redesenho, está pautado, principalmente, em busca de melhorias na qualidade educacional, por meio de ações educativas que possam amenizar qualquer situação problema que possa existir.

Em relação ao desenvolvimento de aulas mais dinâmicas, atrativas, através do uso dos equipamentos da sala de mídia, conforme previsto pelo Programa, percebe-se que no relato do gestor que:

O corpo docente utiliza bastante a mídia aqui, nós temos inúmeras caixas de som, tanto podem levar para uso em sala de aula e algumas salas até já possuem suporte para data shows ou então eles levam e utilizam manualmente, independente de estar ou não afixado em sala de aula. Esse equipamento é utilizado na própria sala de mídia e, nos últimos anos os professores tem usado bastante. A procura pelas novas tecnologias na escola é muito grande, até porque essa nova geração, esses novos professores do último concurso são antenados com as questões tecnológicas e isso tem até motivado aqueles professores que já estão no final da carreira, que já estão há bastante tempo na docência atentarem em querer aprender, tipo assim, é uma forma competitiva salutar eu vejo, porque os próprios colegas ensinam a questão do diário digital e tudo mais àqueles professores que apresentam uma certa dificuldade no manuseio dessa ferramenta. (gestor da escola, entrevista concedida em 17 maio 2016).

Sobre essas novas tecnologias é interessante destacar que a escola, por meio do CEPAN, oferece condições para aperfeiçoamento e conhecimento do uso de novas metodologias, por meio Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologias Educacionais (Proinfo Integrado)¹³ com o objetivo de promover formação e reflexão como forma de ajudar na melhoria do fazer pedagógico e na aprendizagem dos alunos, em vista de dinamizar o cotidiano em sala de aula. A respeito desse universo midiático no contexto escolar, a pedagoga ressalta que:

O laboratório de Mídia esse ano não tem um professor responsável, mas ele funciona bem, os professores vão lá fazem o agendamento ou levam os equipamentos para a sala de aula. Agora a Sala de Informática não é utilizada pelos profissionais ou pelos alunos (Pedagoga da escola, entrevista concedida em 24 maio 2016).

¹³ O Núcleo de Tecnologia Educacional Manaus Planalto é uma estrutura de apoio ao processo de informatização das escolas, responsável por realizar as ações do ProInfo no Estado do Amazonas, assessorando, acompanhando, monitorando, avaliando e garantindo a assistência às unidades escolares, quanto ao uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação. Disponível em <http://ntemanausplanalto.blogspot.com.br/Acesso>.

Como bem mencionado pela pedagoga, a falta de um profissional no ambiente de mídia dificulta o trabalho do professor, pois, muitas das vezes, necessita se deslocar para ir buscar as chaves, tanto da sala quanto dos armários que ficam os equipamentos, e isso leva tempo. Sobre a estrutura da escola e os recursos escolares disponíveis a professora A, aborda que:

Eu uso muito a mídia mesmo, nos dias em que eu tenho dois tempos em sala de aula, eu utilizo com eles o centro de mídias. A sala de informática não tive a oportunidade de utilizar, vontade mas não deu. Agora os livros da biblioteca, os programas disponibilizados pelo governo via pendrive eu utilizo muito com eles. Gosto muito de fazer esse intercâmbio com eles e tenho o apoio total da escola. A Sala de mídia tem muitos equipamentos da qual os colegas professores usufruem em suas práticas pedagógicas. Só não usa quem não tem habilidade para manusear, mas equipada nossa escola é e os alunos também utilizam (Professora A, entrevista concedida em 30 maio 2016).

Com base no relato da professora, é possível perceber que a escola possui um acervo bem estruturado tanto de equipamentos quanto de materiais pedagógicos como ferramentas a serem utilizadas em sua prática diária. Em relação a utilização da sala de informática, percebe-se que não existe um cronograma de atendimento, planejado pela equipe pedagógica. A não utilização pode ser justificada, pelo fato de não possuir na escola investigada um profissional para dar suporte a esse trabalho pedagógico. Até porque, o docente para fazer uso, vai necessitar de um tempo maior disponível, pois necessita realizar os procedimentos técnicos (abertura da sala, ligar e desligar os equipamentos) e o tempo de aula é de 48 minutos. Ainda com base nos recursos tecnológicos escolares da sala de mídia, o professor C salienta que:

Os equipamentos eu os utilizo com grande frequência, embora utilize muito mais em sala de aula através de data show que na sala de mídia, que sempre está ocupada devido ao grande número de professores que a utilizam e requer agendamento (Professor C, entrevista concedida em 01 junho 2016).

Percebe-se na fala do professor que o mesmo utiliza tais ferramentas da sala de mídias em sua prática pedagógica, que, diferente da sala de informática que não consta um controle de agendamento, a sala de mídia possui e essa ação é realizada pela equipe pedagógica no que tange o agendamento, ou até mesmo, disponibilizar os equipamentos para serem utilizados em sala de aula. Sobre isso, o professor D aborda que:

Utilizo raramente os equipamentos de mídias devido à dificuldade de montar e desmontar os mesmos em sala de aula, requer tempo. Em relação ao laboratório de informático sei que a escola possui um, mas

não tive a oportunidade de conhecer o laboratório de informática até o momento para utilização com os alunos. Sobre os outros suportes mencionados na questão desconheço o Programa Saber Mais do Centro de Mídias (professor D, entrevista concedida em 02 junho de 2016).

Embora o Professor D tenha relatado que o uso dos equipamentos se deve ao fato de ter dificuldade de manusear, isso não é justificado, pois a própria Secretaria de Educação por meio do CEPAN, disponibiliza de cursos para que o professor possa ter agilidade no manuseio das tecnologias em suas práticas pedagógicas. Mas, que os cursos oferecidos não atendem às expectativas dos docentes, pois ocorrem no período curto de tempo, com duração de 2 a 3 horas de duração e, ainda nem todos tem acesso às ferramentas devido a instituição possuir uma clientela elevada de professores, o que faz com que os docentes não detenham as habilidades necessárias para o domínio da tecnologia de forma automática.

Nesta perspectiva, as tecnologias podem tornar-se elementos integradores dos ambientes de aprendizagem desde que sejam pensadas, discutidas e planejadas com base nos reais contextos educacionais com seus limites e possibilidades. Não se pode ter a ilusão de que essas ferramentas serão a “salvação da pátria”, pois, dependendo do seu uso, podem ou não contribuir para uma aprendizagem que realmente responda aos desafios da sociedade atual.

Nada disso acontece se a escola não dispuser das instalações necessárias para a implantação de computadores e a manutenção da internet e, conseqüentemente, de pessoas preparadas para manuseá-los. A esses equipamentos junta-se a visão crítica do professor para discernir quais informações será veiculada na sala de aula. Cabe salientar, contudo, que a intenção não é substituir o quadro e o pincel de quadro branco por recursos tecnológicos, mas uni-los para que uma aprendizagem que seja mais eficaz.

É interessante ressaltar que não basta introduzir as mídias na educação apenas para acompanhar o desenvolvimento tecnológico ou usá-las como forma de passar o tempo, mas que haja uma preparação para que os professores tenham segurança, não só em manuseá-las, mas principalmente em saber utilizá-las de modo seguro e satisfatório, transformando-as em aliadas para a aprendizagem de seus alunos.

Dessa forma, diante das análises apresentadas, que comprovam a distorção idade-ano, bem como aponta o abandono escolar, se faz necessária à elaboração de um plano de intervenção para promover a redução da distorção idade-ano, com foco na aprendizagem dos estudantes no contexto escolar, e, ainda, possibilitar estratégias que possam promover

o sucesso escolar da instituição, com ênfase no melhor direcionamento da prática pedagógica a ser utilizada pela escola.

2.4 Principais problemas detectados na pesquisa

A construção de uma gestão escolar de qualidade constitui um desafio nos dias atuais, e se faz necessário o espírito de responsabilidade dos atores envolvidos, de modo a se comprometer com a qualidade dos processos do ensino e da aprendizagem, por meio da apropriação da realidade escolar e dos horizontes da escola, delineados no projeto político pedagógico.

São perceptíveis, na fala dos professores, gestor, pedagoga e coordenador pedagógico, que o monitoramento e análise dos resultados da escola não têm ocorrido de forma coesa pela equipe gestora, pois não sofreu impacto de maneira que possa gerar ações frente aos desafios enfrentados no cotidiano escolar que implicam nos processos de ensino e da aprendizagem. Existe a atribuição de culpa do problema existente, seja ao gestor, ao professor, ao aluno, aos pais, ao secretário de educação, ao sistema, sem que ninguém se responsabilize e tome ações efetivas para a solução dos problemas existentes no contexto escolar.

Destaca-se ainda a necessidade de se instaurar uma cultura de desenvolvimento de trabalho coletivo, com base na construção e reconstrução do projeto político pedagógico, o que sinaliza o exercício de uma gestão democrática. Nessa perspectiva, os espaços formativos e a promoção de atividades pedagógicas para a formação dos discentes são considerados essenciais para a melhoria dos indicadores da escola.

Os dados da pesquisa permitiram compreender a dificuldade da gestão escolar no que tange à articulação de estratégias pedagógicas em prol do ensino de qualidade, bem como a participação do gestor da escola frente às questões pedagógicas. Como já mencionado, a escola não trabalha as suas ações de maneira articulada dentro de um projeto pedagógico construído a partir de um planejamento coletivo, de modo que os diferentes saberes – escolares e comunitários – estejam integrados oportunizando novas possibilidades de aprendizagens.

Ao analisar os resultados da pesquisa verificamos que a participação da família, no processo ensino-aprendizagem dos filhos, é um dos elos frágeis desse processo. Percebe-se que a falta de envolvimento dos pais, principalmente dos alunos que se

encontram em defasagem, compromete o desempenho escolar, pois não há um acompanhamento frequente que possa motivar o sucesso na aprendizagem.

Diante disso, acredita-se que, para se conquistar melhorias na educação, faz-se necessário que a equipe escolar atue de forma a promover uma gestão escolar democrática, destacando o importante papel da equipe diretiva da escola na condução deste processo. Uma escola que promove uma gestão democrática, participativa, e com o comprometimento e envolvimento de todos os responsáveis pelo processo de aprendizagem, terá como consequência deste trabalho e esforço a qualidade da educação e o sucesso da escola, por meio de práxis pedagógicas significativas e ações compartilhadas para o aprimoramento da aprendizagem dos alunos da escola investigada, principalmente os que se encontram em defasagem na sua trajetória escolar.

Nesse sentido, buscamos compreender alguns aspectos internos à escola e à sua gestão e, ainda, aspectos extraescolares, que são fatores influenciadores do sucesso ou do insucesso, evidenciando a ação da equipe gestora como fundamental para o alcance de bons resultados. Após a descrição do caso e a coleta de dados seguida por análises, evidenciamos os problemas do caso e possíveis ações para cada problema. Esses foram elencados no Quadro 1.

Quadro 1 Problemas identificados e Propostas de ação

Problema identificado	Encaminhamentos para a ação
1 - Ausência de um trabalho em equipe de forma colaborativa e integrada.	Promoção da gestão democrática e participativa – Articulação do Conselho Escolar e Grêmios Estudantis.
2- Ausência de um envolvimento da família no contexto escolar	Sistematização do envolvimento parental
3- Deficiência na organização do trabalho pedagógico	Encontros para reelaboração do PPP da escola; Criação de uma agenda de monitoramento das ações pedagógicas.

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

A pesquisa realizada evidenciou que, apesar da gestão escolar proporcionar um trabalho pedagógico por meio de análise e planejamento, observa-se que, ainda, é necessário uma prática dessa natureza. Destaca-se, ainda, a necessidade do envolvimento do gestor escolar com a dimensão pedagógica da escola, para que o centro de sua gestão

seja o trabalho pedagógico, posto que a liderança pedagógica da escola está sendo delegada à equipe pedagógica da escola, enquanto o gestor cuida mais da parte administrativa.

Outro importante aspecto que precisa ser considerado é o envolvimento dos pais no processo escolar dos filhos, visto que essa participação nas tomadas de decisões contribuirá para a melhoria dos resultados da escola e, sobretudo na aprendizagem dos alunos. Também ficou claro a necessidade de se utilizar estratégias que possam motivar os alunos em sua trajetória acadêmica.

Com base nessas contestações, podemos afirmar que a gestão pedagógica frente aos fatores intraescolares e extraescolares, no que tange ao planejamento pedagógico, precisa ser vista como instrumento de reflexão pela comunidade escolar. Dessa forma, será formulada uma proposta educacional, com iniciativas combinadas para a comunidade escolar, a fim de diminuir o quantitativo de distorção idade-ano e, assim por meio de práticas bem sucedidas à escola possa minimizar seu problema e alcance resultados satisfatórios.

O próximo capítulo apresenta as bases do Plano de Ação Educacional, cuja proposição é reduzir os alunos em distorção idade-ano nos anos finais do Ensino Fundamental.

3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EDUCACIONAL PARA A MELHORIA DA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS E REDUÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE-ANO NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A análise do caso teve como referência a Escola Estadual Esperança da rede estadual do Amazonas. O plano de ação aqui apresentado tem por objetivo propor ações interventivas que visem à redução dos alunos em distorção idade-ano nos anos finais do Ensino Fundamental que norteia a busca de conclusões do presente estudo, tentando responder à questão norteadora a saber: como a equipe gestora pode articular os fatores intraescolares e extraescolares de maneira que possam contribuir para a redução do quantitativo de alunos em distorção idade-ano na Escola Estadual Esperança?

No decorrer de toda a dissertação explanou-se sobre a melhoria da qualidade do processo ensino aprendizagem, que pode se traduzir aqui na melhoria dos resultados e no alcance das metas estabelecidas para a escola. Considera-se, diante disso, ser necessária a constituição de uma gestão escolar comprometida com os resultados da unidade escolar, isto é, com os objetivos-fins da instituição administrada, que envolva a comunidade escolar para o compromisso com os objetivos-fins da instituição, o que só será possível com a instituição de uma gestão democrática, em que haja a participação de todos os integrantes na elaboração de ações para a correção de baixos resultados, na redução dos índices de distorção idade-ano e do abandono escolar, como diagnoses para o planejamento e replanejamento de novas ações por meio da adoção de práticas motivadoras por parte do aluno, do professor e da escola, elaboradas com vistas à melhoria da aprendizagem dos alunos (melhoria dos resultados).

Para isso, faz-se necessário que o planejamento estratégico da escola seja registrado no Projeto Político Pedagógico. E isso deve ser feito com base na realidade escolar.

Neste sentido, com o intuito de buscar estratégias para articular uma gestão participativa, através do fortalecimento da Gestão, envolvimento da comunidade e aproximação da família com a escola.

O objetivo deste PAE é estabelecer uma estrutura de gestão que possa acompanhar o planejamento, a avaliação e o replanejamento do projeto pedagógico, buscando fazer o resgate do envolvimento da família na escolas e a promoção de uma gestão democrática. O acompanhamento sistemático das ações contribui para a melhoria das práticas e permite

que sejam realizados os encaminhamentos adequados para a melhoria dos resultados pedagógicos da escola, foco relacionado à responsabilidade da gestão escolar.

A proposta de intervenção, que deverá ser aplicada na escola na tentativa de mudar a realidade da gestão no que tange aos processos pedagógicos no cotidiano escolar. Portanto, esse plano propõe três ações que são: i) Promoção da gestão democrática e participativa – articulação do Conselho Escolar e Grêmio Estudantil; ii) Sistematização do envolvimento parental e iii) Organização do trabalho pedagógico.

3.1 Promoção da gestão democrática e participativa – articulação do Conselho Escolar e Grêmio Estudantil

A partir dos registros analisados, pode-se constatar que a escola não promove com frequência o envolvimento da comunidade escolar para tratar assuntos relacionados à gestão. É importante destacar que compartilhar com a comunidade a real situação dos indicadores educacionais é primordial para que se possa redirecionar estratégias de superação e possibilidades de avanços significativos na aprendizagem dos estudantes.

Um dos grandes desafios da gestão escolar da instituição investigada é o distanciamento da comunidade escolar, pois os momentos que ocorrem na escola, em vista de um envolvimento de todos os atores envolvidos, são tão-somente nas reuniões de pais e mestres.

É importante, neste sentido, desenvolver um trabalho coletivo no cotidiano escolar, analisando a realidade, levantando as dificuldades, traçando metas, definindo ações e avaliando o trabalho, uma vez que tal processo consolida-se no momento em que se desenvolve um ambiente no qual todos convivem como sujeitos, com direitos e deveres percebidos a partir de discussões e tomada de decisões coletivas. Portanto, sugere-se como proposta de fortalecimento da gestão democrática e participativa a ação efetiva dos órgãos colegiados.

Para isso, é importante que a gestão escolar estabeleça dentro de seu plano anual de ações, ou seja, dentro do cronograma de suas atividades a serem realizadas no decorrer do ano letivo, encontros bimestrais para discussão desses órgãos colegiados (Conselho Escolar e Grêmio Estudantil). Além disso, dentro desses encontros é fundamental que haja a criação de grupos de trabalho, com representantes voluntários de cada segmento da comunidade escolar. A equipe gestora poderá subsidiar essas discussões e reflexões

acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar, dando vez e voz a todos os atores escolares.

A proposta é que através do conselho escolar a escola pesquisada possa assegurar a participação da comunidade no processo educacional, auxiliando e apoiando a equipe gestora principalmente relacionadas às questões pedagógicas.

A princípio essa articulação contribuirá para a tomada de decisão com relação às ações a serem implementadas por ambos os órgãos colegiados frente aos problemas evidenciados nas discussões como forma de colaborar com a gestão, principalmente no que tange ao abandono escolar.

Desta forma, a equipe gestora da escola em estudo motivará a participação da comunidade escolar no acompanhamento da evolução dos indicadores educacionais da escola, bem como na reelaboração do PPP, dentre outras, pois o estudo ora apresentado pressupõe a atuação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, ou seja, a participação do gestor, pedagogo, apoios pedagógicos, professores, alunos, pais e demais servidores da escola de modo que possam contribuir em todos os aspectos da organização da escola para a construção e consolidação de uma gestão democrática e participativa. No Quadro 2 apresentamos a operacionalização dessa ação.

Quadro 2 Promoção da Gestão Democrática e Participativa – Articulação do Conselho Escolar e Grêmios Escolares

Etapas	Detalhamento
O que será feito (ação)	Promoção da Gestão Democrática e Participativa – Articulação do Conselho Escolar e Grêmios Estudantis.
Por que será feito (justificativa)	Fortalecer o envolvimento dos órgãos colegiados de modo que contribuam com os indicadores da escola.
Onde será feito (local)	Na própria escola
Quando será feito (tempo, período)	Meses de Fevereiro, Março, Abril, Julho, Setembro e Dezembro /2017.
Por quem será feito (responsabilidade)	Equipe gestora e pedagógica
Como será feito (método)	Encontros de discussões e reflexão / Reuniões pedagógicas nos meses de fevereiro, março, abril, julho, setembro e dezembro
Quanto custará fazer (custo)	

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

3.2 Sistematização do Envolvimento Parental

De acordo com a análise das entrevistas, verificamos a ausência do envolvimento das famílias no contexto escolar, principalmente dos alunos que se encontram em distorção idade-ano.

Uma das queixas frequentes dos docentes é a falta de acompanhamento familiar na educação dos filhos, sem deixar de destacar a questão dos alunos faltosos. É inegável a importância da participação dos pais no desenvolvimento do aprendizado dos filhos.

O gestor escolar, os profissionais da escola, familiares, alunos, todos assumem responsabilidades distintas que tendem ao mesmo objetivo que é garantir o acesso e a permanência do ensino.

Toda comunidade escolar (professores, gestor, pedagogo, funcionários, alunos, pais e comunidade) deve participar direta e indiretamente no sentido de favorecer o desenvolvimento do processo escolar. O desenvolvimento de projetos educativos só se transforma em uma prática de sucesso quando for incorporado enquanto concepção pedagógica, além de alargar o relacionamento interpessoal enfatizando a importância do acompanhamento acadêmico do filho pela família para que o sucesso escolar se materialize mais concretamente e ocorra a aprendizagem.

O envolvimento parental é um aspecto importante na eficácia das escolas e na melhoria da qualidade do ensino, pois sua prática constante abrange comunicação, voluntariado, apoio, participação, tomada de decisão, dentre outras situações. Além disso, é importante salientar que de forma consistente ocorre a inserção responsável, empreendedora e constante das famílias, quer seja no processo educativo dos alunos quer seja nos projetos da escola, sendo este uma variável importante no processo de qualidade da aprendizagem dos alunos.

Com isso apresentamos no Quadro 3, as ações a serem desenvolvidas, a fim de obtermos melhorias no ensino aprendizagem, principalmente em relação ao desempenho dos alunos, e atingir uma gestão eficiente com alcance de suas metas e diminuir o abandono escolar com a parceria da família.

Quadro 3 Sistematização do envolvimento parental

Etapas	Detalhamento
O que será feito (ação)	Articulação da participação da família na dinâmica educacional
Por que será feito (justificativa)	Promover a interação da família no processo educativo.
Onde será feito (local)	Na própria escola
Quando será feito (tempo, período)	Fevereiro/2017 / Abril/2017 / Dia D na família na escola – Maio/2017 e Agosto/2017 / Dezembro/2017
Por quem será feito (responsabilidade)	Equipe gestora e pedagógica – Coordenadores Pedagógicos da CDE Y – Anos Finais EF.
Como será feito (método)	Encontros de reflexão e debate / Atividades diversificadas sociais e culturais / Socialização de orientações e informações no ambiente escolar
Quanto custará fazer (custo)	Todos os custos serão de responsabilidade da escola / APMC

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

3.3 Organização do trabalho pedagógico

Somos sabedores que o trabalho pedagógico é, sem dúvida, o mais importante do processo educacional, a qual tem a finalidade de gerenciar as ações e projetos desenvolvidos pela escola, promover a articulação de estratégias e métodos de ensino que sejam capazes de assegurar a aprendizagem e formação dos alunos, através do planejamento e organização das atividades. Seu foco dimensional está associado à orientação contínua para a melhoria do processo de construção do conhecimento, envolvendo a elaboração de projetos, o acompanhamento da prática pedagógica utilizada dentro e fora da escola, monitoramento do rendimento escolar, acompanhamento da aprendizagem dos alunos, bem como o uso adequado dos indicadores educacionais com vistas à melhoria dos resultados.

O projeto político-pedagógico deve ser o norteador do ideal de qualidade que uma comunidade escolar almeja alcançar, por meio do esboço de seus objetivos, metas e recursos disponíveis para uma educação de qualidade. Além disso, faz-se necessário que ele seja consultado, revisto, avaliado e reformulado constantemente, de acordo com as novas demandas que surgem no contexto educacional, com suas especificidades e peculiaridades.

Nesse sentido, essa ação propõe realizar um trabalho voltado para a melhoria dos indicadores de desempenho da escola, principalmente abandono e evasão. Dentre as ações

a serem direcionadas, destacamos o acompanhamento da frequência, que acontece diariamente com intuito de detectar os alunos infrequentes em tempo hábil.

Além disso, há o acompanhamento de notas realizado a cada bimestre, tanto as avaliações quanto a recuperação paralela, sem deixar despercebida a realização das atividades de progressão parcial, a fim de diminuir índices de reprovação, abandono e distorção de idade-ano, fatores que influenciam nos resultados educacionais.

Para facilitar esse processo e o problema em estudo da distorção idade-ano, a organização do trabalho pedagógico será desenvolvida através de duas ações: Reelaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola e a criação de agenda de monitoramento das ações pedagógicas. A seguir apresenta-se de forma mais detalhada, as duas ações interventivas que visam ao aprimoramento do despertar motivacional dos alunos com o intuito de impactar no processo de ensino-aprendizagem, e principalmente fortalecer o trabalho pedagógico.

3.3.1 Reelaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Esperança necessita de reformulação uma vez que desde 2012 não foi ainda se quer aprovado pela Secretaria Estadual de Educação, embora tenham ocorridos alguns ajustes, requer que seja renovado e avaliado pela equipe gestora e comunidade escolar.

Nesta ação de reformulação do PPP da escola serão propostas novas sugestões que visam o alcance das metas educacionais projetadas para 2016, tanto no que se refere ao setor administrativo como no pedagógico, com a implementações das ações a serem desenvolvidas, uma vez que é de interesse coletivo que tais metas sejam beneficiadoras da melhoria da qualidade de ensino promovido nesta escola.

A princípio, sabe-se que é bastante comum, que poucos participem nesse processo de discussão, por isso é importante uma articulação por parte do gestor para a realização do Dia D de sensibilização do PPP envolvendo todos os tores escolares, em que será realizado uma análise da situação atual do PPP e o quais os ajustes que serão realizados.

A partir dessa mobilização ocorrerá encontros de discussão, trabalho de grupo, com o intuito de promover a inserção de ações no PPP que possam viabilizar o envolvimento parental nas práticas pedagógicas, relacionadas ao diagnóstico da realidade da instituição de ensino investigada, com ênfase nos problemas e necessidades detectadas.

A equipe gestora e, neste caso, principalmente o gestor têm a responsabilidade de conduzir a reconstrução do PPP de maneira democrática, participativa, motivando e inspirando todos os envolvidos nessa ação. A seguir será apresentado o esboço do desencadeamento das ações sinalizadas no quadro 4.

Quadro 4 – Reelaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola

Etapas	Detalhamento
O que será feito (Ações)	Reelaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP da escola
Por que será feito (justificativa)	Promover a flexibilização das diretrizes operacionais e documentos pedagógicos a fim de garantir a organização do trabalho pedagógico.
Onde será feito (local)	Na própria escola
Quando será feito (tempo, período)	Durante o primeiro semestre/2017 (Março / Abril / Maio / Junho). Em junho será a apresentação do documento a comunidade escolar e posteriormente, para a SEDUC/AM para aprovação.
Por quem será feito (responsabilidade)	Equipe gestora e pedagógica
Como será feito (método)	Encontros
Quanto custará fazer (custo)	Custeado pela APMC – despesas com lanche, cópias, gráfica – Valor R\$ 600,00.

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

3.3.2 Criação de agenda de monitoramento das ações pedagógicas

De acordo com os dados apresentados na investigação da escola em estudo, evidenciou-se a falta de um melhor planejamento pedagógico. Para isso, é fundamental que a escola possa se organizar para o acompanhamento sistemático e contínuo das ações realizadas, bem como do cumprimento dos objetivos e alcance das metas previstas.

A escola objeto deste estudo, a fim de organizar as suas ações pedagógicas disponibilizará um cronograma diário, semanal ou mensal. Essa agenda, de certa forma, contempla uma melhor dinamicidade para execução e monitoramento do HTP, Diário Digital, Progressão parcial, bem como a análise da apropriação dos resultados dos indicadores da escola.

Diante de tal ação é primordial que a equipe gestora se reúna para elaboração desse cronograma de monitoramento, com direcionamento de tarefas aos que fazem parte desse

processo de acompanhamento, competências cabíveis ao gestor, pedagogo, apoio pedagogo, secretária, assessor pedagógico.

Quadro 5 - Criação de agenda de monitoramento das ações pedagógicas

Etapas	Detalhamento
O que será feito (Ações)	Criação de agenda de monitoramento das ações pedagógicas
Por que será feito (justificativa)	Acompanhar as práticas pedagógicas desenvolvidas e melhorar o rendimento escolar.
Onde será feito (local)	Na própria escola
Quando será feito (tempo, período)	Semanalmente e Mensalmente a partir de abril/2017
Por quem será feito (responsabilidade)	Equipe gestora e pedagógica
Como será feito (método)	Reuniões pedagógicas combate ao abandono escolar / baixo rendimento / Busca ativa relacionada aos alunos faltosos e acompanhamento das ações pedagógicas – HTP / Avaliações / Recuperação paralela (Diário Digital) / Progressão parcial / Atendimento às demandas emergentes
Quanto custará fazer (custo)	Não se aplica

Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Diante de tudo isso, podemos dizer que a distorção idade-ano é um fenômeno educacional complexo e é influenciada por diferentes fatores e contextos pessoais, sociais, culturais e educacionais. Em virtude disso, se faz necessário avaliar o alcance das metas traçadas neste PAE. Vale ressaltar que, caso o plano de ações não surta o resultado desejado em alguma de suas etapas, será necessário repensar as metas, observando os avanços conquistados e os limites contextuais atinentes à realidade da unidade escolar.

Os recursos financeiros para a realização das ações propostas neste PAE, seja por meio da aquisição de materiais de expediente ou outros materiais específicos, serão disponibilizados por meio do PAGUE¹⁴, monitorado pela APMC da escola. Com relação aos recursos humanos utilizaremos a equipe pedagógica e gestora, os professores dos anos finais do Ensino Fundamental e a Assessoria Pedagógica da CDE Y – anos finais EF.

¹⁴ PAGUE – Programa de Autonomia da Gestão das Unidades Escolares/ SEDUC-AM. Disponível em www.programas.seduc.am.gov.br/ptve

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar as ações e os direcionamentos da equipe gestora relacionados aos altos índices da distorção idade-ano nos anos finais do Ensino Fundamental. Diante da pesquisa empreendida, foi possível perceber que a defasagem escolar traz em si uma complexidade de fatores que envolvem diferentes sujeitos e situações contextuais. Dentre esses fatores podemos citar alguns que merecem destaque: a parceria escola-família e participação dos pais em reuniões escolares no que tange o acompanhamento acadêmico frequente; incentivo da família aos filhos em termos de estudos e realização das tarefas escolares; o nível de formação dos pais; sexo e condições socioeconômicas dos discentes; o planejamento e o monitoramento pedagógico; as estratégias pedagógicas dos docentes; o interesse do aluno e a falta de base dos alunos.

Cada um desses fatores teve sua influência dentro do problema investigado, mas que não quer dizer que a pesquisa encontrou os resultados definitivos. O que remete à continuidade de trabalhos futuros dessa natureza de investigação qualitativa.

Foi possível perceber a dificuldade da equipe gestora no enfrentamento dos problemas relacionados ao atraso escolar: abandono e evasão. Tal situação requer que o gestor juntamente com a comunidade escolar trace estratégias no sentido de melhorar o desempenho dos alunos, bem como o trabalho realizado na escola.

Assim, articular a comunidade escolar, tornou-se uma das ações com o intuito de buscar parcerias para a redução da distorção idade-ano e melhorias nos indicadores educacionais. Com essa ação é o momento oportuno para refletir, analisar, replanejar, redirecionar e reformular o PPP da escola, destacando os tópicos que precisam ser modificados e os que necessitam ser aprimorados, como documento norteador, linha de frente da escola. Além disso, a fim de que se possa alcançar resultados satisfatórios é imprescindível que o eixo principal do planejamento pedagógico seja sempre a aprendizagem dos alunos.

Outro importante aspecto que precisa ser considerado nesse trabalho, é a preocupação no que tange a participação da família na escola. No atual cenário educacional, é de competência do gestor escolar possibilitar essa inserção, como parceira no processo educativo. Tal ação remete colaborar para a melhoria da gestão participativa em que propõe o envolvimento dos pais nas tomadas de decisão pertinentes aos problemas evidenciados na realidade escolar.

Espera-se ainda, que as inquietações e dificuldades apresentadas neste trabalho possam servir de base para novas possibilidades de análise do processo de desenvolvimento de projetos pedagógicos frente aos fatores intra ou extra escolares, que visam a melhoria da aprendizagem de alunos da rede pública de ensino na perspectiva da educação inclusiva.

Ser capaz de ressignificar os tempos e os espaços escolares exige da escola uma permanente reflexão sobre suas ações cotidianas, já que, a cada dia, surgem novas demandas, novas propostas, novas certezas e incertezas. É nesta construção dinâmica que a comunidade escolar deve trabalhar, de forma a atender e a entender os diferentes significados que permeiam este novo tempo.

Nessa perspectiva, entende-se que muitos são os fatores que levam a distorção idade-ano dos discentes, não existindo um único e isolado dos demais, da mesma forma são as proposições apresentadas, uma não pode estar desligada da outra, pois uma está relacionada ao sucesso da outra.

Compreende-se que para analisar a questão da distorção idade-ano são considerados como referências a repetência, o abandono e a evasão. Podemos dizer ainda, que esses fatores são potenciais agravantes nos números de distorção idade-ano e, que a maioria dos alunos que estão em defasagem escolar tem um percurso caracterizado por repetições de ano, mau rendimento escolar, ausências frequentes às aulas e mudanças sucessivas de escola. Nestas situações constatou-se uma fraca capacidade das famílias e das escolas para enfrentar as dificuldades.

Além disso, percebeu-se que a prioridade das práticas da equipe gestora da escola estudada é a gestão pedagógica. E, para isso identificar as metas pedagógicas torna-se essencial para um planejamento adequado e eficaz. No entanto, não há como dissociar a liderança pedagógica das demais, como a organizacional e a relacional, que também são essenciais na função do gestor.

Neste sentido, faz-se premente desenvolver, uma prática pedagógica que busque conhecer suas especificidades inerentes a cada um dos envolvidos no problema da distorção, a fim de que a escola se organize no sentido de atender as necessidades que lhes são específicas em vista da aprendizagem e de melhorias no rendimento escolar.

Ademais, tudo isso implica o compromisso de toda a escola, que as ações a serem desenvolvidas possam extrapolar o âmbito da sala de aula e se ampliar para além dos estudantes, pois este estudo diagnosticou que a responsabilidade, em busca de melhorias

na gestão escolar, é de todo um conjunto de fatores e agentes que se interagem, não sendo justo impor somente sobre o alunado.

Contudo, se faz-necessário, que os dados e referenciais teóricos discutidos aqui possam contribuir inicialmente para a discussão acerca da distorção escolar e que novos estudos se delineiem e consolidem no intuito de colaborar ainda mais para a melhoria do fluxo e do desempenho escolar dos discentes nas instituições públicas brasileiras, respeitando a influência dos fatores intra e extra escolares, tentando superar as desigualdades de acesso e permanência e que os atores envolvidos no processo educacionais não se eximam de suas responsabilidades.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. **Políticas educacionais e desempenho escolar nas capitais brasileiras.** Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, mai/ago. 2008. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/312/321>. Acesso em: 20 Ago. 2015.

ALVES, Zélia Maria M.B.; SILVA, Maria Helena G. F. Dias. **Análise Qualitativa de Dados de Entrevista: uma proposta.** Paidéia. FFCLRP – USP, Ribeirão Preto. Fev/Jul, 1992.

ALONSO, Myrtes. **A supervisão e o desenvolvimento profissional do professor.** In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). Supervisão Educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação. 3. Edição. São Paulo: Cortez, 2002.

AMAZONAS. Conselho Estadual de Educação do Estado do Amazonas. **Resolução nº 99/2007.** CEE/AM.

_____. Conselho Estadual de Educação do Estado do Amazonas. **Resolução nº 07/2008.** CEE/AM.

_____. **Regimento Geral das Escolas Estaduais.** 2011.

_____. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino/SEDUC. **Proposta Curricular do Ensino Fundamental e Médio do Estado do Amazonas.**

_____. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino/SEDUC. **Proposta do Programa de Correção do Fluxo Escolar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Projeto Avançar.**

_____. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino/SEDUC. **Proposta do Programa de Correção do Fluxo Escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental/Projeto Avançar.**

_____. Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino/SEDUC. **Proposta do Projeto Criando Oportunidades – Reforço Escolar.**

_____. **Sistemas de Informações Governamentais.** Disponível em https://www2.e-siga.am.gov.br/portal/page/portal/esiga2009#_codOrgao=28000. Acesso em: 16 Mai. 2015.

_____. Escola Estadual Esperança: **Projeto Político Pedagógico.** Manaus, 2012. Revisto em 2015 – não aprovado.

ARROYO, M. **Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica.** In. ABRAMOWICS, A.E Moll, J. (org) Para além do Fracasso Escolar. Campinas, Ed. Papirus, 2004, 3ª edição, p. 11-26.

ASSESSORA PEDAGÓGICA CDE 7. Entrevista realizada em 15 jun.2016. Manaus, 2016. (15min08s).

BENTO, A. **Efeitos das transições de ciclo e mudanças de escola: Perspectivas dos alunos do 5º ano (2º ciclo)**. In J. Sousa e C. Fino (Org.). A escola sob suspeita. Porto: Edições Asa, 2007.

BOMENY, H. **Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2003. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1354.pdf . Acesso em: 01 Nov. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil/1988**. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 8. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Amazonas/CECDA: Imprensa Oficial, 2003.

BRITO, M. S. T.; COSTA, M. **Práticas e percepções docentes e suas relações com o prestígio e clima escolar das escolas públicas do município do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 15, n.45, p. 500-510, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/08.pdf>>. Acesso em: 10 Out. 2016.

BROOKE, D. A. L.; REZENDE, W. S.; CANDIAN, J. F. **Ensino Fundamental e Ensino Médio - Língua Portuguesa e Matemática. SAERJ – 2010**. Revista do Sistema de Avaliação, Juiz de Fora, v. 4, jan/dez. 2010. Disponível em: http://www.avaliacaoexternasaerj.caedufjf.net/wp-content/uploads/2012/05/saerj_BOLETIM_CONTEXTUAL_VOL4_2010.pdf. Acesso em: 26 Out. 2016.

BROOKE, Nigel (Org.). **Marcos históricos na reforma da educação**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco. (Orgs.) **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BURGOS, M. B. (Coord.). **A escola e o mundo do aluno: Estudos sobre a construção social do aluno e o papel institucional da escola**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2014.

CARA, Daniel. **Por que reprovar não funciona?** UOL Educação, 2013. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/colunas/daniel-cara/2013/11/12/por-que-reprovar-nao-funciona.htm>. Acesso em: 16 Dez. 2015.

CAMPOS, F. et al. **Cooperação e aprendizagem on-line**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: Leitura crítico-compreensiva artigo a artigo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária). **Relatório do Cenpec**. São Paulo, 2000. (documento xerocado). MEC/INEP. Em Aberto, v. 17, n. 71, jan. 2000.

CONDÉ, Salomão. **Abrindo a Caixa: Elementos para melhor compreender a análise das Políticas Públicas**. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. PPGP UFJF, 2012.

DAVIS, C. L. F. et al. **Anos finais do Ensino Fundamental: aproximando-se da configuração atual**. In: Estudos & Pesquisas Educacionais – Fundação Victor Civita, 2012.

DOURADO, Luiz Fernando; OLIVEIRA, Ferreira João de, SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da Educação: conceitos e Definições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

DUARTE, Camila Lira Kanashiro. **Um Estudo sobre alunos inseridos no Programa de Aceleração da Aprendizagem**, 2005.14 f. Monografia (Graduação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GESTOR DA ESCOLA. Entrevista realizada em 17 mai.2016. Manaus, 2016. (20min25s)

INEP. **Indicadores Educacionais**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>> Acesso em: 05 Ago. 2015.

LÜCK, Heloísa. **Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, 2000.

_____. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MACHADO, C. **Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados**. Revista @mbiente e educação. jan./jun. 2012.

MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os Ciclos de Aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **A pesquisa sobre a organização da escolaridade em ciclos no Brasil (2000-2006): mapeamento e problematizações**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 7-23, jan./abr. 2009.

MANDELLI, Mariana. **Aprovação do Ensino Fundamental sobe 5,5% em Cinco Anos**. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/22870/aprovacao-do-ensino-fundamental-sobe-55-em-cinco-anos/>>. Acesso em: 14 Set. 2016.

MANSUTTI, Maria Amabile; Zelmanovits, Maria Cristina; Carvalho, Maria do Carmo Brant de & Guridi, Verônica. **“Educação na segunda etapa do Ensino Fundamental”**. Cadernos Cenpec, n. 4, p. 7-45. São Paulo: Cenpec, jul.-dez. 2007.

MENEZES, Ebenezer Takunode; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete correção de fluxo escolar. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/correcao-de-fluxo-escolar/>. Acesso em: 01 Dez.. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

MINTZBERG, H. **Criando Organizações Eficazes – Estruturas em Cinco Configurações**. São Paulo. Editora Atlas. 2ª Edição, 2009.

MINTZBERG, H. **Managing: desvendando o dia a dia da gestão**. Tradução: Francisco Araújo da Costa: revisão técnica Roberto Fachim –Porto Alegre: Bookman, 2010.

NÓVOA, Antônio. **Formação de professores e qualidade de ensino**. In: Revista aprendizagem – a revista da prática pedagógica. Pinhais/ PR: Melo, ano 1, nº 2, set/out/2007.

OLIVEIRA, João Batista A. **Correção do Fluxo Escolar: um balanço do programa Acelera Brasil (1997-2000)**. Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 177-215. Julho, 2002.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 6ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

PARO, Vitor Henrique. **Reprovação Escolar, renúncia à educação**. 2 ed. São Paulo: Xamã, 2003.

PEDAGOGA DA ESCOLA. Entrevista realizada 24 mai.2016. Manaus, 2016. (53min04s)

Plano Nacional de Educação. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br>>. Acesso em: 27 Mar. 2015.

POLI, Solange Maria Alves. **Aceleração da Aprendizagem: de quem?** Chapecó: Argos, 2003.

POLON, Thelma Lúcia Pinto. **Identificação dos perfis de liderança e características relacionadas à gestão pedagógica eficaz nas escolas participantes do Projeto GERES –Estudo Longitudinal da Geração Escolar 2005 a 2009 – Polo Rio de Janeiro**. 2009. 314 f. Tese (Doutorado em Educação) – PUC – Rio, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp116736.pdf>. Acesso em: 16 Out. 2016.

PRADO, Iara. **LDB e políticas de correção de fluxo escolar**. Em Aberto: programa de correção de fluxo escolar. Brasília: MEC/Inep, v. 17, n. 71, p. 49-56, jan. 2000.

PARO, Vitor H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001

PROFESSOR A. Entrevista realizada em 30 mai.2016. Manaus, 2016. (40min09s)

PROFESSOR B. Entrevista realizada em 31 mai.2016. Manaus, 2016. (14min12s)

PROFESSOR C. Entrevista realizada em 01 jun.2016. Manaus, 2016. (15min08s)

PROFESSOR D. Entrevista realizada em 02 jun. 2016. Manaus, 2016. (12min05s)

PROFESSOR E. Entrevista realizada em 03 jun. 2016. Manaus, 2016. (13min28s)

PROFESSOR F. Entrevista realizada em 08 jun. 2016. Manaus, 2016. (12min10s)

PROFESSOR G. Entrevista realizada em 09 jun.2016. Manaus, 2016. (14min10s)

PROFESSOR H. Entrevista realizada em 10 jun. 2016. Manaus, 2016. (12min08s)

QEDU Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/escola/4057-ee-professor-roberto-dos-santos-vieira/aprendizado>>. Acesso em: 27 Mar. 2015.

_____. Disponível em:<<http://www.qedu.org.br/escola/4057-ee-professor-roberto-dos-santos-vieira/distorcao-idade-serie?dependence=0&localization=0&stageId=1&year=2013>>. Acesso em: 01 Jun. 2015.

REZENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. **Paradigma-relação de poder – projeto político-pedagógico: dimensões indissociáveis do fazer educativo**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 17 ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

RIBEIRO, Sergio Costa. **A Pedagogia da Repetência**. In: Estudos Avançados 12(5), 1991. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8604/10155>. Acesso: 05 Ago. 2015.

SAMMONS, P. **As características - chave das escolas eficazes**. In SOARES, José

SEDUC SIGEAM Rendimento Web. Disponível em:<https://servicos.sigeam.am.gov.br/rendimento/anal_escola_ensino.asp> Acesso em: 27 mar. 2015.

_____. Disponível em: <http://www.seduc.am.gov.br>>. Acesso em: 27 Mar. 2015.

SETÚBAL, Maria Alice. **Os programas de correção de fluxo no contexto das políticas educacionais contemporâneas**. Em Aberto: programa de correção de fluxo escolar. Brasília: MEC/Inep, v. 17, n. 71, p. 8-19, jan. 2000.

SILVA, Sofia Micaela; LIMA, Jorge Ávila de. **Liderança da escola e aprendizagem dos alunos: um estudo de caso numa escola secundária**. Revista Portuguesa de Pedagogia, [S.l.], p. pp. 111-142, jul. 2011. ISSN 1647-8614. Disponível em: <<http://iduc.uc.pt/index.php/rppedagogia/article/view/1297>>. Acesso em: 19 Out. 2016.

SOARES, J. F. **O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos**. REICE - Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación 2004, Vol. 2, No. 2. Disponível em: <http://www.ice.deusto.es/RINACE/reice/vol2n2/Soares.htm>. Acesso em: 07 Ago. 2016.

_____. **Melhoria do desempenho cognitivo dos alunos do ensino fundamental**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 130, p. 135-160, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 09 Out. 2016.

TAROCCO FILHO, José et al. **Análise Espacial da Distorção- Série na Bahia de 2006 e 2010**. In: IX Encontro de Economia Baiana. Bahia, p.67-82, set, 2013. Disponível em <http://www.ppgp2014.caedufjf.net/mod/forum/discuss.php?d=809>. Acesso em: 10 Ago. 2015.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. Ladermos Libertad-1. 7º Ed. São Paulo, 2000.

_____. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 6.ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. (2ª ed.). Porto Alegre: Bookman, 2001.

YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas**. Educ. Soc. Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro de Entrevista para os gestores

Prezado(a), _____

sou aluna do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública ministrado pelo CAEd/UFJF e estou realizando uma pesquisa para minha dissertação. Este roteiro de entrevista foi elaborado de forma que o sigilo lhe seja garantido e suas informações são fundamentais para o sucesso do meu trabalho. Por isso, desde já, agradeço sua colaboração.

Atenciosamente,

Jeane Barbosa Damasceno

I FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1. Qual a sua formação?
2. Há quanto tempo você atua nesta função?
3. Descreva acerca de sua experiência no contexto educacional antes da função como gestor?

II RENDIMENTO ESCOLAR

4. Como é realizado o monitoramento dos resultados de sua escola?
5. Como ocorre a avaliação desse monitoramento em sua escola?
6. Como os resultados de sua escola são apresentados à comunidade?
7. Como você analisa o rendimento escolar nos últimos três anos de sua escola?
8. Quais são as principais dificuldades detectadas nos alunos dos anos finais do ensino fundamental de sua escola?
9. E diante das dificuldades identificadas, quais ações são implementadas em vista de amenizar eventuais problemas?
10. Em sua opinião, o que é necessário para a obtenção de um melhor rendimento dos alunos dos anos finais do ensino fundamental?
11. Como você avalia a aprendizagem no contexto de sua escola?
12. As avaliações promovidas no contexto escolar estão compatíveis com o nível das aulas ministradas?

III DISTORÇÃO IDADE/ANO

13. Em sua opinião, o que ocasiona a distorção idade-ano nos alunos dos anos finais do ensino fundamental?
14. Enquanto gestor, que medidas você tem tomado para amenizar a distorção idade-ano nos anos finais do ensino fundamental? 13. Quais as ações a rede estadual de ensino tem realizado com o objetivo de reduzir a distorção idade ano?
15. Como o Projeto Político-Pedagógico da sua escola trata a distorção idade-ano?
16. Que tipo de suporte você disponibiliza aos professores que atuam com os anos finais do ensino fundamental para melhorar o trabalho nas turmas com distorção idade-ano?

IV. GESTÃO PEDAGÓGICA DO TEMPO E DO ESPAÇO ESCOLAR

17. Como são direcionadas as atividades extraclases existentes no plano estratégico pedagógico de sua escola?
18. Na sua escola existem atividades no contra turno que visem motivar os alunos em distorção idade-ano?
19. Como o corpo docente de sua escola utiliza os equipamentos de mídia e laboratório de informática bem como o suporte pedagógico do Programa Saber Mais, no site do Centro de Mídias, em suas práticas pedagógicas?

Apêndice B - Roteiro de Entrevista para os professores

Prezado(a), _____

sou aluna do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública ministrado pelo CAEd/UFJF e estou realizando uma pesquisa para minha dissertação. Este roteiro de entrevista foi elaborado de forma que o sigilo lhe seja garantido e suas informações são fundamentais para o sucesso do meu trabalho. Por isso, desde já, agradeço sua colaboração.

Atenciosamente,

Jeane Barbosa Damasceno

I FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1. Qual a sua formação?
2. Há quanto tempo você atua no magistério?

II- REALIDADE ESCOLAR

3. Quais são as principais dificuldades apresentadas pelos alunos dos anos finais do ensino fundamental em sua escola?
4. Quais dificuldades você encontra para o trabalho nas turmas dos anos finais do ensino fundamental?

III RENDIMENTO ESCOLAR

5. De que maneira é realizado o monitoramento do rendimento escolar pela gestão escolar?
6. Qual é a frequência com que se realiza o monitoramento do rendimento escola
7. Quais são as principais dificuldades apresentadas pelos alunos dos anos finais do ensino fundamental em sua escola?
8. Como você planeja, em sua prática pedagógica, atividades para os alunos com dificuldades de aprendizagem?
9. Em sua opinião, o que seria necessário para a obtenção de um melhor rendimento dos alunos dos anos finais do ensino fundamental?

IV DISTORÇÃO IDADE/ANO

10. Como você classifica a quantidade de alunos com distorção escolar nas turmas em que você atua?
11. Em sua opinião, o que ocasiona a distorção idade-ano nos alunos dos anos finais do ensino fundamental?
12. Quais medidas a sua instituição tem tomado para amenizar a distorção idade-ano nos anos finais do ensino fundamental?
13. Como o Projeto Político-Pedagógico da sua escola trata a distorção idade-ano?

V AÇÕES E POLÍTICAS DE CORREÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE/ANO

14. No seu ponto de vista, o que é necessário para a realização de um bom trabalho com os alunos em defasagem idade-ano dos anos finais do ensino fundamental?
15. Que tipo de apoio e recursosa gestão escolar disponibiliza para o desenvolvimento de ação pedagógica, principalmente com os alunos dos anos finais do ensino fundamental em vista de melhores resultados no rendimento escolar?
16. Em relação à política de correção de fluxo escolar, como o sistema de ensino estadual, poderia contribuir para diminuir a distorção idade-ano?

VI GESTÃO PEDAGÓGICA DO TEMPO E DO ESPAÇO ESCOLAR

17. Quais são as atividades extraclases previstas no plano estratégico pedagógico de sua escola?
18. Na sua escola como acontecem às atividades no contra turno que visem motivar os alunos em distorção idade ano?
19. Você, como docente, utiliza equipamentos de mídia e o laboratório de informática, bem como o suporte pedagógico do Programa Saber Mais, no site do Centro de Mídias, em sua prática pedagógica?

Apêndice C - Roteiro de Entrevista para os pedagogos / coordenadores pedagógicos

Prezado(a), _____

sou aluna do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública ministrado pelo CAEd/UFJF e estou realizando uma pesquisa para minha dissertação. Este roteiro de entrevista foi elaborado de forma que o sigilo lhe seja garantido e suas informações são fundamentais para o sucesso do meu trabalho. Por isso, desde já, agradeço sua colaboração.

Atenciosamente,

Jeane Barbosa Damasceno

I FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1. Qual a sua formação?
2. Há quanto tempo você atua nesta função?
3. Descreva a sua experiência no contexto educacional antes da função que atualmente desempenha?

II RENDIMENTO ESCOLAR

4. Que dificuldades você encontra no trabalho pedagógico com as turmas dos anos finais do ensino fundamental em sua escola?
5. Como você analisa o rendimento da escola?
6. De que forma é realizado o monitoramento dos resultados de sua escola?
7. Quais são as principais dificuldades apresentadas pelos alunos dos anos finais do ensino fundamental em sua escola?
8. Em sua opinião, o que seria necessário para a obtenção de um melhor rendimento dos alunos dos anos finais do ensino fundamental?
9. Quais os fatores que contribuem para a reprovação nos anos finais do ensino fundamental?

III. DISTORÇÃO IDADE/ANO

10. Em sua opinião, o que ocasiona o fracasso dos alunos em distorção idade-ano, principalmente nos anos finais do ensino fundamental?

- 11 No seu ponto de vista, o que é necessário para a realização de um bom trabalho com os alunos em defasagem idade-ano dos anos finais do ensino fundamental?
12. Que tipo de suporte você dá ou poderia dar aos professores que atuam com os anos finais do ensino fundamental para melhorar o trabalho nas turmas com distorção idade-ano?
13. Existem momentos de discussão e planejamento no ambiente escolar, em relação à realização de atividades que possam favorecer a motivação dos alunos em distorção idade-ano no contra turno ou utilizando mecanismos para a solução desse problema?

IV AÇÕES E POLÍTICAS DE CORREÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE/ANO

14. Que medidas você, como coordenador pedagógico, tem direcionado no sentido de amenizar a distorção idade-ano nos anos finais do ensino fundamental?
15. O sistema de ensino tem realizado ações com o objetivo de reduzir a distorção idade-ano no Amazonas?
16. De que maneira os conteúdos e as metodologias trabalhadas nos programas de correção de fluxo podem permitir a continuidade da escolaridade dos alunos egressos nas séries posteriores?
17. Algum momento você já realizou uma análise das avaliações realizadas, bem como das recuperações paralelas com o intuito de averiguar se estão combatíveis com o nível das aulas ministradas?

V GESTÃO PEDAGÓGICA DO TEMPO E DO ESPAÇO ESCOLAR

18. Dentre as suas competências como assessora, como você avalia a realização das atividades planejadas no plano estratégico pedagógico de uma escola?
19. Na escola existem atividades no contra turno que visem motivar os alunos em distorção idade-ano?
20. Como é utilizado na escola, pela equipe docente, os equipamentos de mídia e laboratório de informática bem como o suporte pedagógico do Programa Saber Mais, no site do Centro de Mídias, em suas práticas pedagógicas

Apêndice D - Questionário para os alunos

Prezado(a), _____

sou aluna do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública ministrado pelo CAEd/UFJF e estou realizando uma pesquisa para minha dissertação. Este questionário foi elaborado de forma que o sigilo lhe seja garantido e suas informações são fundamentais para o sucesso do meu trabalho. Por isso, desde já, agradeço sua colaboração.

Atenciosamente,

Jeane Barbosa Damasceno

1. Qual a sua idade?

12 anos 13 anos 14 anos 15 anos 16 anos 17 Outra _____

2. Qual o seu sexo?

Feminino Masculino

3. Você gosta de estudar?

Sim Não Às Vezes Raramente Outros _____

4. Em que ano/série você se encontra hoje?

6º ano 7º ano 8º ano 9º ano

5. Você já repetiu algum ano antes do que está cursando?

a) sim não

b) Qual ano?

antes do 6º ano 6º ano 7º ano 8º ano 9º ano

6. Qual o motivo de sua repetência?

mudança familiar

necessidade de trabalhar para ajudar na renda da família

faltas contínuas por desinteresse nos estudos

não gostava de ir a escola

outros quais? _____

7. Você já reprovou em outra escola?

- nenhuma escola 1 escola 2 escolas 3 escolas mais de 3 escolas
-

8. O que levou você a estudar em outras escolas?

- nenhum motivo
 necessidade de trabalhar para suprir a renda familiar
 mudança familiar
 local de difícil acesso
 Mudança de endereço e domicílio
 Outros

9. Em algum momento o que levou você a pensar em desistir dos estudos?

- senti dificuldade na aprendizagem
 repeti a mesma série várias vezes
 precisei trabalhar para complementar a renda familiar
 não gostava da escola
 gostava da escola mais não gostava das aulas
-

10. Quanto às suas dificuldades no processo de aprendizagem, você tem dificuldade para: (Você pode marcar mais de uma opção)

- Compreender as explicações do professor sobre os conteúdos.
 Ler os textos dos livros e os entregues pelo professor em xérox.
 Compreender os textos dos livros e os entregues pelo professor em xérox.
 Compreender as explicações do professor sobre a execução das atividades.
 Concentrar nas aulas.
 Participar de todas as atividades, interagindo com os colegas.
-

11. Quanto ao seu nível de motivação: (você pode marcar mais de uma opção).

- Falta de interesse pelos conteúdos explicados pelo professor.
 Falta de interesse pelas atividades desenvolvidas dentro de sala.
 Falta de interesse pelas atividades desenvolvidas fora de sala.
-

12. Em quais disciplinas você tem mais dificuldade?

- Português Matemática Geografia História
 Artes Inglês Ciências Educação Física
-

13. Em quais disciplinas você tem mais facilidade?

Português Matemática Geografia História

Artes Inglês Ciências Educação Física

14. Qual o tempo destinado aos estudos fora da escola?

nenhum 1 hora 2 horas 3 horas 4 horas ou mais

15. Por que você estuda?

Obrigação dos pais Conseguir emprego Entrar na universidade

Aumentar os laços de amizade Interagir com o conhecimento Outro

16. Você participa em sua escola de atividades extraclasses?

Sim Não Às vezes

Apêndice E - Questionário para os pais

Prezado(a), _____

sou aluna do curso de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública ministrado pelo CAEd/UFJF e estou realizando uma pesquisa para minha dissertação. Este questionário foi elaborado de forma que o sigilo lhe seja garantido e suas informações são fundamentais para o sucesso do meu trabalho. Por isso, desde já, agradeço sua colaboração.

Atenciosamente,

Jeane Barbosa Damasceno

1. Qual a sua faixa etária?

- () 18 a 25 anos () 26 a 35 anos () 36 a 45 anos () 46 a 55 anos
() mais de 55 anos
-

2. Qual o seu sexo?

- () Feminino () Masculino
-

3. Qual seu grau de instrução?

- () Nunca estudei.
() Não completei a 4ª série / 5º ano.
() Completei a 4ª série/5º ano.
() Completei a 8ª série/9º ano.
() Completei o Ensino Médio.
() Completei a faculdade.
-

4. O seu filho gosta de estudar?

- () Sim () Não () Às Vezes () Raramente () Outros _____
-

5. Você percebe quando o seu filho apresenta dificuldade de aprendizagem?

- a) () sim () não
-

6. Seu filho já repetiu algum ano?

- () Sim () Não
-

7. Caso tenha repetido, o que levou a isso?

- () mudança familiar

- necessidade de trabalhar para ajudar na renda da família
 - faltas contínuas por desinteresse nos estudos
 - não gostava de ir a escola
 - outros
-

8. Em quantas escolas seu filho já estudou antes da escola atual?

- nenhuma escola 1 escola 2 escolas 3 escolas mais de 3 escolas
-

9. O que levou seu filho a estudar em outras escolas?

- nenhum motivo
 - necessidade de trabalhar para suprir a renda familiar
 - mudança familiar
 - local de difícil acesso
 - Mudança de endereço e domicílio
-

10. Quanto ao processo de aprendizagem de seu filho, você acha que seu filho tem dificuldade para: (Você pode marcar mais de uma opção)

- Compreender as explicações do professor sobre os conteúdos.
 - Ler os textos dos livros e os entregues pelo professor em xérox.
 - Compreender os textos dos livros e os entregues pelo professor em xérox.
 - Compreender as explicações do professor sobre a execução das atividades.
 - Concentrar nas aulas.
 - Participar de todas as atividades, interagindo com os colegas.
-

11. Em quais disciplinas seu filho tem mais dificuldade?

- Português Matemática Geografia História
 Artes Inglês Ciências Educação Física
-

13. Em quais disciplinas seu filho apresenta mais facilidade?

- Português Matemática Geografia História
 Artes Inglês Ciências Educação Física
-

14. Que fatores contribuíram para a repetência de seu filho? (Você pode marcar mais de uma opção)

- Influência de colegas. Falta de interesse nos estudos.

- Indisciplina escolar.
- Excessivo número de faltas.
- Envolvimento com drogas.
- Dificuldades de aprendizagem.
- Falta de reforço escolar.
- Falta de aulas mais dinamizadas.